UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TATIANA CLÁUDIA GOULART

AUTORIDADE E EDUCAÇÃO:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO

Goiânia

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

2008

TATIANA CLÁUDIA GOULART

AUTORIDADE E EDUCAÇÃO:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Drª Silvia Rosa da Silva Zanolla.

Goiânia

2008

Goulart, Tatiana Cláudia.
Autoridade e Educação: limites e possibilidades de emancipação [manuscrito]/Tatiana Cláudia Goulart - 2008.
123f:il.;enc.
Referências.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás: Faculdade de Educação, 2008.
1.Autoridade. 2.Autoritarismo. 3. Educação

CDU:

TATIANA CLÁUDIA GOULART

AUTORIDADE E EDUCAÇÃO:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em ____/____/____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

_____

Profª Drª Silvia Rosa da Silva Zanolla – UFG
Presidente da Banca

_____

Profª Drª Sônia Margarida Gomes Sousa – UCG

_____

Profª Drª Susie Amâncio Gonçalves de Roure – UFG

Goiânia

2008

SUMÁRIO

RESUMO.....5
ABSTRACT.....6
INTRODUÇÃO.....10

CAPÍTULO 1 – AUTORIDADE E CONHECIMENTO.....15
1.1 O conceito de autoridade.....16
1.2 Autoridade e esclarecimento: perspectiva histórica.....18
1.3 A autoridade na história do conhecimento.....27
1.4 Razão e emancipação.....35
1.5 Desafios para a educação e autoridade.....40

CAPÍTULO 2 – AUTORIDADE E O MUNDO DO TRABALHO.....50
2.1 Aspectos ideológicos da autoridade na sociedade.....51
2.2 As tramas da autoridade no mundo do trabalho.....54
2.3 Configurações do mundo moderno e o mundo do trabalho.....69

CAPÍTULO 3 – AUTORIDADE, SUBJETIVIDADE E TOTALITARISMO: POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA CULTURAL.....79
3.1 Autoridade e subjetividade.....80
3.2 Autoridade e cultura de massas.....88
3.3 O processo civilizatório e a consolidação das figuras de autoridade..... 98

CONCLUSÃO.....116

REFERÊNCIAS.....119

RESUMO

GOULART, Tatiana Cláudia. **Autoridade e Educação: limites e possibilidades de emancipação.** 2008. 123f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa Cultura e Processos Educacionais com enfoque na Teoria Crítica da Sociedade. Possui como objeto de estudo a autoridade e a educação nos seus limites e possibilidades de emancipação. Constitui-se, portanto, a partir de uma pesquisa bibliográfica dentro da teoria da Escola de Frankfurt, objetivando compreender como essa teoria analisa a temática autoridade e como a educação pode favorecer a autonomia dos indivíduos. O primeiro capítulo busca fazer uma discussão a respeito da autoridade na história do conhecimento, seu conceito. O segundo capítulo aborda a temática autoridade inserida no mundo do trabalho. O terceiro capítulo correlaciona a autoridade à subjetividade e ao totalitarismo no contexto social da indústria cultural.

Palavras-chave: Autoridade, Autoritarismo, Educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que fez um sonho distante se tornar uma realidade.

À Profa Dra Silvia Rosa da Silva Zanolla, pela dedicação e compromisso com o processo de orientação. Agradeço os desafios intelectuais a mim propostos e os exemplos dados de ir sempre além das exigências do protocolo.

À Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa, por quem tenho todo um carinho especial, responsável direta pela minha incursão no mundo acadêmico da pesquisa, desde a iniciação científica PIBIC/CNPq. Com seu exemplo de humanidade e intelectualidade, possibilitou-me crescimento pessoal e profissional.

À Profa. Dra. Susie Amâncio Gonçalves de Roure, a quem credito todo meu respeito e admiração pela pessoa e profissional que é. Agradeço por fazer parte desse desafio de auxiliar, juntamente com minha orientadora, o meu processo de produção intelectual, da qualificação à defesa.

À CAPES pela bolsa de estudos, bem como ao Programa de Pós-graduação da FE/UFG que tornaram possíveis a realização deste mestrado.

Aos meus colegas de mestrado Lílian, João, Avimar, Andressa, Marcos, pela convivência e pelos momentos difíceis que passamos juntos, mas que nos trouxeram tantos ensinamentos. E a todos aqueles que direta ou indiretamente torceram por mim.

A toda minha família que sempre apoiou minhas decisões e busca de objetivos, que se alegrou e se angustiou junto comigo em todas as fases desta conquista.

Ao Dirço Júnior, o meu amor DJ, doce surpresa que me apareceu durante este caminhar, que se apresentou como alguém fundamental para o término deste mestrado. Com suas posições sempre tão firmes e sábias, me instigou a vencer apesar das adversidades.

Obrigada pela paciência ante as minhas ausências e por me ouvir carinhosamente apesar das minhas chatices.

Para Renato Mendonça Lucas

“ Tudo posso naquele que me fortalece”.

Filipenses 4:13

INTRODUÇÃO

A autoridade apresenta-se no cenário social como uma das possibilidades de emancipação do indivíduo e, na maioria das vezes, através da Educação. De uma forma ou de outra, ao longo do caminho há uma tendência de os indivíduos se depararem com figuras de autoridade ou autoritárias, ora se submetendo, ora refutando qualquer instância que represente essa autoridade. O fato é que se, ao mesmo tempo esta pode coagir o indivíduo, e nesse caso deixar de ser autoridade de fato, é também possibilidade necessária de equilíbrio psíquico dos indivíduos. A autoridade é elemento constitutivo das relações sociais.

A autoridade prescinde do uso da força, da imposição. Ela é elemento fundamental na constituição dos indivíduos que também não podem prescindir de regras e normas, posto que a sociedade cobra esse tipo de comportamento no convívio entre os grupos. Configura-se também como uma tentativa de rompimento, como a barbárie, em busca da emancipação que há no sujeito desde os primórdios da história da civilização.

Não há como negar que o referencial da Teoria Crítica atribui à educação essa possibilidade, mas, para esta teoria, a educação, assim como a autoridade, é contraditória, ainda não se configurando como ideal. Como toda relação dialética, ela carrega a alienação que, na sociedade capitalista, tem contribuído em alguns momentos com a lógica da dominação.

A Teoria Crítica da Sociedade nos dá subsídios para o entendimento das questões sociais de forma crítica e emancipadora. Dentre os estudos por ela já realizados, as questões referentes à autoridade e à família foram abordadas por seus mais influentes teóricos, como Horkheimer e Adorno (1978), Horkheimer (1999) e Marcuse (1981).

Como assinalava Freud (1995c), os indivíduos, mesmo inconscientemente, anseiam por limites, regras. Estes acreditam que só assim a autonomia e a emancipação se tornam possíveis. Desse modo, a importância da

abordagem sobre as questões de autoridade e educação, bem como limites e possibilidades de emancipação, se torna pertinente neste estudo.

Tendo a educação como um suporte o estabelecimento da autoridade, bem como a estruturação familiar, se dá, na maioria das vezes, de forma conflituosa, já que esta funciona como uma instância de limites, regras e leis, em geral impostas, havendo, um tênue limite entre autoridade e autoritarismo, e a possibilidade de recaída na barbárie no universo humano. Isto pressupõe considerar a forma como os indivíduos se relacionam com a autoridade, com a ordem, a lei e os limites, que repercutem no seu meio social, afetando positivamente ou negativamente seu convívio em instituições como a família, a escola, a igreja, entre outras. As possibilidades de emancipação e de autoridade são viabilizadas a partir do entendimento do indivíduo acerca do que vem a ser autonomia.

O mundo contemporâneo traz consigo idéias de inovação que tendem a dissolver as figuras de autoridade, acreditando que esse é o caminho para a liberdade de ação, para a autonomia e para a emancipação. A dissolução da autoridade, conforme diria Lasch (1991), não traz liberdade, mas novas formas de dominação. E a educação, ao invés de possibilitar a emancipação, em determinados momentos tem favorecido ainda mais a dominação e a opressão.

Conforme Adorno (1978), se há qualquer problema com o estabelecimento da autoridade, instaura-se a desintegração da humanidade, visto que as possibilidades de emancipação ficam diluídas num mundo sem leis e limites. Nesse mundo, o que tende a prevalecer é o autoritarismo puro e simplesmente.

Vivemos num mundo permeado pelo avanço do desenvolvimento tecnológico, no qual prevalece o tecnicismo das ações em que apenas o lógico, o formal e o racional têm validade. Em contrapartida a esse desenvolvimento, os indivíduos, em nome de um prazer rápido e imediato, estão cada vez mais alienados e distantes das questões de sua real essência. É um mundo que não se sustenta nem pela autoridade e muito menos se mantém coeso com a tradição, como diria Arendt (2003). Essa contradição apresenta o horror da barbárie, assombrando a vida dos indivíduos sem que eles se dêem conta disso.

Pode-se perceber uma tendência que modifica a expressão da autoridade e da educação na realidade (principalmente na racionalidade e na permissividade do mundo moderno), que afeta tanto a família quanto as instituições educativas, as quais adquirem uma nova função legitimada pelos pais, a função de disciplinadora

dos filhos e “propulsora de um futuro brilhante” a eles, retirando assim a responsabilidade da família nessa relação com os filhos.

A fragilidade da autoridade paterna e a delegação da disciplina a outras agências originaram um distanciamento ainda maior entre a disciplina e a afeição na família. As crianças tendem a ver os pais somente no plano “afetivo”, naquele amor incondicional, enquanto que o treinamento higiênico, físico e outras formas de disciplina são atribuídos à escola. Nesse aspecto, Lasch (1991) afirma que a família se poupa dos conflitos que surgem quando as mesmas pessoas exercitam o amor e a disciplina, o que não deveria acontecer somente na escola.

Atenta a esses problemas, esta dissertação tenta compreender a relação autoridade e educação na sociedade capitalista à luz da Teoria Crítica, naquilo que possibilita a emancipação e a não recaída na barbárie.

Sendo assim, esta dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo faz uma inserção da autoridade no mundo do conhecimento, na tentativa de entender os nexos constitutivos que lhe são peculiares.

A autoridade é, portanto, qualquer poder de controle das opiniões e dos comportamentos individuais ou coletivos, a quem quer que pertença esse poder. O problema filosófico da autoridade diz respeito à sua justificação, isto é, ao fundamento sobre o qual pode apoiar-se sua validade. Ela se estabelece, em tese, conforme Abbagnano (1998), nas seguintes doutrinas fundamentais: o fundamento da autoridade é a natureza, a divindade, os homens, isto é, o “consenso daqueles mesmos sobre os quais ela é exercida”.

Devido à importância da temática autoridade para o desenvolvimento de todos os capítulos desta dissertação, foi necessário (no primeiro capítulo) fazer um importante recorte histórico para o adensamento da temática, na tentativa de analisar a problemática da autoridade no curso da história e na produção do conhecimento, já que a história é uma manifestação da vida, é um elemento que atravessa a vida das pessoas, modificando seu modo de vida e posicionamento na sociedade ante às figuras de autoridade ou de liderança.

Partindo desse pressuposto, a autoridade inscreve-se na história do conhecimento com toda a contradição inerente a qualquer relação, porém como uma possibilidade viável, que pode favorecer a autonomia e provocar a emancipação entre os indivíduos. Sem dúvida, ela é condição para a constituição da subjetividade e garante respaldo aos indivíduos na busca pela emancipação, o que pode contribuir

para que a barbárie não se repita na sociedade marcada pela cultura de massas. É sobre as influências desta no mundo do trabalho e na educação e na sua relação com a autoridade que trata o segundo capítulo.

Desenvolvida no segundo capítulo, esta temática é pertinente para a análise das possibilidades da educação e autoridade no mundo moderno que se apresenta com ideais tão massificados, indiferenciando os sujeitos.

Nesse aspecto, os indivíduos apresentam condições objetivas e subjetivas que influenciam seu comportamento e ditam sua forma de posicionamento frente à realidade na qual estão inseridos. A cultura de massa contribui para que esses posicionamentos dos indivíduos, ao invés de almejarem ideais de emancipação e autonomia, reforcem ainda mais os ideais da sociedade capitalista que não apresentam nenhum interesse pela emancipação, mas sim alienam e embrutecem os indivíduos, diluindo a sua identidade na massa.

A massa representa, em relação ao indivíduo, o nexo mais imediato e, por assim dizer, primário da sociedade. De forma geral, é considerada um fenômeno moderno, relacionado de modo específico com as grandes cidades e com a atomização (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 78).

No curso da história, a cultura de massa tem influenciado diretamente o modo de agir e pensar dos indivíduos, bem como a sua forma de obedecer ou não ao que lhe é imposto pelas figuras de autoridade. É creditada à educação a alternativa viável para a busca da emancipação e rompimento com ideais massificados pelo grupo, que almeja autonomia, quando, na verdade, ele está imerso na alienação. Isto porque a educação ainda resguarda um certo teor crítico e emancipatório em suas bases constitutivas, o que pode possibilitar a autonomia do sujeito.

E assim, partindo da verificação das possibilidades de existência desses ideais de emancipação via educação, o terceiro capítulo insere, no debate conceitual das contradições referentes à autoridade, o autoritarismo e a autonomia como desafios a ser enfrentados pela educação, dentro da cultura de massas.

Sem dúvida, trabalhar os desafios da educação é, frente ao mundo do capital, inserir possibilidades de emancipação, apesar da barbárie instaurada por essa configuração social visar apenas ao lucro, ao ter em detrimento do ser.

Na maioria das vezes, as configurações sociais se complexificam tanto, que a própria história tem dificuldades de apreender essa dialética, não prevendo

essa dinamicidade das relações sociais. Apresentam-se ideologicamente como uma história estática, voltada somente a fatos da realidade, aos acontecimentos, como experiência dada, ao invés de buscarem apreender o movimento dialético da história como um todo. A dialética e os fatos não coincidem, num primeiro momento, e nem apresentam correspondência imediata na realidade. Nesse sentido, Marx (1982) ressalta que toda ciência seria supérflua, se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente. Ou seja, nem sempre os fenômenos sociais possuem uma correspondência imediata com o real no campo da materialidade.

Quando se fala da ciência, temos que pensar a autoridade também inserida no contexto da razão e do esclarecimento e suas contradições. À medida que o homem desvela o mundo, domina a natureza e tenta entendê-lo sem explicações mitológicas, o indivíduo adquire certa autonomia, mas, por outro lado, essa autonomia foi cerceada pelos limites da dominação e da opressão.

Em meio a todos esses desafios, este trabalho buscou analisar as contribuições da educação e sua correlação com o conceito de autoridade que, se por um lado, carrega a alienação inerente, por outro apresenta a esperança de podermos lutar pela emancipação, configurando uma possibilidade de autonomia, perpassada por condições reais de autoridade.

I

AUTORIDADE E CONHECIMENTO

A autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou (ARENDT, 2003).

O grande desafio de se abordar um tema como este, autoridade e sua correlação com a educação, é tentar entender essa relação na produção do conhecimento, enquanto um elemento que pode possibilitar o entendimento dos nexos sociais. Estes carregam consigo questões objetivas e subjetivas que envolvem, na maioria das vezes, relações de dominação e poder, que se firmam muito mais pelo autoritarismo, do que pela autoridade de fato, já que carrega consigo toda a ambivalência de uma relação tensa entre poder e liberdade.

Assim sendo, a Teoria Crítica, dentro da concepção teórica de Adorno e Horkheimer, já anunciara que a autoridade, importante elemento da constituição humana, passa, em determinados momentos, a servir à lógica da dominação e da opressão. Aqueles que detêm o poder influenciam a vida de outros, porque, devido ao nível de alienação em que se encontram, julgam-se incapazes de exercer a autonomia.

Este capítulo tentará resgatar, portanto, estas questões no âmbito da produção do conhecimento, já que ela possibilita o entendimento da dinâmica social

e sua inter-relação com a vida psíquica dos indivíduos, bem como seu enfrentamento com as relações de dominação e poder.

1.1 O Conceito de autoridade

Não há um conceito fechado de autoridade, e muito menos um consenso que consiga englobar toda a complexidade que este termo carrega. Dessa forma, iniciaremos nossa discussão do ponto de vista filosófico até chegar a uma discussão mais sociológica, marxista, que possibilita uma melhor apreensão do objeto.

Segundo Abbagnanno (1998), o conceito de autoridade denota qualquer poder exercido sobre um homem ou grupo humano por outro homem ou grupo. Esse termo é generalíssimo e não se refere somente ao poder político. Refere-se à autoridade do Estado, dos partidos, da igreja, do cientista, enfim a quem se atribui o predomínio temporário de certa doutrina.

Abbagnano (1998) continua ressaltando que, em geral, a autoridade é, portanto, qualquer poder de controle das opiniões e dos comportamentos individuais ou coletivos, a quem quer que pertença esse poder. O problema filosófico da autoridade diz respeito à sua justificação, isto é, ao fundamento sobre o qual pode apoiar-se sua validade. Ela se estabelece, pelo menos em tese, em doutrinas fundamentais: o fundamento da autoridade é a natureza; é a divindade; são os homens, isto é, o consenso daqueles mesmos sobre os quais ela é exercida (ABBAGNANO, 1998, p. 107).

Para este autor, a teoria, segundo a qual a autoridade foi estabelecida pela natureza, é a aristocrática, comum a Platão e a Aristóteles. Segundo essa teoria, a autoridade deve pertencer aos melhores e é a natureza quem se incumbe de decidir quem são os melhores. Platão chega, inclusive, a dividir os homens em duas classes: os que são capazes de se tornar filósofos e os que não o são. Já para Aristóteles, essa desigualdade radical dos homens como fundamento natural da autoridade é oferecida pela própria natureza, um critério discriminativo, fazendo com que dentro de um mesmo gênero de pessoas se estabelecessem as diferenças entre os jovens e os velhos; e, entre estes, a uns incumbe obedecer, a outros mandar (ABBAGNANO, 1998, p. 107).

Sobre a segunda teoria fundamental da autoridade, que se baseia na divindade, Abbagnano (1998) ressalta que seus preceitos estão descritos na Bíblia, nos vernáculos de São Paulo: "Toda alma esteja sujeita às potestades superiores, porque não há potestade que não venha de Deus; são as potestades que já foram ordenadas por Deus. Por isso, quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Faze o bem, e terás o seu louvor. Porque ela é ministra de Deus para teu bem" (p. 108).

Esta concepção divina de autoridade foi muito criticada por alguns teóricos marxistas devido ao seu caráter idealista, denotando uma certa alienação quando essa conceituação de autoridade se aproxima das explicações divinas, pois a razão já começa a se estabelecer enquanto verdade. Hegel, segundo Abbagnano (1998), diria que entender o conceito de autoridade, é tarefa da razão. Sem contar que, para Hegel, autoridade e força coincidem – quem possui força para impor-se não pode deixar de gozar de uma autoridade válida, já que toda força é desejada por Deus ou é divina (ABBAGNANO, 1998, p. 108).

A terceira concepção de autoridade opõe-se precisamente a esse teorema. A autoridade não consiste na posse de uma força, mas no direito de exercê-la. Tal direito deriva do consenso daqueles sobre quem ela é exercida. Essa doutrina nasceu com os estóicos e o primeiro grande expositor foi Cícero e seu pressuposto fundamental é a negação da desigualdade entre os homens. Todos os homens receberam da natureza a razão, isto é, a verdadeira lei que comanda e proíbe retamente; por isso, todos são livres e iguais por natureza. Assim sendo, só dos próprios homens, da sua vontade concorde podem originar-se o fundamento e o princípio da autoridade (ABBAGNANO, 1998, p. 108).

Enfim, Abbagnano (1998) afirma que o reconhecimento que exprime aceitação ou consenso está na base de toda a autoridade. As modalidades, as formas e os limites institucionais ou não desse reconhecimento podem ser muito diferentes e constituem problemas fundamentais de política geral e especial.

O fato é que, por ser uma categoria histórica que apresenta diversas formas de expressão na realidade, não há como conceituá-la, de maneira estanque às mediações e determinações que a envolvem. Dessa forma, autores como Weber (1999), Marx (1978), Adorno (2000) alertam para as várias expressões da autoridade na sociedade, ora denotando liberdade e autonomia dos indivíduos, ora denotando poder, submissão, imposição, aceitação, identificação - legitimada ou não pelas

várias instâncias sociais e pelos indivíduos. Sem dúvida, o que mais lhe é peculiar é o fato de que, apresenta-se com uma tendência de servir à lógica da dominação.

1.2 Autoridade e esclarecimento: perspectiva histórica

Não podemos discutir a temática autoridade e tudo aquilo que a rodeia sem discutir as possibilidades de autonomia do sujeito nessa relação tão conflitante. “Estabelecida sob uma relação de exclusão ou de puro antagonismo, a autoridade passa a representar a negação da autonomia e dos princípios que a norteiam, em especial quando se atenta para a questão da liberdade” (ROURE, 2006, p. 119).

Se por um lado a autoridade é marcada por conflitos e contradições inerentes à sociedade capitalista, por outro lado, marca também a possibilidade de os indivíduos sobreviverem numa sociedade voltada para atender aos instintos de destruição (morte) e de sobrevivência (vida), amor e ódio (FREUD, 2001, p. 49).

Mais uma vez essas polaridades dialéticas demonstram que a vida do ser humano é regida por sentimentos ambivalentes tais como amor e ódio. O amor, na vida dos indivíduos, está relacionado ao predomínio da vida, da construção e da produção, ao que Freud chama de *pulsão de vida*. Já o ódio se relaciona com o predomínio da destruição, da morte, nomeado por Freud de *pulsão de morte*. Estes sentimentos são inerentes à condição humana. Do ponto de vista psicanalítico, o seu equilíbrio é necessário para que haja civilização.

Horkheirmer e Adorno (1991) empreenderam um estudo detalhado sobre as possibilidades de esclarecimento e autonomia dos indivíduos em seu livro Dialética do Esclarecimento. Para eles, a autonomia dos indivíduos ainda está distante de sua consolidação, devido ao grau de alienação e embrutecimento em que estão inseridos. O esclarecimento perpassa pela idéia de razão, a superioridade dos indivíduos está no saber. O despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como princípio de todas as relações (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 24).

O conceito de autonomia de Adorno (1991) traz, nas suas entrelinhas, uma concepção universal aos moldes de Kant. Quando discutimos sobre as possibilidades de autonomia do sujeito, em Adorno, não há como deixar de nos

remeter às concepções de autonomia e educação em Kant. A educação, para este, é uma das maneiras de possibilitar a autonomia (KANT, 2006, p. 14).

Para Kant (2006), o homem é a única criatura que precisa ser educada. Entendendo a educação como o cuidado com a infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação, Kant (2006) insiste que "o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz" (KANT, 2006, p.15).

Essa idéia é também legitimada por Adorno (2000), quando ressalta que a educação deve começar na infância, pois é ela que pode possibilitar a não recaída na barbárie – a transformação social.

A educação proposta por Kant deve possibilitar ao homem o exercício da moralidade e da dignidade, a saída da menoridade, a escolha de projetos e propósitos bons e universais para todos, a autonomia e o esclarecimento social.

O programa do esclarecimento, segundo Kant (2005, p. 63), é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado de sua incapacidade de fazer uso do entendimento sem a direção de outro indivíduo. A máxima, *"pensar por si mesmo"*, deve ser almejada por todos que buscam o esclarecimento.

A causa da menoridade, segundo Kant (2005), não se dá por falta de entendimento, mas por falta de decisão e coragem. Ele considera a preguiça e a covardia responsáveis pela grande parte dos homens ainda continuarem menores durante toda a vida.

É cômodo ser menor, pois o que mais queremos é que os outros tomem partido de nossa vida por nós, porque assim não precisamos nos comprometer com o que for decidido, com a vida, com o que a autoridade nos conclama a decidir. Acostumamos-nos com a dominação e nos acomodamos com o fato de termos nossa vida governada por outrem, visto que a dependência dos outros faz parte da natureza humana.

> É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes do abuso, de

> seus dons naturais, são os grilhões de uma perpétua menoridade (KANT, 2005, p. 64).

Mesmo no estado de menoridade, o esclarecimento e a razão têm sido almejados pelos indivíduos na tentativa de livrá-los do medo, dando-lhes poder, uma vez que temos a falsa ilusão de que a razão traz o poder. Esse poder é atribuído a alguém que pode tanto funcionar como autoridade ou expressar o autoritarismo.

A princípio, acreditou-se que esse poder viria da dominação da natureza e dissolução dos mitos, da instauração do saber e da razão. Esta é uma idéia muito difundida pela filosofia, principalmente na racionalidade cartesiana.

Desse modo, a razão, no seu uso público, é fator importante no entendimento do estabelecimento da autoridade e no processo de esclarecimento. Kant considera que o uso público da razão[1] deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento (*Aufklãrung*) entre os homens (KANT, 2005, p. 65). Ele está se referindo ao domínio da razão pelos intelectuais, pessoas comuns, que em seu uso público empreendem a busca pelo esclarecimento e pela autonomia.

> Um homem sem dúvida pode, no que respeita à sua pessoa, e mesmo assim só por algum tempo, na parte que lhe incumbe, adiar o esclarecimento. Mas renunciar a ele, quer para si mesmo, quer ainda mais para sua descendência, significa ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade (...) falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem (KANT, 2005, p. 69).

Apesar de ainda faltar muito para que os homens sejam esclarecidos, as possibilidades de autonomia existem, basta que se lute para diminuir os obstáculos ao esclarecimento. O fato é que a instauração da razão no mundo moderno, bem como os estudos empreendidos por Kant a respeito da autonomia e do esclarecimento, fundamentam os estudos da teoria a respeito da autoridade.

---

[1] "Entendo contudo sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado" (KANT, 2005, p.66).

Para a Teoria Crítica, o esclarecimento virá quando a humanidade fizer uso de sua própria razão, sem se submeter a nenhuma autoridade externa, o que pode representar a introjeção dos princípios morais, valores éticos e universais. Assim o esclarecimento trará a autonomia da vontade e da razão quando os indivíduos se libertarem dos mitos e agirem segundo sua vontade, sem a orientação de outrem (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 53).

Quando os indivíduos se tornarem autônomos em suas vontades e desejos, forem capazes de gerir suas próprias vidas, sem o comando dos outros, talvez aí possa surgir a real possibilidade de esclarecimento e autonomia, uma autonomia no sentido kantiano, universal. Uma das formas de se alcançar este esclarecimento viria do exercício de um pensar que faça violência aos conceitos, e a tudo que está posto como verdade inquestionável (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 54).

> O pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo. O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento. (HORKHEIMER;ADORNO, 1995, p. 36).

Pensar o pensamento traz certa autonomia da vontade, pois a autonomia é o princípio da dignidade da natureza humana, bem como de toda natureza racional. Esse princípio prioriza não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal (KANT, 1974, p. 238).

A todo momento, Kant (1974) aponta para a universalidade dos conceitos e dos princípios utilizados pelos homens no exercício da autonomia. A autonomia, nesse sentido, só será possível quando os homens se livrarem dos comandos de outros homens sobre suas vidas e assumirem uma postura crítica e emancipatória, independente dos interesses particulares.

Pascal (2003, p. 125), autor que estudou a fundo o pensamento de Kant, acrescenta que ele faz da autonomia o princípio supremo da moralidade, dado que a autonomia implica, ao mesmo tempo, a vontade de uma legislação universal e o respeito à pessoa humana que lhe deve a sua dignidade.

Essa busca pela autonomia e pelo esclarecimento dificilmente se cessará no indivíduo, pois, segundo Goldmann (1967, p. 134), Kant alertou para algo que existe no homem – um princípio que o leva a aspirar qualitativamente diferente de seu estado atual, e só assim ele pode cumprir seu verdadeiro destino.

Os indivíduos ainda não atingiram o esclarecimento e muito menos podem ser considerados "senhores" de sua própria razão, livres e autônomos. Porém, a grande contribuição de Kant versa sobre a possibilidade de que esses ideais podem ser alcançados, dependendo da luta de cada indivíduo em superar o conformismo e a apatia que os fazem menores, impedindo-os de progredirem e superarem a dominação que alguns exercem sobre outros. Ser esclarecido e autônomo exige uma luta diária de resistência e superação da alienação.

Adorno, com base na Teoria Crítica, tem embasado seus estudos na concepção de autoridade e autonomia kantiana, pois essa concepção aponta para um conhecimento universal e único. Para os teóricos críticos, tais como Horkheimer e Adorno, o esclarecimento, a razão, tem perseguido os ideais humanos na tentativa de livrá-los do medo, dando-lhes poder. A princípio, acreditou-se que esse poder viria da dominação da natureza e dissolução dos mitos, pela instauração do saber e da razão, mas o que se viu foi a mitificação da razão em detrimento da emancipação, já que esta não conseguiu desvelar o mundo de fato, e muito menos romper com a dominação e a barbárie.

Com isso, o homem alcançaria a autonomia de fato, passando a ser "senhor em sua casa" e dono do seu destino, capaz de agir sem a direção de outrem, no uso consciente da razão, do saber investido de poder, o que, na realidade, ainda está longe de se realizar. O grande passo nessa direção foi dado a partir do momento em que o homem dominou a natureza com o uso da razão.

A dominação da natureza pelo homem, através da técnica, na tentativa de se tornar "mestre e senhor da natureza", foi abordada pela primeira vez por Descartes (1999). Ele instaurou a razão e, com seu método, tentou traçar o caminho pelo qual se chega ao conhecimento. Suas idéias foram posteriormente aproveitadas por Kant, que acreditava que via razão os indivíduos teriam a possibilidade de emancipação.

Os pressupostos kantianos trazem consigo a idéia de que é possível haver emancipação dos indivíduos via razão. O esclarecimento viria da "saída do homem de sua menoridade, da qual é o próprio culpado". Adorno (1991), com base

em Kant, ressalta que a razão constitui a instância do pensamento calculador que prepara o mundo para os fins da autoconservação.

A Teoria Crítica, preconizada por Adorno, é mais radical nessa questão do esclarecimento e na crítica das possibilidades de autonomia. Adorno e Horkheimer (1991) tentam desenhar criticamente o itinerário da razão, do esclarecimento, perpassado pela irracionalidade. Analisam o percurso da instauração da razão no mundo moderno, sua instrumentalização, que distancia os homens de sua verdadeira essência. Com isso, ao invés de dotar-lhes de autonomia, tende a torná-los cada vez mais submissos e racionalistas, o que denuncia um pseudo-esclarecimento.

Adorno e Horkheimer (1991), ao analisarem esse percurso, ilustram o processo de esclarecimento, bem como o itinerário da razão, através do mito narrado por Homero, na *Odisséia*[2], uma obra fundamental para a análise da civilização européia, cuja saga empreendida pelo personagem mitológico de Ulisses apresenta-se como o protótipo da autoridade para a sua civilização.

Pode-se dizer que a história da razão ou do iluminismo, desde os primórdios na Grécia até os dias atuais, conduziu a um estado de coisas em que até mesmo a palavra razão é suspeita de conotar alguma entidade mitológica.

Para Adorno e Horkheimer, a *Odisséia* em seu todo dá testemunho da dialética do esclarecimento, sobretudo em seus elementos mais antigos, visto que a epopéia mostra-se ligada ao mito, cujas aventuras têm origem na tradição popular.

> O discurso homérico produz a universidade da linguagem, se já não a pressupõe. Ele dissolve a ordem hierárquica da sociedade pela forma esotérica de sua exposição, mesmo e justamente onde ele a glorifica. Ulisses já é uma estilização nostálgica daquilo que não se deixa mais cantar, e o herói das aventuras revela-se precisamente como um protótipo do indivíduo burguês, cujo conceito tem origem

[2] Segundo o historiador Heródoto, o poeta épico grego Homero, a quem se atribui a autoria das obras *Ilíada* e *Odisséia*, teria nascido em 850 a. C. e seria de origem jônica, da cidade de Esmira (atual Turquia). Estabelecidos sob a forma escrita entre os séculos IX a.C. e VIII a.C., seus poemas desfrutaram imensa popularidade na Antiguidade, servindo de base para o entendimento e sendo padrão estético para todos os poetas gregos e latinos. A *Odisséia* pode ser tomada como representação da vida doméstica, entremeada de narrações de viagens e de aventuras maravilhosas. Divide-se em 24 cantos e contém 12.000 versos hexâmetros. Relata o retorno de um dos heróicos guerreiros gregos – Ulisses – à sua pátria, a ilha de Ítaca, da qual era rei, terra de bons rebanhos, bom trigo e bons vinhedos, onde o aguardam o único filho, Telêmaco, a fiel esposa Penélope. Ulisses é forte, bravo, tenaz, inteligente e astuto como ninguém (HOMERO, 2005).

> naquela auto-afirmação unitária que encontra seu modelo mais antigo de herói errante (ADORNO e HORKHEIMER, 1991, p. 51).

Os mitos, a princípio, foram uma forma de esclarecimento e desvelamento do mundo, já que se propunham a explicar a realidade, como também a necessidade de se romper com a repetição. Era o que na época representava a autoridade sobre a vida das pessoas. Porém, deixa de ser esclarecimento quando retorna a essa repetição pura e simplesmente, ou seja, quando elege outras formas de se prender a algum mito ou tabu, na maioria das vezes velada pelas convenções sociais.

Historicamente, o programa do esclarecimento era o de livrar o mundo do feitiço, das explicações "mágicas" e supersticiosas advindas do modo de funcionamento da natureza. Sua pretensão era a de dissolver os mitos e eliminar a imaginação por meio do saber (Adorno e Horkheimer, 1991), o que consequentemente demonstra que há uma tendência ao império da razão acima de todas as coisas.

A essência do esclarecimento torna inevitável a dominação, pois a partir do momento que se substituem as explicações mitológicas do mundo por explicações racionais, adquire-se um pretenso saber e poder, que "autoriza" o domínio de uns sobre aqueles que não o possui (Adorno e Horkheimer, 1991, p. 52).

O saber e a razão, sobrepostos às explicações mitológicas, na grande maioria das vezes, se não em todas, estão a serviço da dominação, porque acabam servindo à lógica do mercado que sempre é excludente. Saber e razão conferem aos indivíduos um status de poder que os fazem acreditar que podem dominar os outros.

Um personagem que acreditou na instrumentalização dos mitos pela razão é Ulisses. Ele é um representante dessa luta entre saber, razão e poder, pois a viagem que empreende na narrativa homérica ilustra, metaforicamente, conforme nos assinala Matos (1993), a passagem que a humanidade precisou realizar para efetuar a transição da natureza à cultura; do instinto à sociedade. Quando os ditames sociais começam a se sobrepor aos instintos, tem-se a instauração da lei, da ordem social e de tudo o que representa autoridade, pré-condição para a civilização.

A história da civilização, bem exemplificada na Odisséia, demonstra a história da introjeção do sacrifício e a renúncia do homem. A astúcia e a saga de Ulisses, empreendidas na sua autopreservação, ressaltam, segundo comentários de Adorno e Horkheimer (1991), a oposição do ego sobrevivente às múltiplas peripécias do destino, exprimindo a oposição do esclarecimento ao mito, a luta de um eu fisicamente fraco em face das forças da natureza.

É justamente aí que muitas pessoas, por uma fragilidade psíquica, aderem ou não às figuras de autoridade, entregando suas vidas aos "heróis" de um grupo, podendo estes recaírem no autoritarismo puro e simplesmente.

Essa adesão racional às figuras de autoridade, ao herói, que aqui em questão é Ulisses, se dá porque os dotes particulares dos indivíduos se apagam num grupo. Com a figura de um líder forte, os indivíduos passam a apresentar novas características que não possuíam anteriormente, agindo segundo esse grupo ou líder e não por conta própria, o que pode provocar na figura dos líderes uma tendência ao autoritarismo (FREUD, 1995c, p. 84)

Este líder, apesar do autoritarismo, exerce um fascínio e influência sobre os indivíduos devido ao seu grau de persuasão sobre os grupos e sobre as pessoas que acreditam na emancipação e na autonomia dos indivíduos. Segundo Freud (1995c), num grupo, todo sentimento e todo ato são contagiosos, e contagiosos em tal grau que o indivíduo prontamente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse coletivo.

O personagem Ulisses, então, representa o emblema dessa relação de sacrifício pessoal em prol do interesse coletivo que Freud explicitou acima. Ulisses, num momento de sacrifício e renúncia, representa um líder que contagia seu povo, é o emblema da autoridade desse povo, revive os embates necessários à civilização. O povo só lhe confere essa autoridade, porque o fato de ele sofrer as peripécias do seu destino lhe legitima a glória e o descanso. Ele é o protótipo do homem burguês moderno.

Os obstáculos que Ulisses encontra pelo caminho representam a luta do humano em também se autoconservar, assim como os esforços dos imperativos da vida em contraposição aos emparelhamentos com a morte. Ulisses se vê tendo que se sacrificar, renunciando a desejos em busca de um futuro promissor, um sobrevivente no retorno à sua pátria. O mesmo sacrifício que a humanidade enfrenta na busca da civilização em contraposição à barbárie.

> A transformação do sacrifício em subjetividade tem lugar sob o signo daquela astúcia que sempre teve uma parte no sacrifício. Na inverdade da astúcia, a fraude presente no sacrifício torna-se um elemento do caráter, uma mutilação do herói astuto arrojado pelo mar e cuja fisionomia está marcada pelos golpes que desferiu contra si mesmo a fim de se autoconservar (ADORNO e HORKHEIMER, 1991, p. 61).

E assim, no entrelaçamento do mito de Homero com a Dialética do Esclarecimento, Adorno e Horkheimer (1991) tecem uma crítica que demonstra preocupação ao se depararem com a irracionalidade humana ao longo da história, transvertida num discurso de racionalidade, domínio e poder. Eles afirmam que o grande dilema humano é ter que escolher entre submeter-se à natureza ou submeter-se à natureza do eu, se curvar ou não à autoridade da razão, que, na atual conjuntura, nos oferece poucas possibilidades de romper com esse dilema.

Adorno e Horkheimer (1991) ressaltam ainda que, com isso, a nação retira a sua autoridade da razão e não da revelação. A razão passa a ser concebida como um conjunto de percepções intelectuais fundamentais, inatas ou desenvolvidas pela especulação, fica solta no universo do conhecimento, não funcionando como uma atuação simplesmente relacionada com os meios de efetivar a produção do conhecimento e desvelamento do mundo.

A sociedade então passa a se deparar com um “retrocesso social” ao invés de um “desenvolvimento” social, bem como o acirramento das desigualdades e desumanização dos indivíduos, embrutecedora do ser, capaz de os predispor a uma recaída na barbárie. Crochik (2003) reafirma essa concepção de Horkheimer quando ressalta que:

> Assim, na mais abstrata racionalidade, podem ser encontrados os desejos mais primitivos. De outro lado, a racionalidade também é irracional, uma vez que não procede dos verdadeiros interesses humanos, mas dos interesses do capital. Dessa forma, há algo de racional na irracionalidade dos desejos, presente na acusação que ela implica, e há algo irracional na racionalidade social, pelo desconhecimento dos desejos humanos (CROCHIK, 2003, p. 16).

Essa dita superioridade dos homens advinda do saber, ou pelo “domínio” da natureza, por muito tempo os fez acreditar na falsa ilusão de que tinham domínio sobre o mundo e que a razão dava conta de explicá-lo. A Teoria Crítica vem justamente desmistificar esse paradigma, mostrando que os homens não têm tanto domínio assim e que essa razão está perpassada por uma (i)-razão que camufla a verdadeira condição humana alienante e coisificada.

Nesse sentido, as possibilidades de emancipação dos indivíduos tendem a ficar cada vez mais distantes de sua realidade, uma vez que se faz necessário um movimento maior em direção ao rompimento dessa alienação, que nem sequer permite que os indivíduos se reconheçam nessa condição ou, ao menos, ofereçam resistência a essa realidade por si só excludente e dominadora. A contextualização da autoridade, nesse caso, tem que acompanhar todo esse processo histórico que vai do domínio da natureza ao desvelamento do mundo à razão, dentro desse contexto de opressão e dominação social.

Toda essa luta que os indivíduos empreendem na busca do esclarecimento e da autonomia, na tentativa de fugir da opressão e da barbárie, apontam uma tendência para lidarem com as figuras de autoridade da mesma maneira, entregando-se a seus ditames.

1.3 A autoridade na história do conhecimento

A autoridade, por apresentar uma dimensão histórica da realidade social, foi se consolidando no campo do conhecimento tanto no seu caráter objetivo quanto subjetivo. Para o senso comum, a idéia de autoridade contrapõe-se a um ideal de liberdade. Circunscrita à esfera particular, ela é tomada, muitas vezes, como independência ou como possibilidade de viver de modo espontâneo e natural, fazendo o que se deseja (ROURE, 2006, p. 120).

O fato é que, quer se submetendo ou não a uma instância de autoridade, os indivíduos, ao longo de sua existência, deparam-se com figuras de autoridade liberando ou interpondo resistência ao seu caminhar no mundo. Foi e ainda é uma

questão muito controversa, mas que sempre despertou o interesse de vários teóricos, dentre eles Marcuse.

Para Marcuse (1972), a relação de autoridade tem dois elementos principais – submissão e liberdade, que se unificam no objeto da autoridade.

A *submissão* em muitos casos é imposta, coercitiva, não se analisando muito porque se submete ou não àquela autoridade. Já no caso da *liberdade*, também há certa submissão, só que a aceitação não se dá pela coerção, o outro "aceita" a autoridade por acreditar em sua legitimidade.

> O reconhecimento da autoridade como uma força essencial da prática social remonta às raízes da liberdade humana: significa (em um sentido sempre diferente) a renúncia à autonomia (de pensamento, vontade, ação), significa subordinação da própria razão e da própria vontade a conteúdos predeterminados, e isso de tal modo que tais conteúdos não constituem apenas "material" para a vontade transformadora do indivíduo, e sim que constituem, tais como são, normas obrigatórias para sua razão e sua vontade. (MARCUSE, 1972, p. 56)

Nesse sentido, só é possível ter liberdade de ação a partir da submissão às regras, aos ditames sociais e às figuras de autoridade. Não há como ser livre sem prescindir de regras. Este é o pré-requisito para a busca da emancipação e da liberdade de fato, que passa, inclusive, pelo reconhecimento da autoridade enquanto um controle legítimo e necessário.

Marcuse ressalta que o reconhecimento da autoridade funciona como uma força essencial da prática social que remonta às raízes da liberdade humana, significa a renúncia à autonomia, subordinação da própria razão e da própria vontade a conteúdos predeterminados. Tal conteúdo não constitui apenas "material" para a vontade transformadora do indivíduo, e sim constitui, tais como são, normas obrigatórias para sua razão e sua vontade (MARCUSE, 1972, p. 57).

E assim Marcuse (1972,) em seus estudos sobre autoridade, tenta fazer um resgate histórico de outros estudiosos que contribuíram para o entendimento da temática autoridade e das possibilidades de emancipação e de autonomia.

Marcuse (1972) percebeu que a autoridade se estabeleceu, num primeiro momento, como uma autoridade advinda do domínio religioso, de um Deus guiando a vida dos indivíduos, demonstrada nos estudos de Lutero e Calvino, a influência das determinações da sociedade capitalista na tentativa de dominar e controlar os indivíduos via autoridade para alinhar o capital. Sendo assim, podemos verificar que Lutero propõe uma autoridade da fé, pois acredita que o fundamento ideológico da formação da autoridade, especificamente burguesa, está na liberdade[3].

Para ele, a ordem terrena apresenta-se essencialmente como um sistema de "autoridades" e "ofícios" que, por sua vez, apresentam-se sob o signo da "espada", um sistema de subordinação. Os indivíduos têm que se submeter à autoridade Divina para a salvação da liberdade individual, têm que diminuir porque há um Deus que castiga.

> Todo esse sistema de subordinação à autoridade e aos ofícios, diga-se de passagem, deve ser fundamentado por meio do recurso à ordem divina: ele é estabelecido para castigar os maus, defender os bons e assegurar a paz, mas essa fundamentação não chega para sancionar exatamente aquele sistema de autoridade que existe, exatamente aqueles ofícios e autoridade particulares, assim como a maneira como utilizam a "espada" (LUTERO, 1905 apud MARCUSE, 1972, p.64).

A autoridade vigente na época de Lutero ainda estava muito voltada para a coerção explícita através da força física e do poder da "espada" daquelas figuras autoritárias que buscavam um controle social. Mas, para ele, o que realmente legitimava a autoridade era a "dignidade interior".

Em Lutero, aquele que possui dignidade interior é que pode mandar nos outros, a "dignidade interior" de uma pessoa pode dar-lhe mais legitimidade para ser autoridade do que a própria pessoa que a exerce. Apesar disso, é preciso obediência (MARCUSE, 1972, p. 65).

---

[3] O raciocínio de Lutero sobre a liberdade gira mais ou menos em torno desses seus escritos: Um cristão é um senhor livre sobre todas as coisas e não é súdito de ninguém. Um cristão é um servo de todas as coisas e é súdito de todo mundo. E a solução da contradição: a primeira frase se refere "ao homem interior, à liberdade e à justiça suprema"; a segunda frase se refere ao "homem exterior": "exatamente onde ele é livre nada pode fazer, e onde é servo deve fazer toda sorte de coisas". (LUTERO, 1905 apud MARCUSE, 1972, p. 61)

Essa “dignidade interior” que Lutero aborda advém do ofício que uma pessoa realiza. Esse ofício conserva sua autoridade, mesmo que ela não mereça essa condição. A autoridade, nesse sentido, se estabelece pelo status dado ao tipo de trabalho que o indivíduo realiza, e quanto mais sofisticado e especializado é este ofício, mais essa autoridade é legitimada.

Porém, o sistema de autoridade, para ele, só se mantém se a justiça humana for retirada do poder dos homens, ou se a justiça realmente existente for incluída no conceito de justiça terrena, sendo Deus o único juiz da injustiça terrena. Os homens ainda não são, segundo Lutero, suficientemente dignos em seu interior a ponto de prescindir da presença de Deus no julgamento e no comando de suas vidas.

Como os homens não possuem por completo essa idéia de “dignidade interior” apregoada por ele, Lutero deixa nas mãos das divindades, na figura de Deus, a legitimação, de fato, de alguém autorizado a impor sua autoridade sobre a sociedade, que só pode exercê-la sempre referendada a Deus.

Seguindo essa visão de autoridade, temos Calvino que assim como Lutero, acredita numa autoridade terrena, que é sancionada por uma divindade. Dá à relação de autoridade na família uma função bem determinada no mecanismo das autoridades sociais e, aliás, uma função psicológica.

A submissão do indivíduo à autoridade terrena aparece exatamente como “natural”, segundo Calvino, evidente por si mesma, “eterna” na medida em que deve ser a submissão à autoridade do pai, que tem em comum com ela sua origem na determinação divina.

O homem é orientado não no sentido de uma crescente dominação da necessidade, mas, ao contrário, no sentido de sua aceitação voluntária da autoridade. Em conexão com a doutrina protestante-burguesa da reforma, dá-se, como é sabido, uma reorganização programática da família e um fortalecimento considerável da autoridade do *parter famílias* (MARCUSE, 1972, p. 68). Essa *pater famílias* tem o pai como o centro da figura de autoridade na família, característica da sociedade patriarcal que vigorou por muito tempo.

Em suma, no cenário da discussão sobre autoridade, as contribuições de Calvino e Lutero, nos estudos desta temática, prevêem que da autoridade dos pais, fluem e expandem todas as outras figuras de autoridade. Se essa autoridade não é estabelecida em casa, dificilmente será conseguida pelo governo.

Uma pequena peculiaridade existe nessa relação: a autoridade dos pais advém de um domínio natural e voluntário, já a autoridade externa à família é imposta e criada.

Lutero e Calvino possibilitam o florescer da concepção Kantiana de autoridade, que é ressaltada por Marcuse, porque essa concepção passa pelo "ethos protestante" ou centra-se na ética universal (MARCUSE, 1972, p. 84). Ou seja, antes de ser atribuída ao homem ou a Deus, o importante é a discussão da dimensão da autoridade enquanto um valor que aspira aos ideais éticos universais, que independe das coisas e dos indivíduos. Isso promove uma espécie de liberdade interior.

Segundo Marcuse (1972), a concepção de liberdade "interior" como liberdade da pessoa autônoma, a transferência do valor "ético" das "obras" para a moralidade da pessoa, a "formalização" da ética, a centralização da moralidade na venerável obediência ao dever como secularização da "obediência cristã", são os pilares da ética kantiana que culminam na autoridade e na autonomia da razão.

Dois pontos são decisivos nos escritos de Kant sobre autoridade: a autoridade da pessoa livre sobre a lei do dever e o "direito de resistência". A autoridade social e a liberdade, para Kant, ainda estão no estado de "menoridade", ou seja, de ser governado por alguém. Os problemas da autoridade e da liberdade estão no terreno da ordem social factual como um problema da "sociedade civil". A sociedade civil tem interesse no disciplinamento do homem por meio do comportamento autoritário (MARCUSE, 1972, p. 85).

Esse comportamento autoritário da sociedade civil cerceia as possibilidades de emancipação e a saída desse estado de menoridade discutido por Kant, na medida em que impede a expressão de ideais de protesto e de crítica social dessas figuras de autoridade que tentam se firmar no puro autoritarismo repressor.

Assim como Lutero e Calvino trouxeram a discussão da temática autoridade para o campo do conhecimento, permeada pela idéia de Deus, Kant também traz esse viés, mas esse Deus kantinano é o legislador supremo, é "terreno", aquele que aponta para a universalidade.

> A autoridade universalmente obrigatória da lei não tem, portanto, sua razão última em uma universalidade "autêntica" (na qual o interesse de todos os indivíduos é um interesse comum), e sim na

> aparência de uma universalidade que se origina de que os interesses específicos de determinadas camadas adquirem o caráter de interesses gerais, na medida em que se individualizam aparentemente no aparelho do Estado (MARCUSE, 1972, p.93).

Enfim, Marcuse ressalta que, para Kant, toda autoridade pessoal e institucional deve curvar-se diante da idéia de uma lei universal que os indivíduos unificados deram a si mesmos e mantém-nos. Na esfera "exterior" do ser social, essa lei fundamenta não somente a autoridade do sistema social de "autoridades", e sim a autoridade em geral como uma necessidade social às vezes implantada pela burguesia (MARCUSE, 1972, p.93).

A burguesia, por não fornecer os fundamentos para o sistema social de autoridade, deixa de ser o lugar próprio da liberdade e, por conseguinte, da universalidade. O Estado (na figura do governo) é que se torna portador incondicional da autoridade social; uma autoridade praticamente irracional, porque se firma no autoritarismo, na coerção, sem as bases legítimas para exercer essa função. O indivíduo, então, é levado a obedecer ao Estado desde os primórdios de sua existência na família.

> O indivíduo obedece às leis e sabe que nessa obediência se encontra a sua liberdade. A história se torna (talvez pela primeira vez na filosofia burguesa) a autoridade primeira e última, mas, diante do caráter acabado do sistema, é colocada uma forma determinada, de modo absoluto, ao desenvolvimento histórico; a compreensão daquilo que é ganha o tom quietista de um reconhecimento e justificação do que existe (MARCUSE, 1972, p.109).

Segundo Marcuse (1972), Hegel insere sua análise social com o viés da dominação e da servidão, aliada a essa idéia de dominação pelo sistema nas questões de autoridade. A dominação e a servidão, no caso da autoridade, só se tornam possíveis em função de uma determinada forma de processo de trabalho. No processo de trabalho, o ser apresenta-se ao servo em "cadeia da qual ele não pode abstrair-se na luta". Essa análise contém não somente a fundamentação da

autoridade da dominação na esfera da luta social, como também fornece a dialética dessa autoridade (MARCUSE, 1972, p. 111).

Ao longo do processo histórico de estabelecimento do capitalismo, a autoridade insere-se num contexto de dominação e poder, discussão iniciada e incitada por Hegel. Este dá início a uma análise social da dominação na sociedade capitalista, que posteriormente foi desenvolvida por Marx, chamando a atenção para o fato de que a autoridade na sociedade capitalista tem sua fundamentação nas relações de dominação, submissão e poder.

E assim, segundo Marcuse (1972), atrelado ao pensamento hegeliano, Marx complementa que a autoridade advém de um significado social, sendo uma relação de dependência no processo capitalista de produção.

> A autoridade é uma manifestação da relação dominação-servidão como relação social de dependência. A relação de dominação-servidão, contudo, na forma em que se origina diretamente a partir da própria produção, é determinada pela forma econômica específica na qual o trabalho excedente não-pago é sugado dos produtores imediatos (MARCUSE, 1972, p.136).

O domínio autoritário do capitalista por um lado é até compreensível, já que se quer que o processo de trabalho se concretize. Por outro lado, faz aumentar a resistência dos trabalhadores no serviço a ser realizado, aumentando assim a pressão do domínio autoritário do capital, ao que Marx chamou de “forma despótica” da direção do capitalismo. O capitalista se torna um dirigente industrial, um comandante, porque detém o capital, e sua autoridade decorre daí. Sua autoridade é a “personificação do capital” (MARCUSE, 1972, p. 136).

Nessa sociedade capitalista, marcada por relações de dominação-servidão, ao mesmo tempo em que o capitalismo impõe seu curso num domínio autoritário das mentes e corpos dos indivíduos destitui vínculos que geram a barbárie como a de Auschwitz, confirmando o que Adorno (1995, p. 109) alertou como sendo responsável pelo horror sádico-autoritário, ligado à perda da autoridade.

> Os assim chamados vínculos facilmente convertem-se em passaportes sociais – aceitos por uma pessoa com o fim de legitimar-se como honrado cidadão -, ou então produzem odiosos rancores, psicologicamente contrários à sua finalidade original (ADORNO,1995, p.109).

Com isso, Adorno (1995) chama a atenção para o fato de que os vínculos relacionais tão importantes para manter e fortalecer a ordem social deixam de exercer sua função psicológica de estabelecer um suporte psíquico aos indivíduos, bem como lhes possibilitar um bom convívio social necessário para que haja civilização, passando a servir também à lógica da dominação, o que aumenta ainda mais os sentimentos ambivalentes (amor x ódio) desses indivíduos e os predispõem à barbárie.

Esses sentimentos ambivalentes marcaram o princípio de Auschwitz. Credita-se à autonomia a única força e verdadeira resistência na superação dessa barbárie; a autonomia é a força para a reflexão, para a autodeterminação, para o não deixar-se levar (ADORNO, 1995, p. 110).

Adorno (2000), em uma entrevista para um programa de rádio com Becker[4], ressaltou a importância da autoridade e alertou para o fato de que a criança não pode ser submetida autoritariamente à violência, nem submetida à insegurança total pelo fato de não se oferecer a ela nenhuma orientação. Ou seja, a criança, para se desenvolver em todos os aspectos humano e romper com os limites da dominação social, precisa de referências de vida, de modelos, de autoridade, que não tendam somente para a violência e para o autoritarismo, e nem por outro lado para a permissividade exacerbada.

A criança aprende pelas identificações que faz com o outro, naquilo que ela almeja para si, nos modelos que lhe servem de conduta e de ideal de ego. A partir do momento que se distancia dos pais, no convívio social com outras pessoas, seus investimentos libidinais passam a ter como alvo as outras pessoas que lhes remetem à figura dos pais.

Essa também é uma tarefa da educação, pois ela, em seus princípios de formação humana para a emancipação, tem de favorecer a autonomia, a crítica e a emancipação desde a primeira infância, ou seja, no início da vida social

---

[4] Ver: ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

da criança, na tentativa de abolir do convívio social a adesão cega a figuras autoritárias que promovem a barbárie, a dominação, a servidão.

Desse modo, podemos perceber que a autoridade, mais do que uma questão política, é da ordem do afetivo e, nesse sentido, entendê-la requer estudos acerca da subjetividade dos indivíduos. Adorno (1995) adverte que é preciso trazer de volta o próprio sujeito à sua subjetividade; seus impulsos não devem ser banidos do conhecimento (p. 191). Tudo isso na tentativa de ressignificar os modelos e a autoridade imposta à sociedade, principalmente às crianças.

Resta-nos, então, reconhecer que a autoridade oferece uma das possibilidades reais de autonomia e emancipação, capaz de promover uma transformação social. Isso só acontecerá quando também houver uma mudança psíquica nos indivíduos a fim de que eles consigam lutar efetivamente pela autonomia.

1.4 Razão e emancipação

Razão e emancipação completam-se no processo de esclarecimento, de autonomia, muito embora seus caminhos tenham se divergido, nem sempre onde há razão prevalece a emancipação.

Horkheimer e Adorno (1991) discorrem sobre as possibilidades de esclarecimento no mundo moderno, e afirmam que, no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido os ideais humanos sempre com o objetivo de livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores. A superioridade do homem está no saber e esse saber é perpassado pelo desencantamento do mundo, pelo domínio da natureza e pela destituição das explicações mitológicas, que antes eram consideradas como fonte do saber (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 25).

> O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo que sobre o que exercem o poder. O

> esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 25).

O esclarecimento que teoricamente possibilitaria a emancipação passa a manipular os indivíduos a partir do momento em que eles perdem a capacidade crítica, na medida em que acreditam ter se desvencilhado dos mitos e de todo esse arcabouço que o envolve. Acreditando nesse pseudoesclarecimento, os indivíduos, por comodismo ou por ignorância, colocam uma espécie de venda nos olhos que não os deixam perceber a alienação na qual estão inseridos, já que, ao invés de agir conforme seu julgo, na grande maioria das vezes entregam suas vidas a outrem.

> Os homens receberam o seu eu como algo pertencente a cada um, diferente de todos os outros, para que ele possa com tanto maior segurança se tornar igual. Mas, com isso nunca se realizou inteiramente, o esclarecimento sempre simpatizou, mesmo durante o período do liberalismo, com a coerção social (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 25).

Assim, o que o indivíduo tem de seu, o eu, passa a ficar a serviço da lógica da dominação. O esclarecimento, ao invés de promover a emancipação, começa a coibir a sociedade, exigindo padrões de comportamento e posicionamento social padronizados segundo os ditames de uma classe especializada na dominação, na alienação. Nesse sentido, a possibilidade de emancipação e de esclarecimento fica cada vez mais distante da vida dos indivíduos.

"O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica. A pura imanência do positivismo, seu produto, nada mais é do que tabu, por assim dizer, universal. Nada mais pode ficar de fora, porque a simples idéias do "fora" é a verdadeira fonte da angústia" (HORKHEIMER; ADORNO, 1991, p. 25).

Dessa forma, o esclarecimento torna-se também um mito na medida em que não abrange a totalidade. A partir do momento que começa a atender aos fundamentos da dominação, da opressão, deixa de investir os indivíduos de um poder real que liberta e lhes dá autonomia.

Horkheimer (2002) afirma com isso que o grau de racionalidade da vida humana podia ser determinado segundo a sua harmonização com essa totalidade

social. A sua estrutura objetiva, e não apenas o homem e os seus propósitos, era o que determinava a avaliação dos pensamentos, e das ações individuais (HORKHEIMER, 2002, p. 14).

É por isso que a razão deveria possibilitar a emancipação indiscutivelmente, pois há em seus princípios constitutivos esta promessa. Porém, ela se corrompe na medida em que os que a detém usam-na para dominar e para legitimar ainda mais a exclusão e a alienação. Parte daí, também, alguns dos desafios da educação e das figuras de autoridade que buscam a autonomia enquanto princípio para a emancipação ou, no mínimo, para desenvolver o pensamento crítico.

Para Horkheimer (2002), a razão, em seu sentido próprio de *logos*, ou *ratio*, sempre esteve essencialmente relacionada com o sujeito, com a sua faculdade de refletir. Sendo assim, uma das tarefas da educação, enquanto emancipação, deveria possibilitar ao indivíduo o exercício de um pensar na busca da autonomia que o levaria, inclusive, a questionar o autoritarismo transvertido em autoridade.

"Na maior parte dos casos, ser racional significa não ser refratário, o que por sua vez conduz ao conformismo com a realidade tal como ela é. O princípio de ajustamento à realidade é dado como certo" (HORKHEIMER, 2002, p. 19). Esse ser refratário a que Horkheimer se refere está relacionado com aquele ser que não oferece resistência à dominação na qual está inserido e começa a reproduzir ideais que lhe são impostos, muitas vezes ideais opressivos e alienantes. Uma alienação que nem sequer os fazem perceber enquanto integrantes desta condição.

É justamente nesse momento que Horkheimer (2002) alerta para o fato de que o indivíduo, com a instauração da razão, teve uma ascensão que não se sustentou na realidade opressora, ocasionando uma crise da razão, bem como as possibilidades de emancipação.

> A crise da razão se manifesta na crise do indivíduo, por meio da qual se desenvolveu. A ilusão acalentada pela filosofia tradicional sobre o indivíduo e sobre a razão – a ilusão da sua eternidade – está dissipada. O indivíduo outrora concebia a razão como um instrumento do eu, exclusivamente. Hoje, ele experimenta o reverso dessa autodeificação (...) no momento da consumação, a razão tornou-se irracional e embrutecida. O tema deste tempo é a

> autopreservação, embora não exista mais um eu a ser preservado (HORKHEIMER, 2002, p. 131).

Isso posto, o que Horkheimer (2002) nos adverte é que muito embora o indivíduo tenha a real possibilidade de emancipação via razão, esta se compromete na medida em que a razão torna-se irracional e embrutecida pela alienação na qual os homens estão mergulhados, o que dificulta o rompimento com a barbárie, bem como a busca pela emancipação.

Embora o indivíduo mesmo que mergulhado na alienação, lute para se autopreservar e empreender a busca pela autonomia, o seu eu está tão subsumido na realidade e tão distante de sua essência pela coisificação que as possibilidades de emancipação também são reduzidas, servindo de terreno para a dominação e opressão, principalmente de algumas figuras despóticas de autoridade.

Nesse sentido, para que haja possibilidade de emancipação, é preciso que o indivíduo seja resgatado e que ele reconheça sua identidade. Horkheirmer (2002) ratifica essa possibilidade na medida em que vê o indivíduo como uma entidade histórica, com uma existência sensível circunscrita no tempo e no espaço, com certa individualidade que lhe permite ascender na sociedade, mesmo com todo o cerceamento feito pelo social e pela família que exerce a autoridade espontaneamente. Muito embora o exercício dessa individualidade exija sacrifício e renúncia, é justamente nesse momento que o autoritarismo toma conta dessas demandas de individualidade, exercendo uma dominação velada sobre os indivíduos.

> A individualidade pressupõe o sacrifício voluntário da satisfação imediata em nome da segurança, da manutenção material e espiritual da sua própria existência (...) a individualidade entre as massas é de longe menos integrada e persistente do que entre os componentes da chamada elite. Por outro lado a elite esteve sempre mais preocupada com as estratégias de lucro e conquista de poder (HORKHEIMER, 2002, p. 133).

Horkheimer (2002) ressalta, quanto ao poder, que a preocupação da elite dominante não é com o exercício da autonomia, da emancipação, da busca pela individualidade, mas em criar estratégias de lucro e de poder que hoje, mais do que

nunca, é mediado pelo poder das coisas. “Quanto mais intensa é a preocupação do indivíduo com o poder sobre as coisas, mais as coisas o dominarão, mais lhe faltarão os traços individuais genuínos, e mais a sua mente se transformará num autômato de razão formalizada” (HORKHEIMER, 2002, p. 134).

A razão, nesse sentido, que teoricamente dota o indivíduo de um poder que liberta, que o emancipa, inverte sua lógica embrutecendo o indivíduo que empreende uma busca incessante pelo poder, a fim de dominar outros, iniciando esse círculo vicioso de dominação e alienação. Com isso, os indivíduos passam a se adaptar à realidade, ao invés de oferecer resistência a ela. Segundo Horkheimer (2002):

> O indivíduo totalmente desenvolvido é a consumação de uma sociedade totalmente desenvolvida. A emancipação do indivíduo não é uma emancipação da sociedade, mas o resultado da liberação da sociedade da atomização. Uma atomização que pode atingir o cume nos períodos de coletivização e cultura de massas (HORKHEIMER, 2002, p. 138).

Essa atomização social reflete também a fragilidade com que as relações são estabelecidas no mundo moderno, e a dificuldade do estabelecimento da autoridade num mundo em que tudo é relativo e se modifica em fração de segundos. O futuro do indivíduo depende cada vez menos da sua própria prudência e cada vez mais das disputas nacionais e internacionais entre os colossos do poder (HORKHEIMER, 2002, p.143).

Mesmo assim, há no indivíduo, e principalmente ele inserido na massa, algumas forças que lhe possibilitam a resistência a essa sociedade atomizada e superficial, bem como o alcance da emancipação e da autonomia, que deve ser uma tentativa constante de rompimento com a alienação e a barbárie, pois a contradição carrega em si a possibilidade e a impossibilidade de emancipação.

> A tarefa das massas em nossos dias consiste não em aferrar-se aos padrões coletivos tradicionais, mas sim em reconhecer e oferecer resistência aos padrões monopolistas que se infiltram em suas próprias organizações e afetam, individualmente, as suas mentes (HORKHEIMER, 2002, P. 148).

Oferecer resistência deveria ser a preocupação das massas, muito embora ela se imagine, segundo Horkheirmer (2002), como criadoras de seu próprio destino. Elas ainda são submissas aos seus líderes, ao autoritarismo disfarçado de autoridade, obedecendo aos ditames daqueles que detém o capital.

> Na hora presente, o operariado e o capital estão igualmente preocupados em conservar e ampliar o seu controle. Os líderes de ambos os grupos asseguram cada vez mais que a crítica teórica da sociedade tornou-se supérflua devido ao tremendo progresso tecnológico que promete revolucionar as condições de existência humana (HORKHEIMER, 2002, p. 152).

Esses líderes e figuras que apresentam uma pretensa autoridade, mas que na verdade não passam de autoritarismo, buscam revolucionar a existência humana na tentativa de manipulá-la de tal forma que todos os seus esforços sejam empreendidos contra a emancipação e a autonomia. E é contra esse tipo de manipulação, que não permite aos indivíduos romperem com a alienação, que parte dos desafios da educação deve ser empreendida para que os indivíduos possam, ao menos, aspirar aos ideais de emancipação.

1.5 Desafios para a educação e a autoridade

No mundo marcado pelas determinações da sociedade capitalista em que as relações humanas se tornam cada vez mais superficiais, quase que descartáveis, inserimos os desafios pelos quais a educação tem enfrentado, assim como o prenúncio dos embates com as figuras de autoridade que tentam se firmar como tal e não como o autoritarismo puro e simplesmente. Refletir criticamente sobre o movimento de conversão da autoridade em autoritarismo permite

> o desvelamento dos mecanismos de dominação que se mostra como um meio fundamental para a formação da consciência da contradição e da resistência. Mas, o que de fato predomina na

> educação são discursos que denunciam a violência e negam a autoridade nas relações privadas entre pais e filhos, professores e alunos, e, ao mesmo tempo, se calam frente a estrutura social autoritária (ROURE, 2006, p. 40).

A educação, ainda oferece, mesmo com todas as contradições inerentes a qualquer relação, as possibilidades de emancipação dos indivíduos, proporcionando os embates com essa estrutura social autoritária. Faz-se necessário, neste sentido, que seus pressupostos sejam expandidos e que os indivíduos tenham acesso aos ideais de emancipação garantidos pela educação, no exercício diário da busca pela autonomia.

Segundo Lasch (1991), em certo momento da história, creditou-se à expansão da educação a possibilidade de esclarecimento das massas, assim como o rompimento com a barbárie e com a alienação. A expansão da educação, que tinha por objetivo tornar as massas mais críticas com relação à autoridade estabelecida, encorajou um certo cinismo diante das declarações oficiais, mas também transformou as massas em ávidas consumidoras da publicidade e da propaganda que as deixaram em um estado crônico de insatisfação e de incerteza (LASCH, 1991, p. 215). Esta é mais uma prova das influências da indústria cultural na realidade dos indivíduos, influenciando a possibilidade de emancipação.

Nesse momento em que os indivíduos demonstraram insatisfação e incerteza quanto a esta cruel realidade proposta pela indústria cultural no mundo do capitalismo, segundo Lasch (1991), os indivíduos foram buscar abrigo na família.

> Em sua campanha para estabelecer a família como trono da virtude, os guardiões da moralidade insistiam sobre os perigos que espreitavam as ruas, os efeitos desmoralizantes da “civilização”, o crescimento do crime e da violência e a competição implacável que prevalecia no mercado. Eles conclamavam os homens e mulheres bem-pensantes a procurar abrigo no santuário da família (LASCH, 1991, p. 217).

A família em sua autoridade natural, legitimada pelo vínculo maternal com seus integrantes, apresenta-se para a educação também como um desafio a ser considerado no processo de emancipação, já que se por um lado garante ao

indivíduo esse respaldo e abrigo, por outro também é fonte de alienação, na medida em que não favorece aos indivíduos o rompimento com ideais massacrantes e favorecedores da barbárie, quando tenta manter a “ordem” em detrimento da crítica.

Esses ideais familiares de submissão são eregidos na educação das crianças desde a mais tenra infância e se perpetuam para todos os membros da família. Adorno e Horkheimer ressaltam que as primeiras intuições da criança são-lhe inculcadas, desde o começo da vida, pelo seu meio ambiente. A partir desse momento, o modo de agir dos que dela cuidam cria na criança os primeiros conceitos e concepções éticas, as primeiras noções de autoridade (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 64).

Lasch (1991), extrapolando esta afirmação de Adorno e Horkheirmer, chama a atenção para o fato de que a família chegou a ser vista pela classe médica com funções análogas à do hospital, do manicômio e da prisão, na medida em que se espera dela o moldar do caráter da criança no interior do lar. Assim, as primeiras lições de autoridade advém daí, sendo os pais as primeiras figuras de autoridade.

> Assim, a família luta para conformar-se a um ideal de família imposto de fora para dentro. Os especialistas concordam em que os pais não devem tiranizar as crianças, nem sobrecarregá-las com atenções “solícitas demais” (...) quando os pais não podem evitar completamente as decisões disciplinares, eles delegam-nas a outras autoridades (LASCH, 1999, p. 221).

A constatação de Lasch denota mais um dos grandes desafios da educação moderna, de ter que lidar com a educação dos indivíduos para a emancipação e ao mesmo tempo absorver demandas familiares que são atribuídas à educação que passa a funcionar como uma instância de autoridade.

As relações no interior da família tornaram-se semelhantes às relações no resto da sociedade. Os pais evitam impor arbitrariamente os seus desejos às crianças, deixando claro, assim, que a autoridade só merece ser considerada válida quando se conforma à razão (LASCH, 1999, p. 222).

O que vemos neste cenário é uma instrumentalização da razão a serviço da “autoridade” da educação, que não está livre de incorrer na barbárie, já que não possibilita a resistência, mas sim a adaptação social. Os membros da família, na

figura do pai e da mãe principalmente, adaptam-se ao fato de entregarem suas vidas e a de seus filhos ao governo de outrem, o que ressalta a impotência destes nesse mundo da relatividade e da inversão de valores.

Lasch (1999) ressalta que esta inversão de valores no mundo moderno faz com que a família, na figura dos pais, passe a delegar a disciplina dos filhos a outras agências com o objetivo de poupá-la dos conflitos que emergem quando as mesmas pessoas exercitam o amor e a disciplina (p. 223).

Assim, as agências educativas em sua autoridade ficam com a parte do disciplinamento das crianças, em que muitas vezes o que impera é a coação. Com isso, passam a ser alvo do ódio delas, enquanto que o amor fica destinado à família que se isenta de viver este conflito.

> Os pais aceitam sua obsolência com o máximo de boa vontade que conseguem reunir, voluntariamente relegando-se ao segundo plano da vida da criança. Eles fazem o que podem para facilitar a superação da velha geração pela nova, mesmo temendo a rejeição que geralmente se segue (LASCH, 1999, p. 224).

Isso demonstra mais um dos desafios que perpassam os limites da educação escolástica aos da educação no interior da família. Hoje cada vez mais vemos ser atribuídos à escola obrigações e valores que fazem parte das atribuições da educação familiar. E nessa confusão de papéis nem um, nem outro, consegue responder às demandas de autoridade necessárias para possibilitar a emancipação e a autonomia dos indivíduos. O homem, como diria Lasch (1999), passa a enfrentar o mundo sem uma “segurança” psíquica, dada pela autoridade e pela lei.

> O homem moderno enfrenta o mundo sem a proteção de reis, padres, ou de qualquer outra figura paterna mais ou menos benevolente; mas ele poderia aceitar sua perda se ela o tivesse ajudado a desenvolver seus próprios recursos íntimos. Incapaz de internalizar a autoridade, entretanto, ele projeta os impulsos proibidos para o exterior e transforma o mundo em um pesadelo (LASCH, 1999, p. 227).

Esse mundo então passa a ser um receptáculo de tudo o que é produzido e imposto pela sociedade capitalista. Além de abrir precedente para a lógica excludente do capital, adere facilmente aos ideais da indústria cultural e da cultura de massas que objetiva sempre a padronização dos indivíduos para facilitar ainda mais a dominação. Tem-se, com isso, um cenário de desvalorização da autoridade e de tudo aquilo que foi registrado no superego ao longo da vida dos indivíduos.

O superego, que liberou o prazer apenas para transformá-lo em outra forma de dor, reflete a desvalorização da autoridade na sociedade moderna. Os detentores da autoridade – pais, professores, juízes e padres – sofreram todos uma perda de "credibilidade". Incapazes de inspirar lealdade, ou mesmo de obter obediência, eles foram obrigados a conceder a seus subordinados uma maior variedade de prazeres – e também de crimes e contravenções – do que poderiam outrora tolerar (LASCH, 1999, p. 233).

Com uma espécie de afrouxamento das "rédias" do superego, o indivíduo vê-se também inseguro quanto ao que o mundo tem-lhe a oferecer – submeter ou não às figuras de autoridades. O fato é, que como mencionou Lasch (1999), os homens não se submetem à autoridade, mas à realidade, e a realidade é implacável na vida social, pois com ela não há concessões.

As pessoas se submetem, portanto, às regras da vida social, porque a submissão geralmente representa a linha de menor resistência e não porque acreditam na justiça de tais regras ou nas boas intenções daqueles que as promulgam. A dissolução da autoridade não traz a liberdade, mas novas formas de dominação (LASCH, 1999, p. 237).

Assim, Lasch (1999) nos provoca o retorno ao debate inicial deste trabalho, no que se refere à possibilidade de os indivíduos prescindirem de autoridade para viver. Ele próprio ofereceu-nos indícios para responder esta pergunta, e nesse aspecto da autoridade, suas idéias coincidem com Freud (1995b) e Adorno (2000). Cada um, a seu modo, oferece subsídios que nos levam a considerar a autoridade como necessária para o desenvolvimento da civilização, e para o exercício da autonomia e da emancipação.

A educação, nesse sentido, apresenta-se como uma das possibilidades de busca da emancipação e da resistência a tudo que se apresenta como dominação e autoritarismo.

No entanto, segundo Roure (2006), a legítima denúncia ao autoritarismo na educação concentra-se, primordialmente, na superfície das relações entre indivíduos, mascarando as verdadeiras condições de opressão institucionalizadas no modo produtivo do capitalista.

> Desse modo, entende-se que, se a autoridade abarca o sentido de dominação, quando convertida em autoritarismo, também pode expressar as condições de direção, de respeito e de identificação que, constituídas a partir da relação do indivíduo com os pais e educadores, se apresentam como possíveis mediações para uma educação comprometida com a autonomia e com a formação da consciência crítica (ROURE, 2006, p. 118).

E quando abordamos a autoridade enquanto expressão também de dominação e de autoritarismo, no mundo moderno, não podemos deixar de considerar o que Adorno nos alerta a respeito da repetição da barbárie de Auschwitz e de todos os desdobramentos desse momento tão opressivo da civilização. Como a educação deve empreender a luta contra a barbárie, Adorno ressalta que

> (...) na luta contra a barbárie ou em sua eliminação existe um momento de revolta que poderia ele próprio ser designado como bárbaro, se partíssemos de um conceito formal de humanidade. Mas já que todos nós nos encontramos no contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie (ADORNO, 2000, p. 158).

Adorno (2000) alerta ainda que a perpetuação da barbárie na educação é mediada essencialmente pelo princípio da autoridade, que se encontra nesta cultura sobre o julgo do autoritarismo. A cultura traz consigo mecanismos de dominação e poder que, inviabilizam o rompimento com a barbárie. A própria educação, ao não possibilitar a crítica e a emancipação, favorece a alienação ao invés de promover a desalienação dos indivíduos.

A educação, para Adorno, tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica. Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicanálise, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde

praticam crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância (ADORNO, 2000, p.122).

Esta concepção de Adorno (2000), que acredita que a educação deve se concentrar na primeira infância para que a repetição da barbárie não se instaure, também é partilhada por Freud quando este ressalta a importância dos pais como modelos dos filhos e como peça fundamental para que o superego se consolide e com ele também a autoridade funcione para manter a saúde psíquica dos indivíduos, favorecendo os propósitos da civilização.

Adorno (2000) afirma que, atualmente, a educação tem muito a declarar acerca do comportamento do mundo, mais do que intermediar para nós alguns modelos ideais preestabelecidos. Ou seja, ela nos oferece indícios de como a realidade dos indivíduos está envolvida nas tramas sociais. Sendo assim, ela deveria dar conta de explicar a realidade e possibilitar a emancipação, muito embora Adorno também reconheça que não somos educados para a emancipação. Ele chega a citar o pensador Bogdan Suchodolski para quem a educação é a "preparação para a superação permanente da alienação". Uma educação efetivamente procedente em direção à emancipação frente a esses fenômenos não poderia ser separada dos questionamentos da psicologia profunda (ADORNO, 2000, p. 148).

E assim, Crochik (1996) ressalta que é realmente via educação que os indivíduos adquirem as reais possibilidades de emancipação. Porém, uma educação que transmita informações, hábitos e valores em nome da emancipação, pois, ao não refleti-los, torna-os externos aos indivíduos (CROCHIK, 1996, p. 90).

No momento em que a educação passa a transmitir informações, hábitos e valores externos aos indivíduos, ela deixa de ter validade enquanto possibilidade de emancipação e autonomia, visto que, ao invés de oferecer resistência a toda e qualquer opressão e dominação, fortalece ainda mais a alienação. Adorno creditou à educação a garantia de impossibilitar a repetição da barbárie acontecida em Auschwitz. Quando ela promove a adaptação, ao invés da emancipação, torna-se inviável já que se apresenta à sociedade isenta de crítica, o que dificulta o exercício da autonomia.

Com isso, a educação tende a torna-se, no mundo do trabalho, repetição e adaptação pura e simplesmente. Crochik (1996) chega a afirmar que o indivíduo,

formado na adaptação ao mundo do trabalho, cuja divisão calca-se na dominação da natureza, do outro e de si mesmo, é um indivíduo que vive sobre o julgo do autoritarismo e obedece pelo medo. O medo é a base da constituição do eu e no desenvolvimento desse é perpetuado (CROCHIK, 1996, p. 93).

Assim, segundo Crochik (1996), a educação deve visar não somente à adaptação aos perigos existentes, mas também a uma realidade na qual esses perigos deixem de existir. Dessa forma, não devendo suscitar a violência dos competidores, mas o entendimento do significado da própria competição, deve possibilitar ao indivíduo uma auto-reflexão pela educação.

> Pela educação através da possibilidade da auto-reflexão da própria impotência individual, da autonomia da razão no sentido kantiano, do esclarecimento do que gera personalidades autoritárias, no aprendizado do respeito ao mais fraco, na criação de um clima cultural geral que se oponha ao fascismo (CROCHIK, 1996, p. 98).

O que Crochik (1996) nos alerta, neste momento quanto à educação, é que ela não se apresenta atualmente transmitindo conteúdos que permitam uma relação reflexiva com eles, pois isso só seria possível quando visassem não à adaptação do indivíduo ao mundo do trabalho (embora esta tenha sua importância), mas quando oferecesse aos indivíduos a possibilidade de se diferenciarem de si mesmos, e de se desvencilharem das necessidades do mundo do trabalho através das diversas formas de expressão criadas pela cultura (música, arte, literatura, teatro etc).

Favorecer aos indivíduos a capacidade criadora, além de lhes possibilitar as diferentes formas de expressão na cultura, é um dos desafios creditados à educação como um ideal de emancipação que deveria começar na escola. Esta não deve funcionar como um espaço de reprodução do que já está posto e do que já se espera dela enquanto padrão, deve possibilitar uma “liberdade” aos sujeitos de romperem com a dominação e a alienação.

Quanto a esta temática, Paiva (1996) afirma que, no mundo especial da escola, a subjetividade deve submeter-se a um mundo objetivo que nada tem de permissivo, que identifica educação, consciência, pensamento. O mundo da educação não é o mundo da liberdade e da felicidade; nele se reproduzem a

submissão e a perspectiva do homem naquele presente histórico (PAIVA, 1996, p. 133). Paiva alerta, inclusive, que na emergência da pedagogia burguesa surge

> (...) a necessidade de superar a velha ordem e seus restos, através da razão e do conhecimento: é somente depois de ter colocado em questão a autoridade em si mesma, que se torna possível justificar a autoridade burguesa. Portanto, a subversão é dilacerada e abrandada em seu caráter emancipatório pela própria economia burguesa, e o sistema educacional recebe como tarefa substituir o momento subversivo em integrativo (PAIVA, 1996, p. 134).

Sendo assim, possibilitar a capacidade criadora, favorecer a emancipação frente à dominação instaurada na sociedade burguesa, rompendo com a subversão torna-se, para a educação, um momento especialmente delicado, na medida em que esses propósitos, além de exigirem um posicionamento educacional diferente, exige também uma configuração social também diferente, o que na atual conjuntura ainda não realizou. Há que se ter, inclusive, um novo engajamento político e não somente educacional.

Paiva (1996) afirma que não é a pedagogia, é a política que constrói o sistema educacional. Não é a ética nem a filosofia que determinam as finalidades da educação segundo valores universalmente válidos, mas a classe dominante, de acordo com seus objetivos de poder. A pedagogia apenas disfarça esta terrível realidade com uma linda teia de idéias. Não é a educação que realiza o ideal da humanização do homem, mas a transformação da sociedade de hoje que cria o espaço para um novo tipo de humanidade. A educação que não percebe os limites sociais de sua atuação contribui exatamente para eternizar o derrotado homem (PAIVA, 1996, p. 139).

A educação, nesse sentido tem como grande desafio possibilitar ao indivíduo a inserção crítica na realidade social, capaz de favorecer a autonomia e a emancipação. Se assim não for, fica evidenciada a tendência de o indivíduo recair na barbárie e na alienação.

A educação é um processo que se constitui em termos culturais, sociais e humanos. Encontra-se, aqui, uma contradição entre formação e educação, ou seja,

sua efetivação está limitada não apenas pelos conceitos determinados, mas pela própria ação desprovida da reflexão e autocrítica (ZANOLLA, 2002, p.108).

Assim, percebemos que os ideais da Teoria Crítica, no que concerne à educação e à autoridade, nos apontam a contradição, e nos revelam a tensão existente nesta relação de formação e deformação cultural, emancipação e alienação, teoria e prática, sujeito e objeto, autoridade e autoritarismo. Relações estas ambivalentes e que não permitem qualquer tipo de conciliação, apesar de a educação, na maioria das vezes, reproduzir ora num, ora noutro momento essas contradições, ao invés de tentar apaziguá-las, já que excluí-las vai contra aos princípios da dialética social.

> A educação que reproduz métodos, modelos e conceitos, sem demonstrar a sua contradição, assemelha-se a uma arte que cultua a alienação em nome de um projeto social. A educação para a reprodutibilidade é pior do que a educação tradicional, pois, se naquela pode-se perceber claramente o papel repressor, nesta, a perspectiva é idealizada, aparece como libertária (ZANOLLA, 2002, p. 111).

Zanolla (2002) continua alertando para o fato de que se, por um lado, a educação tradicional merece ser criticada pelo autoritarismo, por outro a educação atual confunde liberdade com libertinagem, autoridade com autoritarismo. Aponta-nos então uma educação cristalizada, que legitima o que não pode ser legitimado.

Essa concepção de educação cristalizada, que legitima o “inlegitimável”, fere os princípios de uma educação para a autonomia, para a emancipação, conforme propunha Adorno. Toda questão da educação deve estar voltada para a desbarbarização do indivíduo. Educar para a emancipação, segundo Patto (2000), é romper com a educação “enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência”.

Portanto, no mundo moderno, o grande desafio da educação é, sem dúvida, possibilitar a emancipação e a autonomia, apesar da barbárie, numa sociedade que nega os valores constitutivos trazidos pela autoridade, oferecendo resistência à dominação ao invés de reproduzir e legitimar os ideais de uma classe que demonstra pouco interesse na formação para a emancipação.

II

AUTORIDADE E O MUNDO DO TRABALHO

(...) o homem sente-se perdido num mundo que se tornou incerto. Mundo onde nada é seguro. E onde tudo é possível (KOYRÉ, 1982).

Quando nos deparamos com a análise das possibilidades de emancipação via autoridade, assim como os desafios para a educação na sociedade moderna, um dos primeiros elementos a ser considerados são as influências do mundo do trabalho com suas determinações econômicas, marco da sociedade capitalista, na vida privada dos indivíduos. Essa influência pode dificultar a instauração legítima da autoridade no cotidiano das pessoas, visto que essa configuração social tira do seu caminho tudo o que funciona como entrave aos seus ideais de lucratividade.

Essa discussão também dá início ao debate sobre as possibilidades de emancipação no mundo moderno, e se há como prescindir da autoridade na formação de indivíduos autônomos. O fato é que, conforme em Marx (1984), as relações econômicas capitalistas cerceiam a capacidade de os indivíduos de terem uma existência realmente crítica e emancipadora, já que estas relações, inseridas na lógica produtivista, apresentam-se como uma tendência a separar o indivíduo do todo, alienando-os de sua existência.

Esse reconhecimento remete-nos à análise das possibilidades da autoridade no mundo moderno, e abre a discussão sobre as suas transformações sofridas ao longo dos tempos, quando observamos, nas atuais conjunturas sociais, a relatividade e superficialidade das relações, a falta de limites, valores, ordem e tradição.

2.1 – Aspectos ideológicos da autoridade na sociedade

O mundo moderno se estabelece com a promessa de progresso e desenvolvimento social pautado pela tecnologia. A máquina ganha um lugar de destaque e o indivíduo, que nem precisa operá-la para que ela funcione, fica como pano de fundo de sua história, a mercê de um mundo que corre velozmente rumo ao ter em detrimento do ser.

O objetivo permanente da maquinaria aperfeiçoada é diminuir o "trabalho manual" ou completar um elo na corrente de produção da fábrica mediante a substituição de um aparelho humano por um de ferro. Esse modo de operar do capitalismo, em que o aparelho humano é substituído pela máquina, afeta as relações individuais como autoridade, posto que elas também se coisificam (MARX, 1984, p. 47).

É contra todas essas forças, contra a exacerbação do capital, contra o embrutecimento dos indivíduos, que se instrumentalizam também com a máquina, que as figuras de autoridade tentam se estabelecer na tentativa de que o ideal de sujeito exista de fato, não só como possibilidade distante, ou como ideologia imposta.

E assim, voltando aos conceitos iniciais desta dissertação, para a Teoria Crítica a autoridade torna-se legitimada ao se apresentar como resultado de consenso entre os homens. A Teoria Crítica trabalha em meio às contradições sociais que alienam os indivíduos da possibilidade de se desvencilharem da dominação na qual estão inseridos, dificultando a busca pela emancipação.

Cada vez mais, no mundo moderno, percebemos a tentativa de romper com os padrões, com a tradição, e tudo aquilo que representa a ordem, a lei, limites, autoridade – autonomia. É nesse cenário histórico que verificamos os embates com as figuras de autoridade, com a tradição, e nos deparamos com uma dependência do indivíduo aos ditames do capital, do consumo. E quanto mais se recua na história, mais dependente aparece o indivíduo (MARX, 1978, p. 104). A história da civilização, segundo Marx, é a história da dominação.

Toda essa discussão feita por Marx reforça o que a Teoria Crítica preconiza a respeito da autoridade, que ela serve, em certo momento, à lógica da dominação. Ela aparece principalmente nas relações de submissão e poder, na

subordinação das classes desde as comunidades primitivas do passado (HORKHEIMER, 1991, p. 192).

Quando se discute a questão da autoridade a serviço da dominação, faz-se necessário trazer para essa discussão a perspectiva weberiana de dominação. Adorno (1995) teceu algumas críticas à concepção de dominação de Weber, reconhecendo, com algumas ressalvas, a importância desse teórico para o entendimento da temática dominação. Não há em Weber um juízo de valores morais sobre seus paradigmas; para ele, o homem é visto apenas como um agente que executa e não um sujeito da ação no sentido histórico/materialista (ZANOLLA, 2007, p. 19).

A dominação, segundo Weber (1999), no sentido geral de poder, isto é, de possibilidade de se impor ao comportamento de terceiros à vontade própria, pode apresentar-se nas formas mais diversas. Dentre elas destacam-se duas: aquela dominação em virtude de uma constelação de interesses (especialmente em virtude de uma situação de monopólio), e, por outro, a dominação em virtude de autoridade (poder de mando e dever de obediência). A primeira está mais ligada ao monopólio do mercado, enquanto que a segunda ao poder do chefe de família, que exerce uma autoridade administrada sobre sua família, filhos e esposa. Uma se baseia no interesse próprio, enquanto que a outra busca uma espécie de bem comum (WEBER, 1999, p.189).

Percebe-se, nesse sentido, que a dominação tem uma intencionalidade que perpassa a necessidade de controle racional dos indivíduos em prol dos interesses de alguns, que buscam manter a “coesão” de idéias para, posteriormente, manipular e alienar os indivíduos de sua realidade, atendendo assim aos anseios econômicos da sociedade capitalista, marcada pela alienação, manipulação e poder. Num certo aspecto, a dominação em Weber coincide com a dominação em Marx.

O modo como os meios econômicos são empregados para conservar a dominação influencia, decisivamente, o caráter da estrutura da dominação. Além disso, a grande maioria das comunidades econômicas, entre elas, precisamente, as mais importantes e modernas, apresenta uma estrutura que implica dominação (WEBER, 1999, p. 188). Ou seja, o interesse “da dominação” é sempre favorecer aos desejos da classe dominante que detém o poder e manipula economicamente a

sociedade em prol de acumulação de renda ou de qualquer outro artefato que lhe dê mais poder.

É nesse contexto que a autoridade ou o autoritarismo dos líderes se insere como mais um elemento de contradição que serve a essa dominação dos indivíduos. É por isso que a Escola de Frankfurt tem como um dos pilares de estudo a dominação, pois ela contribui diretamente com a perpetuação da barbárie.

A dominação é um conceito importante para os frankfurtianos, assim como seu oposto, a emancipação - porque constitui elemento cultural que se desmembra em barbárie, pela ideologia, firmando o contexto político e social com o intuito de se manter (ZANOLLA, 2007, p. 18). Devido à possibilidade da recaída na barbárie é que o estudo da dominação torna-se tão fundamental e apresenta-se como um entrave à emancipação.

A dominação atinge as figuras de autoridade e quando a autoridade passa a dominar e a impor suas idéias na sociedade de forma coercitiva e abrupta, deixa de ser autoridade (aquele mando legitimado social e psicologicamente) e se torna autoritarismo, pois passa a servir à lógica da dominação e da exclusão, tão peculiar à sociedade capitalista que impõe aos indivíduos modos de vida e padrões de comportamento que favorecem aos interesses de pequenos grupos de poder, acirrando ainda mais as desigualdades sociais. Essa diferença entre esses dois modos de influência e controle social é tênue e, ao mesmo tempo, imperceptível, visto que um pode envolver o outro e vice-versa.

Weber (1999) já alertava que toda forma típica de dominação, em virtude de situações de interesses, particularmente em virtude de uma posição monopolizadora, pode transformar-se, gradualmente, numa dominação autoritária.

Essa conclusão de Weber (1999) em relação à dominação autoritária nos remete ao que Freud (2001) adverte: a autoridade se estabelece mais no campo subjetivo do que no objetivo, porque psiquicamente o indivíduo só se submete àquelas figuras de autoridade que têm a ver com as primeiras figuras de identificação que são os pais[5] e que passam a se atualizar nessa relação que, claro, não escapa aos sentimentos ambivalentes de amor e ódio. Enquanto que o

[5] Segundo Freud (1995c, p. 115), identificação é a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Para o autor, podemos dizer que o indivíduo toma o pai como seu ideal. A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade, quanto um desejo de afastamento de alguém.

autoritarismo se dá numa relação de dominação monopolizadora mais explícita e objetiva.

Objetivamente, o autoritarismo[6], marcado pela imposição, controle e coerção, domina as relações sociais com estratégias que anulam os indivíduos, fazendo-os obedecer cegamente às regras e aos mandos de uns e outros que detém o poder.

Correlacionar a autoridade às questões objetivas e subjetivas dos indivíduos abre precedentes para uma discussão que ainda é polêmica, devido aos tênues limites da relação simbiótica entre sujeito e objeto. A separação entre sujeito e objeto é real e aparente: porque no domínio do conhecimento há realmente uma cisão da condição humana pela força, e ao mesmo tempo essa separação não pode ser hipostasiada nem transformada em invariante. Ou seja, não podemos pensar essa relação de forma separada, por outro lado essa separação existe, mesmo que tenuemente (ADORNO, 1995, p. 183).

2.2 – As tramas da autoridade no mundo do trabalho

Antes de se estabelecer qualquer parâmetro de análise a respeito da autoridade e suas implicações na educação, é preciso considerar que esta é uma relação perpassada pelas influências da sociedade organizada em um sistema capitalista e se posiciona no mundo do trabalho, que é uma atividade característica da constituição humana.

Segundo Marx (2002), é pelo trabalho que o ser humano se reconhece, separa-se e diferencia-se da natureza, contrapondo-se, pela primeira vez na sua condição de sujeito, ao mundo dos objetos naturais. O trabalho é um dos eixos da relação sujeito-objeto, pois ele criou para o homem a possibilidade de ir além da pura natureza e de transformá-la para satisfazer suas necessidades de sobrevivência, construindo, assim, a história do homem, da sociedade, do trabalho e da cultura.

A produção e a reprodução da vida humana realizam-se pelo trabalho. É com base neste, em sua cotidianidade, que o homem torna-se social, distinguindo-

[6] Hannah Arendt (2003, p. 129) ressalta que o autoritarismo é o oposto da autoridade. O autoritarismo se utiliza da ordem igualitária da persuasão e ergue-se sobre uma ordem autoritária que é sempre hierárquica.

se de todas as formas não-humanas. O trabalho mostra-se como momento fundante da realização do ser social. É o ponto de partida para a humanização do ser e, como ressalta Marx (2002, p.96), o trabalho é “o motor decisivo do processo de humanização do homem”.

Nesse sentido, Marx percebeu, nos seus estudos sobre as relações econômicas da sociedade capitalista, que elas se recriam em outras relações histórico-sociais. Ou seja, sob o ponto de vista, o trabalhador tem sua subjetividade afetada e embrutecida por essas relações econômicas, pois essa lógica do mercado o faz não se reconhecer no que produz, tornando-o “mercadoria” também. Alienado de sua produção, conseqüentemente, ele se aliena de sua essência também, já que sua vida fica entregue ao governo de outros, detentores do capital. A alienação aparece tanto no fato de que meu meio de vida é de outro, o próprio desejo é a posse inacessível de outro, como no fato de que cada coisa é outra que ela mesma; minha atividade é outra coisa, e que, finalmente, domina em geral o poder desumano (MARX, 1978, p. 22).

Esse poder desumano, advindo da alienação da essência humana, torna a realidade social dos trabalhadores cada vez mais desigual do ponto de vista do acesso à riqueza e às mercadorias que são produzidas por eles. Quanto mais o trabalhador produz, menos poder de consumo ele tem, pois a remuneração recebida por esse trabalho não lhe dá condições de adquirir as mercadorias que produz.

> O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número produz (...) o trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo, como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2003, p. 111).

Com isso, Marx (2003) quis advertir que com a valorização do mundo das coisas, fruto da produção humana, aquilo que de fato é produzido para o consumo, a mercadoria aumenta em proporção direta à desvalorização dos homens.

A relação de autoridade na sociedade capitalista, marcada pelo poder e pela dominação, representa a confirmação dessa constatação de Marx, uma vez que

as figuras de autoridade se afirmam no imaginário social muito mais por interesses materiais e políticos, impositivos, do que por questões afetivas, subjetivas que, conferem à autoridade maior status de legitimidade. Com isso os indivíduos são tratados como mercadorias e se sentem de fato assim, a adesão subserviente às figuras dominantes autoritárias se torna cada vez mais fácil e sem interposição de qualquer forma de resistência.

Quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, e menos pertence a si próprio (MARX, 2003, p. 112).

E é nesse contexto de alienação e de não pertença a si mesmos que os indivíduos se submetem às instâncias de autoridade, aderindo cegamente aos seus ditames. Por isso se faz tão necessário entender a configuração social em que o homem está inserido para compreender, assim, as relações que ele estabelece com essas figuras de autoridade e autoritarismo.

Sendo assim, é importante ressaltar que toda discussão que pretende fazer um recorte histórico deve ter como ponto de partida a configuração social existente. A temática autoridade deve ser correlacionada ao mundo do trabalho, base da estrutura social vigente, visto que, como já foi dito, neste mundo as relações econômicas estão determinando as relações sociais no mundo do trabalho.

O mundo do trabalho é permeado por uma racionalidade técnica que afeta as relações mais privadas dos indivíduos, chegando a embrutecer sua existência e sua percepção de mundo. Ou seja, no mundo do trabalho, em que a parte se separa do todo, em que o indivíduo não se reconhece no que produz, entre outros exemplos, o trabalho que vigora é o trabalho alienado, que distancia o indivíduo de sua real essência e capacidade crítica emancipadora (MARX, 2003, 113).

Desse modo, Marx aponta para o que mais tarde Horkheimer e Adorno (1991) desenvolvem: a idéia que a razão humana está sendo cada vez mais instrumentalizada por essa lógica do capital, o que aniquila possibilidades de crítica e revolução humana. Com isso, os indivíduos passam a agir alienadamente como máquinas.

A simplificação da máquina, do trabalho, é utilizada para converter em operário o homem que ainda está se formando (...). A máquina acomoda-se à fraqueza do homem, para converter o homem fraco em máquina (MARX, 1978, p.

17). Quando os indivíduos são tratados como máquina, vemos o grau de alienação no qual todos nós estamos inseridos e, de um jeito ou de outro, isso gera um efeito dominó que provoca também a instrumentalização da razão que, teoricamente, seria a possibilidade de autonomia e emancipação.

A razão instrumentaliza-se quando passa a se manifestar predominantemente a partir da ciência e da técnica. “No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade” (HORKHEIMER;ADORNO, 1991, p. 21). A razão, ao invés de desvelar o mundo, passou a explicá-lo de forma automática numa repetição crua da realidade, sem autonomia nas suas explicações.

> Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhado pelo positivismo, enfatiza-se a sua não-referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. Os conceitos se reduziram a síntese das características que vários espécimes têm em comum (HORKHEIMER, 2002, p. 29).

A sociedade não mais se sustenta pelo discurso da razão enquanto verdade única, pois a barbárie diária da vida contemporânea nos dá prova disso. A sociedade contemporânea se instrumentalizou de tal forma que a própria razão e o pragmatismo social passam a ter dificuldades de auto-explicar o universo humano, já que vivemos numa sociedade administrada pela (i) racionalidade, camuflada pela razão, permeada por uma “desrazão”. A razão, nesta sociedade, é permeada pela “desrazão”, porque se fundamenta na reprodutibilidade técnica, de forma alienada, sem crítica, sem resistência aos ditames daqueles que dominam e que tornam a essência humana cada vez mais embrutecida.

A sociedade pautada na (i) razão substitui os meios pelos fins, porque o indivíduo passa a agir de forma alienada, cada vez mais distante de sua essência, apenas reproduzindo o que lhe mandam, sem oferecer resistência. Passam, então,

a se contentar com prazer rápido, imediato, irracional, infantilizado e adaptando o sujeito.

A sociedade administrada, pautada pela (i) razão, muito estudada por Adorno e Horkheimer, resgata os estudos psicanalíticos de Freud, devido ao seu entendimento sobre o modo de funcionamento psíquico inconsciente que opera segundo processos primários. Seus estudos possibilitaram a análise das configurações dessa sociedade, a qual busca a satisfação imediata e o prazer a qualquer custo.

Esses processos primários esforçam-se para conseguir maior prazer e diminuir as tensões e desprazeres. Isso faz com que o indivíduo esteja sempre à procura de prazer, curtição e destituição de vínculos sociais. Em contrapartida, o princípio de realidade, princípio este que se relaciona com o mundo externo e com a forma como o indivíduo se apresenta na sociedade, tenta conciliar essas demandas de satisfação a todo custo, aos desejos dos indivíduos, dentro daquilo que é permitido socialmente pela realidade.

O Princípio da Realidade se estabelece quando o aparelho mental se vê diante de realidades externas desagradáveis, cuja existência é inegável e que não se consegue deixar de perceber. Assim, se antes o bebê alucinava no sentido de buscar a primeira experiência de satisfação perdida, num dado momento o Princípio do Prazer vai sendo substituído pelo da Realidade, na medida em que a criança cresce. (FREUD, 1995e, p.238).

Freud ressalta que as religiões, a ciência, a educação e a arte são formas de sublimação da insatisfação e frustração advindas da instauração do Princípio da Realidade sobre o do Prazer. A instituição do princípio de realidade causa frustração, uma insatisfação que resulta da substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade (FREUD , 1995e, p. 243).

> A substituição do Princípio de Prazer pelo Princípio de Realidade, com todas as conseqüências psíquicas envolvidas aqui esquematicamente condensadas numa só frase, não se realiza, na verdade, de repente; tampouco se efetua simultaneamente em todas as linhas, pois, enquanto este desenvolvimento tem lugar nos instintos do ego, os instintos sexuais se desligam deles de maneira muito significativa (FREUD,1995e , p. 241).

Com a instituição do Princípio de Realidade, os instintos sexuais, no período de latência (período anterior à adolescência), são canalizados e subsumidos até a puberdade, que é quando o indivíduo tem mais maturidade psíquica para escolher novos objetos para investir sua libido. E assim vemos o ego nessa luta constante entre a busca do prazer, na tentativa de evitar o desprazer, a frustração e, ao mesmo tempo, levando em conta as exigências da realidade que, se por um lado são extremamente castradoras, por outro autopreservam o indivíduo.

Freud ressalta que a educação e a arte são exemplos da reconciliação desses dois princípios. Essa reconciliação também faz com que os indivíduos se submetam às leis, às regras e às figuras de autoridade. É justamente nessa conciliação que está a possibilidade de autonomia e emancipação dos indivíduos, muito embora conseguir esta conciliação seja uma tarefa árdua empreendida pelo ego e praticamente impossível.

Embora o ego empreenda essa luta constante para conciliar desejo e defesa, a sociedade ainda é muito imediatista e tenta de todas as formas burlar as tentativas do ego de não sofrer psiquicamente e de se autopreservar. Os indivíduos fogem da realidade e mergulham num mundo dos prazeres e das satisfações imediatas, onde impera o progresso, a tecnologia e a racionalização das ações a serviço da dominação e da destituição de qualquer limite, interdição ou algo que possibilite a autoridade, a lei.

Têm-se a ilusão de que o progresso, a racionalidade, a tecnologia resolverão todos os problemas da humanidade, fazendo com que o homem tenha a tão sonhada e almejada felicidade. O que se vê, na verdade, é o alto preço pago pela destituição do eu, em busca do dito domínio da técnica da razão, a “cortina de fumaça do desejo negado” (CROCHIK, 2003, p. 20).

Nessa ânsia de buscar a felicidade, o não sofrimento, os indivíduos se submetem a tudo e a todos para conseguir a satisfação de seus desejos a qualquer custo, porém o superego, por funcionar lado a lado com o princípio de realidade, cobra dos indivíduos tudo aquilo que não condiz com sua autopreservação. Essa cobrança se dá através de um sentimento de culpa consciente que os indivíduos sentem, mas que é camuflado pela ideologia da racionalidade tecnológica.

A ideologia da racionalidade tecnológica faz essas questões parecerem simples e naturais. Um formalismo que, segundo Crochik (2003), transforma o desigual em igual, o infeliz em feliz, o oprimido em livre, o injusto em justo, ao negar as condições sociais que geram a infelicidade, a opressão e a injustiça.

Essa ideologia enfraquece também as figuras de autoridade, porque impossibilita a emancipação e abre precedentes para as imposições e manipulações de figuras autoritárias, visto que a dominação acontece de forma sutil e velada, dificultando que os indivíduos saiam da alienação na qual estão imersos. Conseqüentemente, isso possibilita a recaída na barbárie, realidade tão combatida pela Teoria Crítica, que tem na educação a esperança de mudança desse quadro de imposições e manipulações, mesmo apesar da contradição e alienação que é peculiar a toda e qualquer relação social.

Dentre os estudos desenvolvidos pela Teoria Crítica, merece destaque o que aborda a questão da racionalidade no mundo moderno, e a sua instrumentalização ao longo dos tempos. Esse estudo abordou com propriedade o conceito de ideologia da racionalidade instrumental referindo-se ao mundo desencantado, analisado por Adorno e Horkheimer (2002). Ressaltam o percurso do ser humano do “domínio” da natureza ao domínio da técnica, com o objetivo de obter mais poder para dominar os outros homens, ideais advindos da racionalidade da sociedade industrial, conforme estudos desenvolvidos por Marcuse (1982).

A ideologia da racionalidade instrumental é reflexo das determinações do modo de produção capitalista em nossa sociedade, na qual as relações sociais obedecem à lógica do mercado que faz as pessoas se distanciarem de sua essência humana e se identificarem à máquina, com relações embrutecidas por ações consumistas, frágeis, imediatistas e surpéfluas, cujo o ter se sobrepõe ao ser.

O resultado dessa racionalidade instrumental, segundo Matos (2005), pode ser verificado no aumento das guerras mundiais e nos genocídios, que dominam os homens reduzidos à “plena solidão de um objeto sem defesa”, levando-os à barbárie. Os indivíduos ficam embrutecidos nesse modo de funcionar operado pela racionalidade instrumental, incapazes de reconhecer a dor, o horror, o sofrimento, ou tudo aquilo que vem do outro. Eles cometem atos bárbaros e sofrem o retorno desses atos, sem estranhamento.

Ainda sobre a racionalidade instrumental, Crochik (2003), teórico que também desenvolveu estudos sobre esta temática, ressalta que:

> A ideologia da racionalidade tecnológica mostra a verdade da ideologia liberal do século XIX, que combatia qualquer intervenção na conduta individual nos domínios econômicos e político, e a da ideologia liberal do século XX que, pregando a igualdade de oportunidades, pede a intervenção do Estado, culminando no estado do bem-estar social. A liberdade é em ambos os casos controlada, o que define uma sociedade que se encaminha para a administração completa, sob a qual continuam se ocultando os interesses da classe social que detém o poder político e econômico (CROCHIK, 2003, p. 22).

Vê-se, nesta racionalidade instrumental, o distanciamento do indivíduo das questões exclusivamente humanas, a perda do eu em detrimento de uma técnica voltada para a razão e o poder, que, ao invés de emancipá-lo, torna-o cada vez mais alienado e embrutecido, capaz de aderir à dominação e barbárie de um mundo cada vez mais voltado aos moldes do capitalismo voraz.

Horkheimer e Adorno (1991), no que se refere ao modo de funcionamento dessa sociedade marcada pela racionalidade instrumental, nas possibilidades de resistência a ela facultada, desenvolvem, na Dialética do Esclarecimento, apontamentos sobre essa possibilidade de emancipação e ainda historicizam a razão que saiu de uma racionalidade mítica para uma racionalidade instrumental, técnica, pura objetivação. Criticam o conhecimento que fica só na pura objetivação, que aniquila o eu, a subjetividade, ao invés de possibilitar o desvelamento e o entendimento do mundo.

Com isso, constatamos que, ao invés de avançar no entendimento da alienação, favorecendo o seu descortinamento, estagnamos, uma vez que a razão, que teoricamente deveria ser uma aliada do homem no desvelamento do mundo, passa a distanciá-lo da sua essência, do seu eu, porque oferece uma razão que o embrutece e o animaliza, quando deveria humanizá-lo.

O mundo, que a princípio teve o mito como explicação da realidade, passa a ser invadido por esse modo de funcionar, mitificando as relações quando passa a privilegiar a coisa, o objeto, em detrimento do humano, da real essência dos indivíduos. Prevaleceu o totalitarismo das ações.

A razão instrumental faz o homem acreditar e valorizar só o que é aparentemente útil, com uma finalidade racional e imediata. É o que Horkheimer (2002) denominou de razão subjetiva, que se relaciona essencialmente com meios e fins, com a adequação de procedimentos e propósitos mais ou menos tidos como certos e que se presumem auto-explicativos, razão esta predominante no mundo contemporâneo.

Adorno (1995) reafirma essa tese de Horkheimer quando ressalta que quanto mais os homens individuais são reduzidos a funções da totalidade social por sua vinculação com o sistema, tanto mais o espírito, consoladoramente, eleva o homem, como princípio, a um ser dotado de atributo da criatividade e da dominação absoluta (ADORNO, 1995, p. 185).

O que significa dizer que, a partir do momento em que os homens utilizam a razão para se libertar das amarras da alienação, com criatividade, ao mesmo tempo volta a essa alienação quando a razão passa a servir somente à lógica do mercado, o que na sociedade capitalista se justifica devido à intencionalidade das relações que visam sempre ao lucro, ao imediatismo e ao fim em si mesmo, objetivando aquilo que pode gerar a dominação das massas, e assim sucede.

> Se essa razão se relaciona de qualquer modo com os fins, ela tem como certo que estes são também racionais no sentido subjetivo, isto é, de que servem ao interesse do sujeito quanto à autopreservação – seja a do indivíduo isolado ou a da comunidade de cuja subsistência depende a preservação do indivíduo. (HORKHEIMER, 2002, p. 13)

Historicamente, segundo Horkheimer (2002), ambos os aspectos subjetivo e objetivo da razão estiveram presentes desde o princípio, e a predominância do primeiro sobre o último se realizou no decorrer de um longo processo. Os fins se sobrepõem aos meios, pois na lógica desse processo o fim se esgota em si mesmo, o meio nem sequer é cogitado nessa relação que privilegia o fim e nem o processo operado pela razão. Isso dificulta a expressão da razão em seu sentido próprio, que é de *logos*, ou *ratio*, essencialmente relacionada com o sujeito, com a sua faculdade de pensar.

Segundo Adorno (1995), quando há o predomínio da concepção subjetivista da razão, ou seja, o privilegiar do objeto, ocorre a indiferenciação de sujeito e objeto, o indivíduo, ao devorar objeto, esquece o quanto ele mesmo é objeto. Assim, instaura-se uma crise da razão, típica da sociedade moderna, que consiste basicamente no fato de que até certo ponto o pensamento, a razão, ou se tornou incapaz de conceber tal objetividade em si ou começou a negá-la como uma ilusão.

Isso confirma o que Horkheimer (2002) havia advertido - a razão, no sentido humanista, jamais dirigiu verdadeiramente a realidade social,

> (...) mas hoje está tão completamente expurgada de quaisquer tendências ou preferências específicas que renunciou, por fim, até mesmo à tarefa de julgar as ações e o modo de vida do homem. Entregou-os à sansão suprema dos interesses em conflito aos quais nosso mundo parece estar realmente abandonado. (HORKHEIMER, 2002, p. 18)

Horkheimer (2002) aponta, com isso, que essa idéia de razão, incapaz de dirigir a realidade social, vai contra os princípios filosóficos já desenvolvidos desde os primórdios da civilização humana, preconizados pelo pensamento de Sócrates, que morreu por submeter suas idéias mais sagradas de sua época à crítica *daimonion*[7], ou a um pensamento dialético. Ele foi um dos principais filósofos a criticar a razão subjetiva e formalista. Tratou da razão e de seus vereditos não como simples nomes e convenções, mas como reflexos da verdadeira natureza das coisas.

Para ele, a razão deveria ser concebida como compreensão universal, determinar crenças, regular as relações entre os homens, e entre o homem e a natureza.

Horkheimer (2002) complementa ainda que os sistemas racionalistas do passado enfatizam que a razão se reconhece na natureza das coisas e os indivíduos precisam compreender isso. Aqui também há a separação entre razão e

---

[7] O *daimonion* de Sócrates era mais propriamente um deus espiritual, mas não era menos real do que se acreditava serem os deuses. Presumia-se que o seu nome denotava uma força viva. É o que aponta para o universal. O *daimonion,* por sua vez, transformou-se na alma, e a alma é o olho que pode perceber as idéias. Revela-se como a visão da verdade ou como a faculdade do sujeito individual de perceber a ordem eterna das coisas e, conseqüentemente, a linha de ação a ser seguida na ordem temporal. (HORKHEIMER, 2002, p. 20).

religião. As figuras de autoridade, inclusive, utilizam-se dessa contraposição entre razão e religião para dominar e impor sua forma de conduzir a sociedade. A filosofia foi a grande responsável por esta cisão, sem muitos sucessos. Os filósofos do Iluminismo:

> (...) atacaram a religião em nome da razão; e afinal o que eles mataram não foi a Igreja mas a metafísica e o próprio conceito de razão objetiva, a fonte de poder de todos os seus esforços. A razão como órgão destinado a perceber a verdadeira natureza da realidade e determinar os princípios que guiam a nossa vida começou a ser considerada como obsoleta. (HORKHEIMER, 2002, p. 18)

A cisão entre razão e religião representou, na sociedade moderna, o formalismo e a racionalização das ações humanas, que não se apegam nem à razão e nem às explicações mitológicas do mundo. Mesmo com o avanço de uma razão subjetiva, que ilusoriamente destrói as idéias de religião e de mitologia, a humanidade ainda tem vivido com os resíduos dessas idéias. Há uma instrumentalização do próprio pensamento que se reduz ao nível do processo industrial, decorrência do modo de produção capitalista dessa sociedade moderna.

> O homem comum só pode imaginar essa Providência sob a figura de um pai ilimitado, engrandecido (...) mais humilhante ainda é descobrir como é vasto o número de pessoas de hoje que não podem deixar de perceber que essa religião é insustentável e, não obstante a isso, tentam defendê-la, item por item, numa série de lamentáveis atos retrógrados (FREUD, 2002, p. 21).

Horkheimer (1999) utiliza-se da crítica freudiana a respeito da religião para advertir que, se por um lado, essa idéia de um pai ilimitado, personificado pela figura de Deus na religião, fortalece a adesão às figuras de autoridade, denotando submissão e limites aos ideais que preservam a existência humana individual e social, por outro lado tornam as ações humanas automáticas, e quanto mais ficam assim, instrumentalizadas, menos os indivíduos se reconhecem e mais distantes ficam de sua verdadeira essência. Sua linguagem e pensamento ficam também mecanizados, porque o que está imperando é a alienação e não a emancipação.

O autor ressalta ainda que não há, nas atuais conjunturas sociais, maneiras efetivas de se romper com essa mecanização, pois ela é, na verdade, essencial à expansão da indústria. Mas se isso torna-se a marca característica das mentalidades, se a própria razão é instrumentalizada, tudo isso conduz a uma espécie de materialidade e cegueira, torna-se um fetiche, uma entidade mágica que é aceita ao invés de ser intelectualmente aprendida.

Isso denuncia a alienação na qual os indivíduos estão inseridos e que os impedem de romper com o determinismo da industrialização sobre suas vidas. Com a expansão da indústria, e o progresso do mundo moderno, os indivíduos dominaram a técnica a seu favor, mas pagaram o alto preço da alienação de sua essência. Sem se darem conta disso, tornaram-se presas fáceis nas mãos do autoritarismo, da barbárie.

Enfim, a redução da razão a um mero instrumento afeta também a sua forma de desvelar o mundo, passando a se apresentar de forma opaca, com um fim em si mesma. Essa busca por um fim em si mesma denota sua degradação e neutralização, do poder de julgar e registrar os fatos. Perde sua produtividade, fluidez e o poder para descobrir e afirmar novos saberes, perde a própria subjetividade. É como se a razão se fetichizasse de tal forma que cegasse os indivíduos ante ao desvelamento do mundo, tornando-se pura instrumentalização, técnica, fim em si mesmo.

A razão se instrumentalizou a tal ponto que perdeu o foco do sujeito. O sujeito abordado por Adorno (1995) é um sujeito transcendental, que constrói o saber kantianamente, ou seja, um saber em direção ao conhecimento universal. O mundo objetivo passa então a não exercitar a crítica e a busca pela emancipação, ao contrário privilegia o fim em si mesmo, basta ver como as relações de trabalho são estabelecidas e vividas. O indivíduo não se reconhece no que produz no seu trabalho e muito menos pode ter acesso ao que é produzido.

Sendo assim, Horkheimer ressalta que as relações de trabalho denotam bem os embates com as figuras de autoridade e que o fato de os homens aprenderem a se sujeitar à hierarquia foi uma das condições para o fabuloso impulso que a produtividade do trabalho tomou desde então, e mais ainda para o desenvolvimento da consciência individual (HORKHEIMER, 1990).

Ao mesmo tempo em que nas relações de trabalho são reproduzidos os embates com as figuras de autoridade, essa realidade material é contraditória, não

podendo ser desfeita, pois não há como haver civilização sem que haja o princípio de uma organização social, mesmo que aos moldes de dominantes e dominados.

Vários teóricos, especialmente os das vertentes marxistas (Marx, Engels e Sennet) e os teóricos críticos (Horkheimer, Adorno e Marcuse), relacionam os embates com as figuras de autoridade à falta de princípios e limites trazidos pela sociedade capitalista, que nega qualquer tipo de valor, de tradição, que não venha gerar lucro, poder, dominação.

Sennett (2001), pensador marxista, desenvolveu uma tese sobre a temática autoridade em meio às determinações capitalistas. Ele defende a importância da autoridade para constituição do eu, preconiza que a necessidade de autoridade é fundamental. As crianças precisam de autoridades que as orientem e as tranqüilizem. Os adultos realizam uma parcela essencial de si ao serem autoridades: é um modo de expressarem interesse por outrem.

Assim, a autoridade apresenta-se como um elemento constitutivo do “eu” dos indivíduos, “eu” este cada vez mais subsumido nas relações superficiais de uma sociedade regida pelas determinações capitalistas. Isso reflete uma tendência ao enfraquecimento ou à destruição da autoridade na sociedade contemporânea (SENNETT, p. 32, 2001).

Essa tendência ao enfraquecimento da autoridade nos leva a analisar o seu conceito e todos os nexos constitutivos de sua relação com os indivíduos. Muitas vezes a palavra autoridade tem sido utilizada como sinônimo de poder, uma relação que mais uma vez comprova a influência do capital na vida privada dos indivíduos.

Nesse sentido, a autoridade que deveria servir para contribuir com o fortalecimento social, com o progresso civilizatório e a constituição da subjetividade, passa a servir à lógica excludente, de um capitalismo voraz, cuja relação é cada vez mais superficial, desleal e desumano.

Assim, a autoridade é uma tentativa de interpretar as condições de poder, de dar sentido às condições de controle e influência, definindo uma imagem de força (SENNETT, p. 33, 2001).

Muitos marxistas do início do século, segundo Sennett (2001, p. 34), acreditavam que os poderes das classes dominantes traduziam-se automaticamente em imagens de autoridade: imagens de quem era forte, de quem podia julgar os outros, de princípios de disciplina e de medo. Essas imagens confirmam a tendência

da autoridade a se relacionar com o poder e a dominação, alertando para o fato de que, quando acontece, há o predomínio do autoritarismo e não da autoridade legítima.

A sociedade capitalista incute, no imaginário individual, a adesão à figura de autoridade, à lei, só que isso está a serviço da dominação. Engendram formas de controle e ideais para a manutenção e legitimação dessa dominação e poder, transvertidos num discurso de liberdade e segurança, valores tão almejados pelos indivíduos nesse mundo administrado pela racionalidade tecnológica.

A promessa de liberdade e segurança garantida pela divisão de classes cai no extremo da alienação que tanto têm nos alertado os teóricos críticos e também recai num fenômeno que Freud (1995c) denominou de "reinfantilização das massas", uma espécie de regressão e retorno a comportamentos imaturos e infantis que impossibilitam a análise crítica da realidade, o que gera a alienação da existência. É justamente disso que as figuras autoritárias se aproveitam, desse momento em que os indivíduos, por medo ou insegurança psíquica, se deixam ser levados pelos mandos dos outros.

Essa questão também reflete a incapacidade de o ser humano enfrentar a frustração, onde o predomínio do princípio de prazer[8], faz com que os indivíduos, ao invés de lutarem por seus ideais, de buscarem a superação do horror, da barbárie e da alienação, prefirem aderir cegamente às figuras autoritárias para que estas, a um alto preço, governem suas vidas, dando-lhes a falsa idéia de segurança.

A idéia de segurança possibilitada pela autoridade faz com que os indivíduos se submetam a essas figuras de autoridade, porém com ressalvas, já que certas diferenças entre os dominantes e dominados existem de fato. Essa diferença desperta medo e respeito (SENNETT, p. 206, 2001).

No mundo do trabalho, a autoridade, geralmente, tem se firmado na base do poder, da dominação e do medo, caracterizando muito mais um autoritarismo do que autoridade de fato. Sennett (2001) ressalta, inclusive, que inspirar medo é a

---

[8] O chamado princípio do prazer/desprazer reza que o aparelho psíquico possui uma tendência a abaixar o nível de excitação/estimulação que o afeta. O prazer do princípio é uma regulação automática de prazer e de desprazer, visando reduzir a tensão ao nível mais baixo possível. A função desse mecanismo é tanto evitar que irrompa no psiquismo uma quantidade excessiva de excitação, quanto salvaguardar uma reserva de energia para que o organismo possa realizar as ações específicas que garantam a sua sobrevivência. Nesse sentido, o princípio de prazer se associa ao princípio de constância, que visa manter uma energia constante, que não suba a um nível muito alto que passe a acusar desprazer, mas que ao mesmo tempo não diminua a ponto de colocar em risco o psiquismo. A busca de uma constância surge como uma concessão necessária frente à urgência da vida (FREUD, 1995, p. 243).

própria base da legitimação psicológica da autoridade, apesar de que não poderia haver autoridade pessoal sem que o medo a dominasse.

> Esse medo cria a alteridade essencial de uma autoridade. Se for correto esse modo de pensar, há uma compensação entre a legitimidade psicológica da autoridade e a isenção de medo dos que lhe estão submetidos. Quanto menos se teme uma autoridade, menos respeito se tem por ela (SENNETT, 2001, p.209).

Foi em função do medo que a barbárie de Auchwitz se instalou sem resistência como um autoritarismo bruto, em nome da autoridade. Sabemos que a questão da autoridade não está isenta da tensão entre medo, submissão, dominação e poder versus legitimação, liberdade, autonomia e emancipação. Os dois pólos dessa relação de autoridade constituem a base de significação psíquica para os indivíduos que a acatarão de uma forma ou de outra. O fato é que a dominação é consenso em qualquer um dos pólos. E nesse sentido, sem dúvida, não há como falar da dominação sem se remeter às idéias de Weber:

> (...) compreendemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandato”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio (WEBER, 1999, p.191).

Weber (1999) anuncia mais uma vez a ligação da autoridade com os ideais de dominação. Chama a atenção para o fato de que a grande questão das relações de autoridade é que elas desencadeiam uma rede de dominação e de influências e mandos nos indivíduos, cada vez mais acirradas pelo modo de produção da sociedade capitalista.

Não há como negar a dominação em todas as relações humanas, principalmente nas relações de autoridade. Ela, sem dúvida, é emblema dessa relação e nos faz constatar que é praticamente inerente às relações sociais no

mundo capitalista. Mas é preciso, de fato, que os indivíduos busquem a autonomia, pois só via autonomia é que eles poderão conquistar a emancipação e oferecer resistência à dominação e à barbárie.

É justamente sobre essa busca pela autonomia que poderá oferecer ao indivíduo essa resistência à dominação, que será desenvolvida no próximo item deste capítulo. Para que o indivíduo atinja sua maioridade (autonomia) e saia da menoridade denunciada por Kant, é preciso um exercício crítico e sistemático de cuidar de sua vida sem a orientação dos outros, e também das figuras de autoridade.

2.3 Configurações do Mundo Moderno e o Mundo do Trabalho

Não há como falar da autoridade sem correlacioná-la ao modo de funcionamento do mundo moderno. Por ser uma categoria também histórica, ela se transformou ao longo dos tempos e teve, na grande maioria das vezes, que absorver os ideais da sociedade capitalista, partindo mais para um autoritarismo do que para a autoridade de fato.

O mundo moderno surge com o desafio de lidar com as demandas do capitalismo gerando lucratividade, poder e riquezas para a classe dominante – a burguesia. O termo “capitalismo” refere-se à sociedade moderna burguesa. A estrutura econômica da sociedade é formada pela totalidade dessas relações de produção (MARX, 1981, p. 20).

A transição do feudalismo para o capitalismo (séc. XVI e XVII), teve como fatores de modificação social, a descentralização feudal, a sua substituição pela formação dos estados nacionais unificados e a centralização do poder.

A sociedade burguesa é, pois, a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. Tem como elementos fundamentais, a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca. Condiciona a sobrevivência humana à compra dos produtos do trabalho uns dos outros, já que possui atividades especializadas, não produzindo todos os bens de que necessita. Assim sendo, deve haver troca entre os diversos produtos dos trabalhos privados (MARX, 1978, p. 120).

Ao comprarem o produto do trabalho uns dos outros, os indivíduos também se vêem na posição de produtos, porque vendem a sua força de trabalho, tornam-se uma mercadoria. E a partir daí, como diria Marx (1978), a mercadoria toma vida própria e não se tem muito controle das conseqüências desse círculo vicioso.

Este mundo se mantém e se solidifica a partir de três pilares que lhes são peculiares: concentração, expansão e desenvolvimento de riquezas. São metas de um mercado cada vez mais competitivo e que passa agora a afetar a vida privada dos indivíduos, neste caso dificultando a possibilidade de eles se aproximarem de sua essência, o que possivelmente lhes daria uma autonomia com o respaldo das relações de autoridade (MARX, 1978, p. 122).

Com isso, o que se tem é a contemplação das demandas de mercado, consumo e acúmulo de riquezas a todo custo – o ter em detrimento do ser - ao preço da alienação de sua essência e o embrutecimento da consciência. A possibilidade de emancipação e rompimento da alienação só é possível na medida em que os indivíduos empreendem a busca pela autonomia.

A burguesia se formou com o incremento do comércio, com o fechamento da terra e com o aumento da taxa de arrendamento (conseqüência do mercantilismo). Passaram com isso a fornecer mão-de-obra para a indústria, expulsando assim os camponeses de suas terras.

> Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apóiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam este indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – como um ideal, que teria existido no passado (MARX, 1978, p.103).

Os trabalhos manuais, o cultivo da terra, a agricultura, deram lugar às máquinas e à tecnologia das indústrias. A mão humana, necessária num primeiro momento, passa por um processo gradativo de substituição por uma tecnologia de ponta.

O início da indústria moderna foi possível graças à presença de duas condições: a existência do capital acumulado e a existência de uma classe trabalhadora livre e sem propriedades (ANDERY,1996, p. 170).

Isso gera uma competição entre os indivíduos e o acirramento das desigualdades sociais. Esses ideais passam a ser perseguidos pela sociedade capitalista naquilo que possibilita ainda mais a opressão de uma classe e a ascensão de outra. A grande concentração de capital nas mãos de poucos e a falta de propriedade e capital nas mãos dos outros legitimam a exclusão deste no cenário do mundo capitalista. São níveis da realidade que não podem ser desconsiderados.

> Esses níveis da realidade, porém, não estabelecem entre si relações mecânicas de dependência: as idéias sociais, filosóficas e outras possuem uma relativa independência em relação à base econômica, principalmente devido a exercerem influência umas sobre as outras. A sociedade constitui-se num todo complexo de relações que estão constantemente em movimento dialético (ANDERY, 1996, p.290).

O que Andery (1996) aborda sobre os níveis da realidade coincide com a realidade já abordada anteriormente por Marx (1987). Para ele, a realidade é dialética e contraditória e refletir sobre as formas de vida humana e analisá-las cientificamente é seguir a rota oposta à do verdadeiro desenvolvimento histórico (MARX, 1987, p. 163). Sendo assim, Marx ressaltou que toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente.

E nesta dinamicidade da história, o século XIX marca um período de grande desenvolvimento do capital. Este período é caracterizado por dois momentos fundamentais: o primeiro marcado pela expansão do capitalismo nos países industrializados e o segundo momento, marcado pela expansão do sistema em nível mundial, com a expansão da indústria nos países industrializados e com a formação do capital internacional (ANDERY, 1996, p. 396).

Com a expansão do capital e fortalecimento da indústria, as relações entre os homens e o capital ficaram cada vez mais inviáveis do ponto de vista da crítica e da emancipação, porque a alienação tomou seu lugar. Por outro lado, não há como negar as influências das determinações capitalistas na vida privada dos indivíduos e,

muito menos, não se curvar aos ditames do capital, posto que vivemos na sociedade do consumo, e por mais que tentemos desvencilhar destas influências é esta a configuração social vigente possível. Mas podemos ao menos oferecer resistência a essas influências, pois quanto mais lutamos pela autonomia e emancipação, tentamos impedir que o capitalismo invada tão cruelmente nossa vida privada.

Quando o capital invade a vida privada dos indivíduos, temos, de certa forma, uma fragilidade de relações no interior familiar e o enfraquecimento das figuras de autoridade, na medida em que as pessoas passam a se imbuir de valores econômicos na busca de atender às demandas de consumo, deixando de almejar valores subjetivos e condutas afetivas que possibilitam o vínculo familiar, dentro dos propósitos da civilização. É como se as pessoas, nesta lógica mercadológica, passassem a se tornar coisas e vice-versa, fruto do processo de alienação.

Segundo Roure (2006), como resultado do processo de alienação do qual se vale a reprodução do capitalismo, a ideologia apresenta-se como representações, pensamentos e idéias por meio das quais a realidade é apercebida de modo apenas aparente, fragmentado e ilusório, ocultando as contradições da realidade e os mecanismos de dominação que ela encerra (p.35).

Essas contradições denunciam o embrutecimento dos indivíduos legitimados pelo autoritarismo, disfarçando de autoridade. Na economia capitalista, verifica-se o recíproco intercâmbio de pessoas e coisas, a personificação das coisas e a coisificação das pessoas (KOSIK, 1999, p. 193).

Esse intercâmbio de pessoas e de coisas pode ser verificado com propriedade nas relações de trabalho e nas relações familiares. Ao mesmo tempo em que havia um certo pudor nas relações familiares, muito em função da figura de autoridade do pai que era visto como um guardião, guia e juiz, também havia uma tentativa de romper com esses padrões, posto que as configurações sociais capitalistas, com sua dinâmica da relatividade, já apontava para uma mudança nos valores familiares.

> A “família” não era meramente a unidade social básica da sociedade burguesa, mas também a unidade básica do sistema de propriedade e das empresas de comércio, ligada a outras unidades similares por meio de um sistema de trocas de mulheres-mais-propriedade (o dote do casamento) em que as mulheres deveriam

> ser, pela escrita convenção derivada de uma tradição pré-burguesa, *virgines intactae* (HOBSBWAN, 1996, p. 329).

Os ideais da família burguesa tiveram que se dividir entre o puritanismo e o capital. Nesta luta venceu o capital, confirmando mais uma vez a influência deste na forma de ser dos indivíduos.

As categorias econômicas exprimem "formas de ser", dá lugar a uma determinada estrutura dialética, constituída do "poder que tudo domina" (KOSIK, 1999, p. 189)

Essa forma de ser dos indivíduos, que expressa as influências do capital nas relações privadas, também nos remete à análise das figuras de autoridade que nesta configuração social se divide entre o pai e a mãe. Segundo Hobsbwan (1996), a mãe é vista como uma escrava atraente, ignorante e tola, requisitada para exercer também dominação, mas não para os seus filhos, e sim para os criados. O pai é visto como um senhor, o *pater famílias*, sendo a figura central de autoridade na família.

O ponto crucial era o de que a estrutura da família burguesa estava em direta contradição com a sociedade burguesa. Dentro dela, a liberdade, a oportunidade, o nexo do dinheiro e a busca do lucro individual não eram a regra (HOBSBWAN, 1996, p. 332). Embora a família burguesa não tivesse como romper com esses ideais econômicos dessa sociedade, ela ainda tentava, ao menos no seu interior, manter valores e preceitos não cultuados por uma sociedade que visa ao lucro, ao ter em detrimento do ser.

Por mais que a determinação capitalista tenha atingido o interior da família, algumas estruturas familiares apresentaram resistência a essa dominação. Na maioria das vezes, essa resistência partiu do "provedor" da família, quem de fato e de direito funcionava como figura de autoridade. O domínio do pai durou por um bom tempo, assim como a subordinação da mulher e dos filhos a ele.

> Não havia evidentemente nada de novo na estrutura da família patriarcal, baseada na subordinação da mulher e filhos. Mas onde poderíamos esperar que a sociedade burguesa logicamente quebrasse a instituição ou a transformasse – como ela iria de fato

> se desintegrar mais tarde -, a fase clássica da sociedade burguesa reforçou-a e exagerou-a (HOBSBWAN, 1996, p.334).

Se por um lado a família burguesa tenta manter seus valores e ideais, conseguindo esse êxito durante um bom período, verificamos, por outro lado, que os ideais burgueses tentam minar as possibilidades de existência da instituição familiar, ao mesmo tempo em que ela só é possível porque os indivíduos lhe atribuem valores humanos, afetivos, sociais, dentre outros, que lhes dão certa segurança neste mundo da relatividade. Segundo Hobsbwan (2005), ser burguês não era apenas ser superior, mas implicava também ter demonstrado as qualidades morais equivalentes às antigas qualidades puritanas.

Só a partir do século XVIII, na "sociedade burguesa", as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior (MARX, 1978, p. 104).

E quando os indivíduos começam a exteriorizar desejos de consumo que são privados como se fosse uma necessidade externa, o capital se consolida de vez, enquanto uma forte potência ditando o modo de vida das pessoas. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final, do seu desenvolvimento antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca (MARX, 1978, p. 122).

Nesse sentido, nessa relação recíproca, na tensão do universo objetivo e subjetivo (interior e exterior), é que parte dos dilemas da educação se inicia, visto que o grande desafio torna-se educar para a emancipação face à barbárie legitimada pelo capitalismo.

> A racionalidade que organiza as relações sociais e produtivas capitalistas recoloca incessantemente os seus pressupostos. Assim como a vida coletiva passa a operar segundo as leis de mercado, também os processos de constituição e educação dos indivíduos tornam-se simulacros de formação e visam apenas preparar os indivíduos para a conformação e adaptação ao sistema produtivo, submetendo-o à autoridade, não do rei ou de Deus, mas do capital (ROURE, 2006, p. 37).

E é nessa racionalidade que a educação tem operado e seu grande desafio agora é formar para a emancipação e não para o conformismo e adaptação, porque isto já faz a própria alienação na qual os indivíduos estão inseridos. A luta é romper com os ditames do capital que não se interessa nem um pouco pela emancipação e autonomia dos indivíduos.

Enfim, o sujeito é, de fato, também objeto, só que independizando-se como forma, esquece como e por meio de que ele mesmo foi constituído. O sujeito é tanto mais afastado do sujeito, quanto mais o sujeito constitui o objeto (ADORNO, 1995, p. 195).

Essa é, assim, uma relação contraditória e não há como o sujeito desconsiderar essa simbiose com o objeto, porque ele é constituído de relações recíprocas que dificultam, em alguns momentos, o discernimento claro, bem como o distanciamento e a crítica da realidade na qual está inserido. E assim, sobre essa temática, Marx levanta alguns questionamentos.

Marx (1987), defensor da tese de que somos sujeitos da nossa história apesar da alienação inerente à sociedade de classes, preconiza que somos constituídos e constituintes dessa realidade e não há como negar a determinação social nas relações entre os indivíduos.

Essa idéia é também reforçada quando Marx (1987) comenta os escritos de Feuerbach, nos quais ressalta que as relações entre os homens são recíprocas, eles têm necessidades uns dos outros. E que o ser de um objeto ou de um homem é, igualmente, sua essência; as condições de existência, o modo de vida e a atividade determinada de uma criatura animal ou humana são aqueles com quem a sua “essência” se sente satisfeita (MARX, 1987, p. 150).

Sendo assim, apesar do culto à aparência na sociedade capitalista, a possibilidade de transcendê-la e chegar à essência dos indivíduos está posta, mesmo que ainda se configure apenas como uma possibilidade e não como uma efetivação de fato, o que aconteceria somente por meio de uma revolução e transformação social.

Essa discussão abre outro precedente, pois ao mesmo tempo em que os indivíduos possuem possibilidade real de extrapolar os limites da aparência, quanto mais eles se embrutecem, mais se igualam à mercadoria, realizando um trabalho mecanizado, não se reconhecendo no trabalho que realizam e naquilo que produzem, mais distantes ficam dessa essência e da possibilidade de romper

com a alienação. A mercadoria camufla as características sociais desse trabalho e da produção humana.

> A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (MARX, 1987, p.161).

O produto do trabalho dos indivíduos não lhes dá o respaldo para uma produção reconhecida e criativa, o que se vê é a alienação de sua essência. E quando abordamos a alienação, o não reconhecimento no que se produz, a falta de identificação com o trabalho, recaímos na barbárie, que confirma os estudos realizados sobre as conseqüências do horror nazista na vida dos indivíduos, assim como nas relações que estabelecem com as figuras de autoridade.

Enfim, o sujeito é de fato também objeto, só que, independizando-se como forma, esquece como e por meio de que ele mesmo foi constituído. O sujeito é tanto mais afastado do sujeito, quanto mais o sujeito constitui o objeto (ADORNO, 1995, p. 195).

Sem dúvida, essa é uma relação contraditória, não há como o sujeito desconsiderar essa simbiose com o objeto, já que ele é constituído de relações recíprocas que dificultam, em alguns momentos, o discernimento claro, bem como o distanciamento e a crítica da realidade na qual está inserido. E assim, sobre essa temática, Marx levanta alguns questionamentos.

Marx (1987), defensor da tese de que somos sujeitos da nossa história mesmo apesar da alienação inerente à sociedade de classes, preconiza que somos constituídos e constituintes dessa realidade, e não há como negar uma certa determinação social nas relações entre os indivíduos.

Essa idéia é também reforçada, quando Marx (1987) comenta os escritos de Feuerbach, que ressalta que as relações entre os homens são recíprocas, eles têm necessidades uns dos outros. E que o ser de um objeto ou

de um homem é, igualmente, sua essência; as condições de existência, o modo de vida e a atividade determinada de uma criatura animal ou humana, são aqueles com quem a sua “essência” se sente satisfeita (MARX, 1987, p. 150).

Sendo assim, apesar do culto à aparência na sociedade capitalista, a possibilidade de transcendê-la e chegar à essência dos indivíduos está posta, mesmo que ainda se configure apenas como uma possibilidade e não como uma efetivação de fato, o que aconteceria somente por meio de uma revolução e transformação social.

Essa discussão abre outro precedente, ao mesmo tempo em que os indivíduos possuem possibilidade real de extrapolar os limites da aparência, quanto mais eles se embrutecem, mais se igualam à mercadoria, realizando um trabalho mecanizado, em que não se reconhecem no trabalho que realizam e naquilo produzem, mais distantes ficam dessa essência e da possibilidade de romper com a alienação. A mercadoria camufla as características sociais desse trabalho e produção humana.

> A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (MARX, 1987, p.161).

O produto do trabalho dos indivíduos não lhes dá o respaldo para uma produção reconhecida e criativa, o que se vê é a alienação de sua essência. E quando abordamos a alienação, o não reconhecimento no que se produz, a falta de identificação com o trabalho, recaímos na barbárie, que confirma os estudos

realizados sobre as conseqüências do horror nazista[9] na vida dos indivíduos, assim como nas relações que estabelecem com as figuras de autoridade.

III

AUTORIDADE, SUBJETIVIDADE E TOTALITARISMO: POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA CULTURAL

Aquele que é duro consigo mesmo, se arroga o direito de ser duro também com os demais e se vinga neles da dor que não pode manifestar, que teve que reprimir (ADORNO, 1995).

A autoridade emerge disfarçadamente, cumprindo a função de organizar as relações no grupo social e de instituir as bases para o exercício do poder. Faz-se necessário, nesse sentido, analisar, mesmo que com ressalvas, esta relação entre sujeito e objeto com certa distância, pois essa separação precisa existir para que o sujeito se reconheça e adquira certa autonomia. Por outro lado, essa separação não pode se dar de forma radical. Uma vez radicalmente separado do objeto, o sujeito já reduz este a si; o sujeito devora o objeto ao esquecer o quanto ele mesmo é objeto (ADORNO, 1995, p. 183).

---

[9] Regime político de caráter autoritário que se desenvolveu na Alemanha durante as sucessivas crises da República de Weimar (1919-1933). Baseia-se na doutrina do nacional-socialismo, formulada por Adolf Hitler (1889-1945), que orienta o programa do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). Nacionalista, defende o racismo e a superioridade da raça ariana; nega as instituições da democracia liberal e a revolução socialista; apóia o campesinato e o totalitarismo; e luta pelo expansionismo alemão. Com poderes excepcionais, Hitler suprime todos os partidos políticos, exceto o nazista; dissolve os sindicatos; cassa o direito de greve; fecha os jornais de oposição e estabelece a censura à imprensa; e, apoiando-se em organizações paramilitares, SA (guarda do Exército), SS (guarda especial) e Gestapo (polícia política), implanta o terror com a perseguição aos judeus, dos sindicatos e dos políticos comunistas, socialistas e de outros partidos.
(Fonte: Texto adaptado - www.brasilescola.com/historiag/nazismo.htm)

Na relação de simbiose entre sujeito e objeto, analisar a questão da autoridade como um critério subjetivo e o autoritarismo como um critério objetivo, considerando sua contradição aparente, é necessário para se compreender a complexidade de uma relação que envolve aporia, inexplicável, porque exige aferição de algo não mensurável como a dominação e a opressão.

O fato é que, de uma forma ou de outra, os indivíduos ficam reduzidos e subsumidos nessas relações com as figuras de autoridade, sejam elas com a presença ou não de uma relação de dominação autoritária, totalitária. Com isso, os homens perdem sua capacidade individual de criar e de tentar romper com a barbárie instalada porque há dominação e opressão absoluta.

> Quanto mais os homens individuais são reduzidos a funções da totalidade social por sua vinculação ao sistema, tanto mais o espírito, consoladoramente, eleva o homem, como princípio, a um ser dotado do atributo da criatividade e da dominação absoluta (ADORNO, 1995, p. 185).

O indivíduo, nesse sentido, possui, mesmo nas situações de opressão, as possibilidades de transcender os limites da dominação “legítima” da autoridade ou da monopolização autoritária. Isso, na atual conjuntura social capitalista, ainda se apresenta como possibilidade e não como realidade, devido à alienação e ao embrutecimento dos indivíduos gerados por essa sociedade, dificultando a capacidade de cada um se emancipar de fato e de direito.

3.1 – Autoridade e Subjetividade

Em meio às inúmeras discussões a respeito da autoridade, faz-se necessário correlacioná-la à subjetividade, pois o aspecto subjetivo é um determinante considerável nessa relação, pois o que verificamos na sociedade é o privilegiamento do objeto, ao invés de se voltar para o sujeito como propôs Adorno (1995). Como ressaltou Adorno (1995), se o sujeito fosse liquidado, desconsiderado, em vez de superado numa forma mais elevada, ocasionaria não somente a regressão da consciência, mas a recaída em uma real barbárie. Para

ele, é justamente na tentativa de impedir a barbárie que deve partir todo o propósito da teoria do conhecimento, principalmente a educação.

Na teoria do conhecimento, entende-se geralmente por sujeito o mesmo que sujeito transcendental. Segundo a doutrina idealista, o sujeito transcendental, ou constrói kantianamente (buscando categorias universais do conhecimento) o mundo objetivo, partindo de um material não qualificado, ou, então, desde Fitche, engendra-o pura e simplesmente. O sujeito transcendental é constitutivo (ADORNO, 1995, p. 184).

O sujeito, para Kant, é um sujeito cognoscente que pode vir a conhecer e que possui as possibilidades de transcender a aparência e chegar à essência dos objetos; objetos estes que representam a realidade e a consciência dos indivíduos. Nesse aspecto, Adorno propõe uma volta dos estudos para o sujeito, o que denomina, a partir do pensamento kantiano, “giro copernicano”:

> (...) torna-se urgente reconhecer que existe uma subjetividade inerente ao objeto, o que faz com que as ações humanas, por mais revolucionárias, se comprometam com a realidade estabelecida. A idéia do giro copernicano apresenta a luta contra a inversão de valores relacionada aos conceitos de idealismo e materialismo, sujeito e objeto, fazendo com que a realidade se confunda com a ideologia (ZANOLLA, 2007, p.26).

Mais uma vez a importância do estudo da autoridade e de suas implicações na relação com a subjetividade se faz necessário, posto que se corre o risco de que essa discussão parta para o viés ideológico, alienante.

Enfim, na doutrina do sujeito transcendental, expressa-se fielmente a primazia das relações abstratamente racionais, desligadas dos indivíduos particulares e de seus laços concretos, relações que têm seu modelo na troca (ADORNO, 1995, p. 186)

Esse modelo de troca, no qual o sujeito se torna uma mercadoria também e fica subsumido ao objeto, enfraquece o estabelecimento da autoridade e denota, conforme os estudos de Adorno (1995, p. 187), a primazia do objeto. Isso significa que o sujeito é, por sua vez, objeto em um sentido qualitativamente

distinto e mais radical que o objeto, porque ele, não podendo afinal ser conhecido senão pela consciência, é também sujeito.

Se o sujeito tem um núcleo de objeto, então as qualidades subjetivas do objeto constituem, com ainda maior razão, um momento do objeto, pois o objeto torna-se algo somente enquanto determinado (ADORNO, 1995, p. 188).

Sendo assim, as possibilidades de resistência do indivíduo são dificultadas e o que se verifica é a sua fusão no objeto, o que explicita a primazia deste sobre o sujeito.

Segundo Adorno (1995), a primazia do objeto comprova-se pelo fato de que esta altera qualitativamente as opiniões da consciência coisificada que cultivam uma relação sem atrativos com o subjetivismo.

O indivíduo estabelece uma relação de simbiose com o objeto que se torna incapaz de manter um distanciamento crítico da realidade que lhe possibilite buscar a emancipação enquanto um sujeito autônomo.

O indivíduo, nessa fusão com o objeto, perde-se da sua essência, passando a agir de uma forma, acrítica, alienadora, embrutecida, absorvendo tudo que vem das figuras de autoridade, sem ao menos oferecer resistência. O sujeito se esquece que há uma relação mútua com o objeto.

E é quando o indivíduo se coisifica no objeto que o horror pode se instalar. Adorno (2000) reafirma a urgência da superação do horror de Auschwitz num agir "autônomo", pois a perpetuação da barbárie na educação é mediada essencialmente pelo princípio da autoridade, em que os indivíduos toleram passivamente as agressões, dando origem a um "superego rigoroso" conforme a concepção freudiana[10].

Nesse sentido, quando abordamos a temática do superego, não podemos deixar de nos remeter a Freud (2001) que, com suas formulações acerca do universo psíquico dos indivíduos, define essa instância psíquica como a responsável pela consolidação dos valores de autoridade que, a princípio, tem os pais como seu protótipo.

Conforme Freud (2001), no estudo do desenvolvimento individual humano, três instâncias agem concomitantemente no aparelho psíquico dos

[10] Segundo Freud (2001, p. 12), um superego rigoroso é aquele que foi muito reprimido, punido e frustrado. Ele se apresenta ao indivíduo com uma rigidez que não lhe permite muita flexibilidade e satisfação de seus desejos. Desta forma, o indivíduo também se apresenta na sociedade com essa inflexibilidade nas ações.

indivíduos determinando suas ações consciente ou inconscientemente. São elas: id, ego e superego.

À mais antiga dessas instâncias damos o nome de id. Este contém tudo aquilo que é herdado, que se acha presente no nascimento, é regido pelo princípio de prazer, que determina quase todos os desejos dos indivíduos. O ego é a instância responsável pela intermediação entre o id e o mundo externo, trabalha com a conciliação, esforça-se pela busca do prazer e pelo evitamento do desprazer (FREUD, 2001, p.11).

Essa intermediação feita pelo ego é marcada por muitos conflitos, pois os indivíduos não desistem da busca pelo prazer e muito menos abrem mão da vontade de se completar e acabar com o sofrimento. É justamente nessa tentativa de completude que está o risco de adesão cega às figuras autoritárias, pois o id, regido pelo princípio de prazer, impera e faz com que os indivíduos rompam com a idéia de lei, de submissão às “convenções” sociais, bem como a renúncia de desejos inaceitáveis culturalmente e que, se satisfeitos, causariam o caos social e possivelmente a destituição da sociedade.

Assim entra o papel do superego que psiquicamente, representa a autoridade, a lei, as regras e os limites, como também as interdições tão necessárias ao progresso civilizatório. As interdições impedem a satisfação de muitos desejos proibidos, conferindo uma ar de segurança à vida dos indivíduos, pois o ego consegue achar uma melhor maneira de conciliar desejo e defesa, de uma forma que, mesmo vunerável, o indivíduo consiga o mínimo de satisfação de seus desejos.

Freud (2001) ressalta que, com a imposição de limites e interdições, houve a canalização do princípio do prazer para o princípio de realidade. Com isso, o princípio do prazer, sob a influência do mundo externo, transformou-se no mais modesto princípio de realidade. E o superego é o herdeiro dessa relação.

O superego é uma espécie de prolongamento da influência parental (pais), sendo o responsável pela lei, pelos limites, pela moral. Recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais, tais como professores e modelos na vida pública, de ideais sociais admirados (FREUD, 2001, p.12).

Desse modo, Freud (2001) ressalta que o id representa a influência da hereditariedade; o superego, a influência, essencialmente, do que é retirado de

outras pessoas, enquanto o ego é principalmente determinado pela própria experiência do indivíduo, isto é, por eventos acidentais e contemporâneos.

Essas instâncias vão atuar constantemente buscando o “equilíbrio” mental dos indivíduos, o que não se dá sem a presença de relações conflituosas e ambivalentes.

Para que haja a instauração do superego, responsável pelos valores de autoridade, esforços devem ser empreendidos pelos pais para que, desde a mais tenra infância, a criança aprenda a respeitar a lei, os limites como possibilidade de segurança psíquica, a enfrentar situações frustrantes, a renunciar aos instintos incestuosos, como a única possibilidade, apesar da repressão e da castração, de se ter um pouco de autonomia, criando artimanhas do melhor viver em busca do rompimento da alienação e do favorecimento da emancipação. As crianças precisam de limites, de orientação, modelos e não de punição, pois isto, de um jeito ou de outro, a repressão realizou nos sacrifícios impostos pela sociedade.

> Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização. Na realidade, o homem primitivo se achava em situação melhor, sem conhecer restrições de instintos (FREUD, 2001, p.72).

A partir do momento em que a humanidade tem que renunciar aos seus instintos em prol da civilização, tanto o menino quanto a menina começam a sofrer as conseqüências desse processo.

A princípio, tanto o menino quanto a menina passam por fases importantes no seu desenvolvimento, sendo a educação, desde a primeira infância, um pilar fundamental na resolução do complexo de Édipo[11], que é aquele momento em que a criança, por amor ao pai, desiste dos investimentos libidinais eróticos sobre a mãe, indo em busca de outros objetos para estas investidas e posterior estabelecimento da autoridade.

---

[11] O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo. Essa representação pode inverter-se e exprimir o amor pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo (ROUDINESCO, 1998, p. 166).

Esse momento edípico é complicado de ser resolvido, pois a própria cultura determina padrões para as meninas e para os meninos, que podem reforçar a idéia de lei, de limites na sociedade, e ainda também torná-la resistente ao estabelecimento da autoridade, por considerar ilegítimas as imposições e interdições culturais, necessárias ao processo civilizatório, importantes para impor os limites sociais e culturais.

A menina gosta de se considerar como aquilo que seu pai ama acima de tudo, porém chega a ocasião em que tem de sofrer por parte dele uma dura punição e é atirada para fora de seu paraíso ingênuo (FREUD, 1995, p. 193). Descobre as primeiras lições de castração - que não pode ter o pai, pois ele já é da mãe, mas que nem por isso deixará de ser amada por ele.

É através da influência da família e dos pais que as meninas e os meninos diferenciam seu amor/ódio para com o pai ou a mãe e, segundo Freud (1995), é nesse momento que as catexias (investimentos) de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade dos pais é introjetada no ego, dando origem ao superego e a tudo que está relacionado com a lei, com a ordem e com o sentimento de culpa que acomete os indivíduos quando eles fogem daquilo previsto pelas figuras de autoridade, representadas na instância psíquica pelo superego.

Para Adorno (2000), em primeiro lugar, autoridade é um conceito essencialmente psicossocial por abranger tanto a dimensão psíquica quanto a social, o que não significa uma correspondência imediata com a realidade social, mas enquanto possibilidade real de emancipação. Além disso, existe algo como uma autoridade técnica, ou seja, saberes que um indivíduo possui mais do que outro, e isso lhe confere um lugar perante o social que não pode ser descartado, tendo um significado importante no âmbito do contexto social em que se apresenta. Não se pode esquecer que essa autoridade técnica pode ser marcada por uma ação autoritária ao invés de autoridade legítima (ADORNO, 2000, p. 133).

A ação autoritária pode residir no interesse real e consciente dos indivíduos e grupos. A subordinação a uma autoridade é feita de forma impositiva na maioria das vezes. Sem muita escolha, os indivíduos se submetem-na por “confiar” que aquela autoridade seja legítima, ou por acreditar num pensamento superior que, sem dúvida, ele mesmo pode ter contribuído para se formar. O fato é que, de uma forma ou de outra, os indivíduos acabam se defrontando com a submissão ou não

às figuras de autoridade constituídas de fato, ou impostas (HORKHEIMER, 1990, p.194).

> Portanto, a autoridade como dependência aceita pode significar tanto condições progressistas, favoráveis ao desenvolvimento das forças humanas, correspondentes ao interesse dos participantes, quanto um conjunto de relações e idéias sociais sustentadas artificialmente e há muito falseadas que contrariam os interesses reais da comunidade (HORKHEIMER, 1990, p.193).

Em seus estudos sobre autoridade e família, Horkheimer (1990, p. 194) percebeu que a autoridade é baseada tanto na submissão cega e servil, que pode refletir o ponto de vista subjetivo numa fragilidade psíquica e/ou incapacidade de tomar uma decisão própria, quanto no ponto de vista objetivo, que contribui para a continuação de condições limitadoras e indignas. Ela ainda pode resultar numa disciplina consciente de trabalho em uma sociedade em ascensão. A afirmação e a negação da consciência ainda quer dizer muito pouco sobre a eficácia da relação na vida íntima do indivíduo, visto que somos regidos, segundo Freud, por determinações inconscientes e conscientes, e sobre o modo de funcionamento da vida psíquica dos indivíduos ainda conhecemos muito pouco.

A submissão ou não às figuras de autoridade, seu fortalecimento ou enfraquecimento, depende de traços da cultura pelos quais ela mesma se torna um elemento da dinâmica do evento histórico. O fato é que a educação, segundo Adorno, deve estabelecer uma luta para manter a contradição e a resistência, mesmo quando existem muitas forças empreendidas contra o seu estabelecimento, principalmente quando ela se reflete no puro autoritarismo, um dos emblemas do pensamento burguês. Para Horkheimer:

> O pensamento burguês tem início como luta contra a autoridade da tradição e contrapõe-lhe a razão de cada indivíduo como fonte legítima de direito e verdade. Ele termina por divinizar a mera autoridade como tal, que é tão vazia de conteúdo como o conceito de razão, desde que justiça, felicidade e liberdade deixaram de ser

> para a humanidade palavras de ordem histórica (HORKHEIMER, 1990, p.194).

Ao mesmo tempo em que ocorre uma luta do pensamento burguês contra a autoridade da tradição, porque essa autoridade pode perturbar a “ordem social” e a dominação daqueles que exercem o poder de forma autoritária, há um movimento de propagação do protestantismo, mesmo com toda a literatura política, religiosa e filosófica da época moderna, permeada de elogios à autoridade, à obediência, à abnegação, ao duro cumprimento do dever, embora o simples fato de uma subordinação absoluta não produzir qualquer critério para a estrutura de uma relação de autoridade, o seu fortalecimento se dá por esse caminho (HORKHEIMER, 1990, p. 208).

Nesse sentido, o mundo em sua racionalidade técnica, administrado pela sociedade burguesa aos moldes do capitalismo, tem uma espécie de regressão aos mitos e à atribuição de poder às divindades, uma vez que a figura de Deus, nas religiões, confirma uma cultura de delegação a Ele como uma autoridade objetiva sobre as vidas das pessoas, a quem elas devem respeito e obediência.

> A objetivação da autoridade encontra sua expressão imediata na concepção protestante de Deus. Não é porque Deus é sábio e bondoso que os homens lhe devem veneração e obediência. Interpretada dessa maneira, entender-se-ia a autoridade como uma relação na qual um se subordina racionalmente ao outro em virtude de sua superioridade objetiva; ela compreenderia a tendência a anular-se a si próprio, porque a obediência afinal libertaria o inferior de sua inferioridade (HORKHEIMER, 1990, p.217).

Horkheimer (1990, p. 215) ainda explicita que emerge na história da família, desde o período absolutista até o liberal, um novo elemento na educação para a autoridade, não mais se exigindo obediência, mas, ao contrário, o uso da razão. Essa educação para a autoridade evidencia também a importância dos laços familiares da criança com os pais que, posteriormente, será retomada por Freud, enfatizando que quando a criança respeita na força paterna uma relação moral, aprendendo a amar no seu coração aquilo que ela, com a sua inteligência constata

como existente, aprende a primeira lição na relação burguesa de autoridade (HORKHEIMER, 1990, p. 216).

Assim, para que a autoridade se estabeleça enquanto possibilidade de emancipação, é preciso que, desde a infância, isso faça parte do imaginário da criança, o que só será fixado se for legitimado pela conduta dos pais ou de qualquer outra figura que funcione como autoridade. São princípios que nascem no interior da família burguesa e que posteriormente se estendem para a sociedade.

Primeiro, a autoridade deve se estabelecer enquanto possibilidade de emancipação, de transformação social no plano psíquico, para num momento depois, já com a internalização desse valor, configurar-se como uma realidade objetiva.

Enfim, a autoridade se constitui e se consolida numa trama de conceitos que talvez ainda não consigamos apreender, dada sua tamanha complexidade. O fato é que se ela ao mesmo tempo serve para legitimar a dominação, é também o ponto de partida para a construção de subjetividades verdadeiramente autônomas.

O que vemos no mundo moderno são relações de autoridade cada vez mais aos moldes do autoritarismo do que de legítima autoridade. Apesar de mitificada, a autoridade não necessariamente exige força para ser aceita; já numa situação de autoritarismo, o poder pela força é mais evidente, é pré-condição. O fato é que tudo isso reflete a lógica das determinações capitalistas, influenciando a vida privada dos indivíduos. E nessa relação o que impera, na maioria dos casos, é o autoritarismo na sua forma mais ampla: o totalitarismo.

3.2 – Autoridade e Cultura de Massas

A discussão da temática da autoridade e da cultura de massas se faz pertinente, tendo em vista a complexidade de uma relação sempre muito conflituosa que envolve a adesão das pessoas aos padrões de comportamento e de conduta impostos, muitas vezes de maneira opressora.

O mundo da indústria cultural é um mundo marcado diretamente pelas influências da sociedade capitalista que, nesse sentido, afetam também, em igual proporção, a relação dos indivíduos com a sociedade, e com aqueles que exercem

algum tipo de autoridade sobre eles. Sem contar que esse mundo “enfeitiça” as relações e confere um ar de dominação e poder, transvertido num discurso de modernidade e industrialização cultural. Consenso nessa relação é o prêmio, preço pago pela dominação:

> O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.40).

O preço da dominação também presente no discurso da indústria cultural expressa o que Horkheimer e Adorno (1991) chamavam caos cultural, fruto da diferenciação técnica, social e da extrema especialização. Para eles, a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.113).

Nesse sentido, a capacidade de os indivíduos agirem de forma emancipada diminui na medida em que eles passam a não mais distinguir entre uma coisa e outra, entre o que é aparência e essência, real e imaginário. O esclarecimento tão almejado pelos indivíduos fica, conforme Adorno (1991), mistificado, retornando ao mundo dos mitos e não da razão, uma falsa idéia de desvelamento da realidade.

> A unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular. Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.114).

Essa é mais uma prova de que a capacidade crítica dos indivíduos fica comprometida nos meandros da indústria cultural e isso abre precedentes para que as figuras de autoridade dominem e massifiquem as mentes dos indivíduos de tal forma que passam a reproduzir seus ideais como uma verdade a ser seguida.

> Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.114).

Desse modo, o grande propósito da indústria cultural é padronizar o comportamento dos indivíduos e facilitar a manipulação e a dominação a seu favor. Os indivíduos, nesse meio, ficam subsumidos e vulneráveis a qualquer tipo de liderança repressiva e autoritária, visto que

> (...) o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalização técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.114).

Ao refletir a dominação, a racionalização técnica reflete também o grau de alienação no qual os indivíduos estão inseridos e que os impedem de ter um pensamento crítico e autônomo. Essa técnica da indústria, segundo Horkheimer e Adorno (1991), leva à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. A própria reação emocional dos indivíduos frente a uma obra, ou a qualquer produto artístico dessa indústria, já é pré-moldado e esperado pela indústria cultural.

> Os talentos já pertencem à indústria muito antes de serem apresentados por ela: de outro modo não se integrariam tão fervorosamente. A atitude do público que, pretensamente e de fato, favorece o sistema da indústria cultural é uma parte do sistema, não sua desculpa (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.115).

E assim, a indústria cultural vai dominando a vida dos indivíduos, sem que rompem com as barreiras da alienação e da dominação e não conseguindo realizar esse movimento de luta autônoma contra tudo isso, vão, aos poucos, tendo sua essência embrutecida, o que tendem reforçar ainda mais esses ideais, tornando-se presas fáceis nas mãos daqueles que exercem algum tipo de autoridade ou de autoritarismo puro e simplesmente sobre suas vidas.

Esse embrutecimento impede os indivíduos de exercitarem a autonomia a ponto de transformarem essa realidade; mas essa é a proposta da indústria cultural. O esquematismo dos seus procedimentos mostra-se no fato de que os produtos mecanicamente diferenciados acabam por se revelar sempre como a mesma coisa. Os valores orçamentários da indústria cultural nada têm a ver com os valores objetivos, com o sentido dos produtos (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.116).

> O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural. A velha experiência do espectador de cinema, que percebe a rua como um prolongamento do filme que acabou de ver, porque este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção quotidiana, tornou-se a norma da produção. Quanto maior a perfeição com que suas técnicas duplicam os objetos empíricos, mais fácil se torna hoje obter a ilusão de que o mundo exterior é o prolongamento sem ruptura do mundo que se descobre nos filmes (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.118).

Ficção e realidade se misturam e a indústria cultural, no seu entrelaçamento com a sociedade, faz com que os indivíduos tenham a impressão de que aquilo que vivenciam na mídia, no cinema ou em qualquer veículo de comunicação é um prolongamento de suas vidas e que, se quiserem estar inseridos no mundo globalizado, têm que perseguir esses ideais de vida.

Logo, os desdobramentos dessa relação repercutem nas várias instâncias sociais, nos embates com as figuras de autoridade e de tudo o que ainda pode representar a lei, o limite, a norma e os padrões civilizatórios. A indústria cultural violenta a essência humana, destrói os valores de civilização em prol da dominação das massas que consomem a si próprias pouco a pouco.

> A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que se assemelha ao trabalho (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.119).

Essa violência da sociedade industrial aqui mencionada passa por cima dos indivíduos como um rolo compressor, tentando colocá-los no mesmo nível de posicionamento e apreciação social. Quando isso acontece, os indivíduos ficam incapazes de expressar qualquer crítica quanto a ideais tão massacrantes e alienadores dessa indústria. E assim aderem facilmente a qualquer tipo de autoridade, sem oferecer resistência, podendo, inclusive, a tirania tomar conta da vida desses indivíduos.

> Sob o monopólio da cultura, " a tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma. O mestre não diz mais: você pensará como eu ou morrerá. Ele diz: você é livre de não pensar como eu: sua vida, seus bens, tudo você há de conservar, mas de hoje em diante você será um estrangeiro entre nós" (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.123).

A identidade converte-se em indiferenciação. Ou seja, o indivíduo fica sob o julgo autoritário dessa indústria que o padroniza. Se assim não for, o indivíduo não o reconhece como pertencente a esse mundo. Não pertencente a esse mundo, o sujeito não existe e muito menos tem a possibilidade de vida autônoma e emancipada.

Horkheimer e Adorno (1991) continuam afirmando que, com essa exigência de "inclusão" feita pela indústria cultural, o indivíduo recai na mesmice. Essa mesmice regula também as relações com o que passou e o novo passa a ser excluído. A máquina gira sem sair do lugar. Ela determina o que vestir, o que comer, o que ouvir, enfim o consumo nesse imenso universo de "variedades" todas iguais. O que é novo então é que:

> os elementos irreconciliáveis da cultura, da arte e da distração se reduzem mediante sua subordinação ao fim a uma única fórmula falsa: a totalidade da indústria cultural. Ela consiste na repetição (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.123).

Tornando-se repetição, as possibilidades de emancipação dos indivíduos também se reduzem, pois a capacidade criadora e autônoma fica cada vez mais distante de suas realidades. Sendo assim, Horkheimer e Adorno (1991) afirmam que a indústria cultural não sublima, mas reprime. Reprime a capacidade de extrapolarem o que já está posto como verdade, reprime também na medida em que oferece um prazer imediato sem elaboração. Isso consequentemente denota a renúncia em que a civilização tem que se submeter também, renúncia de seus desejos e propósitos em prol de escolhas já preestabelecidas e padronizadas do universo da indústria cultural.

E "quanto menos promessas a indústria cultural tem a fazer, quanto menos ela consegue dar uma explicação da vida como algo dotado de sentido, mais vazia torna-se necessariamente a ideologia que ela difunde" (HORKHEIMER; ADORNO; 1991, p.137).

Verifica-se, com isso, que as promessas da indústria cultural ludibriam a essência humana, que quase lhe dá o status de sujeito, quando esta tenta manter os indivíduos satisfeitos com seus pressupostos e desejos já formulados. Sua ideologia é frágil e incapaz de manter a civilização em ordem. É possível afirmar, inclusive, que os princípios da indústria cultural andam na contramão da civilização e de tudo aquilo que representa a lei, a ordem, a vida.

No mundo da indústria cultural, conforme preconiza Adorno e Horkheirmer (1991), todos se tornaram empregados e, na civilização dos empregados, desapareceu a dignidade (aliás duvidosa) do pai, da lei, da autoridade. Isso é o que acontece quando a autoridade se destitui e dá lugar ao autoritarismo.

Em toda relação de dominação, há uma tendência de nos depararmos com aquelas figuras de autoridade que exercem um controle sobre os outros, digamos, assim mais "legitimados", permitido pelo menos aparentemente no plano psíquico, sem tanta resistência. Embora algumas figuras de autoridade se imponham sem tanta resistência, porque os indivíduos lhes conferem esse respaldo,

isso não deixa de indicar a alienação na qual eles estão inseridos e que podem levá-los a se submeter ao autoritarismo mais despótico sem se dar conta.

O fato de os indivíduos aderirem cegamente às figuras autoritárias se justifica naquilo que Freud (1995c) estudou durante muitos anos, no que concerne ao funcionamento das massas, dos grupos, e posteriormente apropriado por Adorno, nos estudos da Teoria Crítica, naquilo que possibilita o entendimento do horror da barbárie acontecida em Auschwitz.

Isso evidencia que, na atual conjuntura social, não há como compreender a temática autoridade e suas implicações na cultura de massas sem que analisemos as relações sociais inseridas no compasso da história, uma vez que esta nos possibilita o entendimento das relações entre os indivíduos e suas formas de lidar com as relações de autoridade e poder.

Segundo Roure (2006), mesmo considerando a força e determinação das pulsões (vida e morte), é na relação entre a natureza instintiva e a cultura, objetivada nos sentidos pelos quais se processa a relação indivíduo-civilização, que se constitui a subjetividade.

> Por meio da internalização da cultura e da ação sobre o mundo, os homens desenvolvem sua humanidade. À medida que passam a apropriar-se da realidade, dos símbolos que a cultura lhes dispõe com o intuito de fazer-se apreender e das ferramentas que possibilitam agir sobre ela, construindo-a ou modificando-a, os homens constituem a si mesmos. E, para tanto, cooperam não apenas as instituições sociais como o Estado, a família e a escola, mas também os mais diversos aspectos e expressões da cultura dispostos nas tramas das relações sociais (ROURE, 2006, p. 34).

Os homens, ao internalizarem a cultura, desenvolvem sua humanidade, mas a embrutecem a partir do momento que seus ideais ficam subsumidos na massa. Horkheimer e Adorno (1978) alertam que os fenômenos de massa não constituem uma novidade e que o conceito de massa relaciona-se, habitualmente, com a nossa moderna civilização técnica.

A massa representa, em relação ao indivíduo, o nexo mais imediato e, por assim dizer, primário da sociedade. De forma geral, é considerada um fenômeno moderno, relacionado de modo específico com as grandes cidades e com a atomização (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 78). Isso pode ser visto também através das:

> Grandes manifestações políticas, arenas repletas até ao último lugar, um gigantesco tapete de homens e rostos até às filas mais altas, o orador no auge de sua veemência e arrebatamento. Diz ele: "A culpa de tudo cabe à massificação!" Uma tempestade de aplausos (MITSCHERLICH apud HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 78).

Os grandes embates do homem com a sociedade se dão por conta da massificação dos ideais burgueses em suas mentes para que estes ajam segundo seus ditames. Essa massificação é um fenômeno típico da moderna civilização, sendo preciso ter em conta a contradição pela qual passa a massa. Por um lado ela tem a qualidade de união, comunhão; por outro, costuma ser formada por indivíduos que não se conhecem ou que só superficialmente se conhecem uns aos outros (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 79).

Em todo caso, a massa é um fenômeno da civilização moderna. Assim, estudá-la no entrelaçamento da cultura com a civilização[12], consequentemente nos remete à história da humanidade que, segundo Horkheimer (1990), foi subdividida no compasso da história em eras das maneiras mais diversas. A forma como isso se deu não foi determinada, mas há uma tendência a considerar esta história num estágio de conhecimento em face ao interesse cognoscitivo.

> No curso da história podemos delimitar alguns períodos nos quais, desde a constituição da vida até as idéias mais elevadas, uma unidade espiritual se forma, alcança seu apogeu e novamente se dissolve. Em cada um de tais períodos, existe uma estrutura interior

[12] A palavra, originária do francês *"civilization"*, só aparece com Turgot; no alemão falado, a palavra só adquire a conotação moderna no século XIX. E, a partir de então, o uso moderno de civilização relacionou-se, por um lado, com o extraordinário aumento da população, da Revolução Industrial em diante, e com a concentração urbana resultante; e, por outro lado, com a desintegração da ordenação tradicional da sociedade, em conseqüência do racionalismo (ADORNO, 1978, p. 94).

> comum a todos os outros, que determina a concatenação das partes do todo, o curso, as modificações nas tendências (HORKHEIMER, 1990, p. 178).

Horkheimer ainda ressalta que o tempo também imprime na história a sua marca e como a tendência reinante aniquila seu desenvolvimento. A história não aparece como um processo da ação recíproca entre natureza, sociedade e cultura existente e em devir, liberdade e necessidade, mas como desdobramento ou representação de um princípio homogêneo (1990, p. 179).

A história tenta, de certa maneira, homogeneizar as relações de poder entre os indivíduos. Por isso é tão importante estudar a autoridade no compasso da história, pois esta pode nos remeter às configurações de uma sociedade que pode apresentar uma pré-disposição à barbárie e ao autoritarismo, ao invés de se desenvolver segundo os parâmetros kantianos de autoridade.

A história é produção humana e os homens, nas suas produções no trabalho, realizam e ao mesmo tempo modificam o curso da história a seu favor ou não, mas deixam sua marca na construção do processo histórico que, conseqüentemente, influencia o andamento da sociedade.

Se a história é produção humana, esse processo de produção influencia os homens não só de maneira direta e atual, tal como eles o experimentam em seu próprio trabalho, mas também na forma como eles se situam dentro das instituições relativamente fixas, ou seja, daquelas que só lentamente se transformam, como a família, a escola, a igreja, galerias de arte e semelhantes, na produção da cultura (HORKHEIMER, 1990, p. 180).

> Toda a cultura é, assim, incluída na dinâmica histórica; suas esferas, portanto os hábitos, costumes, arte, religião e filosofia, em seu entrelaçamento, sempre constituem fatores dinâmicos na conservação ou ruptura de uma determinada estrutura social. A própria cultura é, a cada momento isolado, um conjunto de forças na alternação das culturas (HORKHEIMER, 1990, p. 181).

A cultura, para Horkheimer e Adorno, sempre teve uma conotação de “cultura espiritual”, enquanto que “civilização” subentende um “progresso material”. Já a civilização não se opõe originalmente à cultura do espírito para designar tão só

o aspecto material da cultura, mas designa o âmbito geral da humanidade (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 93). Esses valores culturais afetam a forma como as autoridades se posicionam perante os indivíduos. Essa separação é polêmica, pois uma depende da outra e se entrelaçam no percurso da história da humanidade. Quanto à cultura e à civilização, Freud (1995d) ressalta que:

> A cultura humana – entendendo por isto toda a sensação ocorrida na vida humana desde as suas condições animais e pela qual se distingue da vida dos animais, e abstendo-me da insípida distinção entre cultura e civilização – mostra claramente dois aspectos a quem a observa. Por um lado, abrange todo o saber e capacidade que os homens adquiriram para dominar as forças da natureza e obter os bens que satisfazem as necessidades humanas; e, por outro lado, todas as instituições necessárias para reger as relações dos homens entre si e, mormente, a distribuição dos bens obtidos. (FREUD, 1995d, p. 324).

E assim verificamos que a cultura expressa, numa sociedade, os avanços alcançados no processo de civilização; pode apresentar também uma tendência a contribuir ou dificultar o processo de estabelecimento da autoridade, promovendo uma recaída na barbárie e na violência. Horkheimer (1990), remetendo a Freud, alerta que o aparelho psíquico dos membros de uma sociedade de classes, a não ser que pertençam àquele núcleo de privilegiados, constitui, em larga escala, apenas a interiorização ou, pelo menos, a racionalização e complementação da violência física.

O mal dessa racionalidade foi descrito por Horkheimer e Adorno (1978) como derivado não da racionalização do nosso mundo, mas da irracionalidade com que essa racionalização atua. Em nome da razão, os indivíduos incorrem na barbárie e na dominação na busca de um progresso social, de poder, que, ao invés de dar-lhes autonomia, os embrutecem porque fazem isso automaticamente, sem crítica, como se fosse um bem da civilização que na verdade demonstra a alienação na qual estão inseridos.

Os bens da civilização que nos horrorizam são os instrumentos de destruição ou os bens criados pela superprodução que iludem os homens com sua

engrenagem publicitária, tanto mais inútil quanto mais engenhosamente refinada (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 98).

A civilização tenta nos incutir ideais de uma cultura de massas que, ao invés de promover a emancipação, favorece a alienação e a barbárie e, conseqüentemente com isso, a perda da autonomia dos indivíduos em suas ações, passando a ser governados pelos outros que dominam e detém o poder. Por outro lado, toda a civilização é marcada por aqueles que dominam e por aqueles que são dominados e essa é uma espécie de pré-condição civilizatória.

3.3 O processo civilizatório e a consolidação das figuras de autoridade

Como em todo processo civilizatório, encontramos relações de dominação e poder, sendo importante analisar o estabelecimento e a consolidação das figuras de autoridade por esse viés. Freud (1995c) alerta que essa relação de dominação está presente nas formas mais remotas de vida primitiva. E desde essa vida primitiva, os indivíduos que se distribuíam em comunidades já apresentavam as primeiras organizações grupais. Isto também foi confirmado por Horkheimer e Adorno (1978) quando definem grupo como:

> (...) uma comunidade de interesses, como uma aglomeração casual dos indivíduos; uma comunidade unitária no tempo e no espaço ou, pelo contrário, dispersa; uma comunidade cônscia de si mesma ou uma apenas vinculada por algumas características objetivas (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 61).

Segundo Freud (1995b), houve um momento da história em que determinado grupo de pessoas se reuniu para matar o chefe do grupo de forma violenta, chefe este que, simbolicamente, significa o pai e tudo aquilo que representa uma ordem e ajustamento social. Com a morte do pai, instaurou-se a horda

primeva[13], em que tudo passou a ser permitido dentro do grupo, uma espécie de império do princípio de prazer.

Relativo à horda primeva, Freud retorna a Darwin quando afirma que a forma primitiva da sociedade humana passa a ser uma horda governada despoticamente por um macho poderoso. Segundo Freud (1995a), isso tem influenciado diretamente a descendência humana, desde os primórdios da civilização.

> Tentei demonstrar que os destinos dessa horda deixaram traços indestrutíveis na história da descendência humana e, especialmente, que o desenvolvimento do totemismo, que abrange em si os primórdios da religião, da moralidade e da organização social, está ligado ao assassinato do chefe pela violência e à transformação da horda paterna em uma comunidade de irmãos (FREUD, 1995a, p. 133).

Na passagem da horda paterna para a comunidade de irmãos, o que os indivíduos tanto ansiavam se realizou - viver ao seu bel prazer. Mas, se por um lado o que eles desejavam estava se concretizando agora, por outro o desamparo psíquico (sensação sentida pela criança logo após o nascimento e em outras fases da vida) foi reavivado e com isso os indivíduos passaram a sofrer por terem perdido a “segurança” que tinham com a presença do pai.

Isso nos mostra que o desamparo enfrentado pelos indivíduos desde o nascimento, na sua separação do ventre materno, faz com que estes busquem relações que possibilitarão essa segurança que acreditam vir da mãe e do conforto de seu ventre. Com isso, vivemos almejando reavivar esse sentimento de amparo físico e psíquico em todos os outros tipos de relações.

O grupo ficou resumido a uma comunidade de irmãos simplesmente. Sem a presença desse pai, as comunidades ficaram sem liderança e começaram a

[13] Freud (1995a) se refere à horda como a reunião dos indivíduos de uma tribo primitiva, na tentativa de fazer um complô contra o líder (chefe da tribo) para tomar o seu poder e assim ficar no comando de toda a tribo, fazendo com que os demais membros lhe obedeçam e façam suas vontades.

inventar totens[14] para serem colocados no lugar desse pai que foi morto na tentativa de restabelecer essa ordem perdida.

> Em primeiro lugar, o totem é o antepassado comum do clã; ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar, que lhe envia oráculos, e embora perigoso para os outros, reconhece e poupa os seus próprios filhos. Em compensação, os integrantes do clã estão na obrigação sagrada (sujeita a sanções automáticas) de não matar nem destruir seu totem e evitar comer sua carne (ou tirar proveito dele de outras maneiras) (FREUD, 1995a, p. 22).

O totem também representa a interdição das relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e do casamento. Dentre outras coisas, representa a personificação do tabu do incesto. A cultura totêmica baseia-se nas restrições que os filhos tiveram de impor-se mutuamente a fim de conservar esse novo estado de coisas. Os preceitos do tabu constituíram o primeiro “direito” ou “lei” (FREUD, 1995b, p. 55).

E assim, muitas questões se tornam “tabus” por carregarem em si a proibição de desejos impossíveis de serem realizados socialmente, dentre eles o fato de não matar o animal totêmico que representa o pai e de não manter relações sexuais com os membros do mesmo clã.

Se por um lado esses tabus representaram certa interdição ao predomínio do princípio do prazer, e uma aceitação legítima da lei, regras e autoridade, por outro os indivíduos ficaram muito mais vulneráveis emocionalmente, e subsumidos na idéia do grupo, comunidade – o preço da civilização. Em compensação, o fato de terem suas vidas imbuídas nesse sentimento de coletividade ocasionou uma entrega cega às figuras dominadoras autoritárias, presas fáceis no universo da manipulação das massas, mudando o curso da história da civilização.

> No caso das massas, os processos sociais em movimento são encarados de tal modo que as relações próprias do indivíduo incorporado à massa influem diretamente sobre a conduta desta.

[14] Via de regra o totem é um animal (comível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva ou a água), que mantém relação peculiar com todo o clã (FREUD, 1995a, p.22)

> As massas estão muito próximas da natureza específica, notadamente, dos desejos dos homens que as compõem (HORKHEIMER; ADORNO, 1978, p. 63).

Horkheimer e Adorno (1978) alertam para o fato de que há nos dias de hoje uma certa luta dos indivíduos contra os princípios da civilização, além de existir um movimento que tenta opor à civilização a cultura como consciência humana, plena de sentido e de forma. Isso repercute, indiscutivelmente, nos vínculos emocionais estabelecidos pelos grupos.

> Poder-se-ia dizer que os intensos vínculos emocionais que observamos nos grupos são inteiramente suficientes para explicar uma de suas características: a falta de independência e iniciativa de seus membros, a semelhança nas reações de todos eles, sua redução, por assim dizer, ao nível de indivíduos grupais. (FREUD, 1995c, p. 127)

Esse sentimento de grupo, que ao mesmo tempo mostra a fragilidade humana, a falta de independência, e a incapacidade de lidar, com a realidade individualmente, também representa o preço pago para que haja civilização e progresso social ao inibir instintos que não podem ser satisfeitos. De um jeito ou de outro, os indivíduos precisam se reunir em grupos e em comunidades para garantir sua sobrevivência, posto que viver em grupo, em sociedade, é quase que uma condição da existência humana, faz parte do curso da história da civilização.

> Todo o curso da história da civilização nada mais é que um relato dos diversos métodos adotados pela humanidade para 'sujeitar' seus desejos insatisfeitos, que, de acordo com as condições cambiantes (modificadas, ademais, pelos progressos tecnológicos), defrontaram-se com a realidade, às vezes favoravelmente e outras com frustração (FREUD, 1995a, p. 188).

É claro que não há como haver civilização sem que haja uma certa renúncia dos desejos e sem que uns dominem e outros sejam dominados. Pelo

menos do ponto de vista material, os opostos se fundem, dando origem ao todo, dentro das peculiaridades da contradição. Aqueles que dominam exercem uma espécie de sugestão sobre os outros que os incapacita de irromper com o autoritarismo e com a barbárie.

Freud (1995c) relembra ainda que há em nós um instinto gregário inato, tal como nos animais, que nos faz aderir aos grupos e nos sentir incompletos quando estamos sozinhos. Por isso desenvolve-se um sentimento de igualdade, mas essa igualdade só se aplica aos membros de um grupo e não ao líder, já que todos querem ser dirigidos por uma só pessoa.

> Ainda hoje os membros de um grupo permanecem na necessidade de ilusão de serem igual e justamente amados por seu líder; ele próprio, porém, não necessita amar ninguém mais, pode ser de uma natureza dominadora, absolutamente narcisista, autoconfiante e independente (FREUD, 1995c, p. 134).

Muitas vezes, essa figura do líder é colocada no lugar dos pais dos indivíduos, e estes, com a demanda de ter um pai que lhe governe a vida e lhe dê toda a segurança e acesso à satisfação imediata, entregam-se a esse líder sem questionamentos, como se estivessem hipnotizados, fora de si. Freud (1995b) chega a dizer que o homem trocou parte do seu prazer imediatista, por uma parcela de segurança. Apesar de toda essa alienação, os líderes do grupo ainda continuam, mesmo com o sentimento de medo que remete ao pai primevo, sendo ansiados pelos indivíduos.

O líder do grupo ainda é o temido pai primevo; o grupo ainda deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade. Na expressão de Le Bon (um dos primeiros autores a discutir a temática sobre grupo), o indivíduo tem sede de obediência (FREUD, 1995c, p. 138).

Freud (1995c) ainda adverte que, nesse caso, o indivíduo abandona totalmente o seu ideal de ego, aquilo que de fato é, e o substitui pelo ideal do grupo, tal como é corporificado no líder. No grupo não existe eu, e sim nós. Com o nós, o sujeito não precisa se comprometer e nem se preocupar, pode tudo, visto que não está sozinho.

> A seleção do líder é muitíssimo facilitada por essa circunstância. Com freqüência precisa apenas possuir as qualidades típicas dos indivíduos interessados sob uma forma pura, clara e particularmente acentuada, necessitando somente fornecer uma impressão de maior força e de mais liberdade de libido. Nesse caso, a necessidade de um chefe forte freqüentemente o encontrará a meio caminho, e o investirá de uma predominância que de outro modo talvez não pudesse reinvindicar (FREUD, 1995c, p. 134).

Essa condição de existência grupal traz o perigo que pode incorrer na barbárie, porque os indivíduos, imbuídos no sentimento de grupo e identificados com o líder, embrutecem sua essência de tal maneira que não conseguem enxergar outras possibilidades, que não a de seguir fielmente o que os líderes lhes pedem. E, nesse caso, a autoridade passa a se configurar como um autoritarismo, posto que quanto mais poder uma pessoa adquire, mais ela tenta dominar um sentimento, na maioria das vezes incentivado pelo grupo, como se só no grupo o indivíduo tivesse autonomia.

Horkheimer e Adorno (1978) advertem que “quanto mais a ideologia insiste na autonomia do grupo, tanto mais os próprios grupos, como instâncias mediadoras entre a totalidade e o indivíduo, são determinados, de fato, pela estrutura da sociedade”. Desse modo, a sociedade pode se utilizar dos grupos como agente de dominação nas relações de autoridade em que há dominantes e dominados.

Não há como negar que a dominação é inerente à relação de autoridade e que há um tênue limite em relação ao autoritarismo. A autoridade sempre implica obediência - a uma lei, a uma pessoa, ou a uma instituição que exerce alguma forma de poder sobre os indivíduos. Sennett (2001) afirma que o poder entre duas pessoas é a vontade de uma prevalecendo sobre a vontade da outra. Nesse sentido, por permear relações de submissão, dominação e poder, a autoridade pode, em muitos casos, ser confundida com autoritarismo puro e simplesmente.

Embora seja complexo diferenciar autoridade de autoritarismo, devido ao tênue limite das duas relações, faz-se necessária essa separação para o melhor entendimento dessa relação tão conflituosa e opressora.

Se pesquisarmos a fundo, na literatura dicionarizada, a etimologia da palavra autoridade e da palavra autoritarismo, veremos que uma se contrapõe à outra na medida em que autoridade carrega uma denominação de legitimação de um poder, de uma “capacidade” de mandar, de exercer poder e influenciar pessoas, enquanto que o autoritarismo é despótico, arbitrário, impositivo. Não há como diferenciá-las, pois se ao mesmo tempo uma prescinde da outra, também se apresentam de forma conflituosa, entrelaçada,

> (...) visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou (ARENDT, 2003, p. 128).

Sendo assim, autoridade não é sinônimo de autoritarismo, mas, no cenário social atual, principalmente nas configurações da sociedade capitalista, nós nos deparamos, em várias instâncias sociais, com pessoas que dominam outras, seja por uma autoridade aceita ou não, mas legítima socialmente ou por um autoritarismo despótico, característico da dominação inerente a qualquer civilização.

Sobre a dominação, e a relação autoritária entre as pessoas, Arendt (2003) ressalta:

> A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado (...) trata-se de formas de poder baseadas em situações de interesses, idênticas ou semelhantes à relação de poder que reina no mercado, mas que, no decorrer de um desenvolvimento, podem facilmente transformar-se em relações de autoridade formalmente regulamentadas, ou mais correto: numa heterocefalia, baseada numa relação associativa do poder de mando e do aparato coativo (ARENDT, 2003, p. 129).

A dominação puramente condicionada pela situação de mercado ou por situações de interesses pode ser sentida precisamente por sua falta de regulamentos, como algo muito mais opressivo do que uma autoridade expressamente regulamentada na forma de determinados deveres de obediência . (ARENDT, 2003, p. 130).

Não se pode esquecer que tanto a relação de autoridade quanto a de autoritarismo sempre envolvem relação de dominação, submissão e conflito, mesmo que essa dominação seja inevitável e possa se configurar na estrutura social como um "mal necessário".

Segundo Freud (1995b), a civilização tenta eliminar da atividade humana a luta e a competição. Mesmo assim, a dominação está posta; há dominação em virtude de uma constelação de interesses (especialmente em virtude de uma situação de monopólio) e, por outro lado, existe a dominação em virtude da autoridade (poder de mando e dever de obediência). A primeira é típica da dominação monopolizadora do mercado e a última do poder do chefe de família, nesse sentido mais próximo de autoridade e não de autoritarismo.

Arendt (2003) relaciona totalitarismo com autoritarismo e dominação. Adverte que, por detrás da identificação liberal do totalitarismo como o autoritarismo, e da concomitante inclinação a ver tendências "totalitárias" em toda limitação autoritária, jaz uma confusão mais antiga de autoridade com tirania e de poder legítimo com violência. A diferença entre tirania e governo autoritário sempre foi que o tirano governa de acordo com seu próprio arbítrio e interesse, ao passo que mesmo o mais draconiano[15] governo autoritário é limitado por leis.

Assim, por mais que se tente dominar conforme a ideologia draconiana, com os excessos de rigorosidade de imposições, a tirania imposta na sociedade capitalista, marcada pelo autoritarismo, consegue ser ainda pior, posto que se apresenta com um poder ilimitado em que não se consegue detectar a origem de tamanha dominação.

> A origem da autoridade no governo autoritário é sempre uma força externa e superior a seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades

[15] Concernente a Dracón, legislador ateniense. Muito severo, excessivamente rigoroso (AMORA, 2007).

> derivam sua “autoridade” – isto é, sua legitimidade – e em relação à qual seu poder pode ser confirmado (ARENDT, 2003, p. 128).

O que se observa, nessa questão da autoridade e do autoritarismo é um tênue limite entre um e outro, que marca estritamente os limites dessa relação (autoridade x autoritarismo) com fins de controle, dominação e poder. Uma discussão há muito tempo levantada por diferentes teóricos é um dos focos centrais dos estudos da teoria crítica, naquilo que pode nos possibilitar o entendimento da barbárie realizada nos campos de concentração de Auschwitz, em nome de uma obediência a uma “autoridade”, com promessas de progresso e salvação da nação.

> As raízes desta barbárie devem ser buscadas nos perseguidores, não nas vítimas exterminadas sob os pretextos mais mesquinhos. Neste sentido, é necessário o que, em outra ocasião, chamei de giro para o sujeito. Devemos identificar os mecanismos que tornam as pessoas capazes de tais crimes, mostrá-los a elas mesmas e tratar de impedir que voltem a ser assim, ao mesmo tempo em que se desperta uma consciência geral a respeito de tais mecanismos. (ADORNO, 1995, p. 106).

Essa idéia, estudada por alguns autores, e especialmente pelos teóricos críticos que buscam entender a configuração da barbárie e seus impactos nos indivíduos e na sociedade, merece destaque nos estudos de Sennett (2001) que ressalta que o trabalho da autoridade tem uma meta: converter o poder em imagens de força. Os líderes autoritários tentam destroçar ou abandonar a máquina comum de governo, a fim de poderem governar unicamente pela força de sua personalidade (SENNETT, 2001, p. 219). Por isso,

> Ninguém é forte para sempre; os pais morrem, os filhos assumem seu lugar; o amor entre adultos não é um objeto sólido; a autoridade não é um estado do ser, mas um acontecimento no tempo, regido pelo ritmo do crescimento e da morte. Ter consciência da ligação entre a força e o tempo é saber que nenhuma autoridade é onipotente (SENNETT, 2001, p. 219).

Na mesma medida em que as autoridades são postas no poder ou aceitas como tal, também são destituídas facilmente. Elas representam uma relação de servo e senhor. O servo precisa adquirir esse saber e tem que adquiri-lo sozinho. O senhor é cegado por seu próprio poder; o prazer da dominação torna-o insensível demais para reconhecer que ela terá que chegar ao fim (SENNETT, 2001, p.222).

É assim, segundo o que Sennett (2001) esclarece, que novas pessoas são eleitas como figuras de autoridade. Para a sociedade, considerar uma figura de autoridade pública é preciso que seu mando seja legível e visível. “Visível” significa que os que estão em posições de comando respeitem a si próprios: mostrem com clareza o que podem e o que não podem fazer, sejam explícitos em suas promessas. “Legível” porque o mando não pode ter uma argumentação franca. Isso significa que é preciso haver a junção desses dois referenciais, dentre outros fatores, para que haja autoridade legítima.

E é a partir dessa concepção de autoridade que as pessoas começam a se enquadrar cegamente em coletividades, transformando-se em algo quase material, desaparecendo como seres autodeterminados. Isso condiz com a disposição de tratar os demais como massas amorfas (ADORNO, 1995, p. 115).

Os indivíduos, ao entregarem suas vidas a essas figuras autoritárias, aos grupos e coletividades, ficam tão distantes de suas essências que se tornam coisas, máquinas de reprodução de comportamentos que não são típicos de seu modo de vida, mas que, para serem aceitos no social, precisam reproduzir, mesmo que isso lhes custe a vida, paga com o alto preço da alienação.

A forma de que a ameaçadora barbárie se reveste atualmente é a de, em nome da autoridade, em nome de poderes estabelecidos, praticarem-se precisamente atos que anunciam, conforme sua própria configuração, a deformidade, o impulso destrutivo e a essência mutilada da maioria das pessoas (ADORNO, 2000, p.159).

Essa forma de barbárie, em nome da autoridade, é tão alienadora que os indivíduos nem percebem que estão sendo oprimidos e dominados, e se sentem assim. Acreditam que será para o bem deles no futuro e tudo o que precisarem terão o apoio incondicional do líder. Como foi o caso de Hitler, que, mesmo com toda a barbárie instalada, ainda conseguiu ter muitos seguidores e adeptos.

Adorno (2000) afirma que a pressão geral dominante sobre todo o particular, sobre os indivíduos e as instituições individuais, tende a desintegrar o

particular e o individual, assim como sua capacidade de resistência. Junto com sua identidade e sua capacidade de resistência, as pessoas também perdem as qualidades graças às quais poderiam opor-se ao que eventualmente as tentasse de novo ao crime. Isso porque ficam envolvidos com o geral, com o grupo, com o nós, ao invés de considerar o eu e os meus desejos e anseios. Então, entregam, de forma servil, suas vidas a outrem.

Nesse sentido, há uma tendência de as pessoas caírem na servidão cega e subserviente das figuras "autoritárias" ditas imbuídas da autoridade e/ou de aderirem a grupos de pessoas dominadores e manipuladores, dificultando a possibilidade que o indivíduo tem de sair dessa situação, afundando-se na alienação e na barbárie. Isso pode provocar, inclusive, o retorno ao fascismo, com uma ditadura massacrante e exterminadora dos indivíduos que fogem aos padrões e ideais impostos. "Quero deixar bem claro, todavia, que o retorno ou não do fascismo é, em definitivo, uma questão social, não uma questão psicológica" (ADORNO, 1995, p. 108). O fascismo é possibilitado pela própria configuração social e não pelas mentes dos indivíduos somente.

Adorno (1995) alerta com isso que a própria configuração social capitalista apresenta uma predisposição à barbárie, a partir do momento em que os indivíduos não buscam alternativas para romper com a dominação, almejando a emancipação. Ou seja, romper com essa opressão é uma questão que envolve uma mudança social na realidade material e psíquica, exige efetividade, e toda mudança só é empreendida com a mobilização social para se tornar possível.

Adorno (2000) ressalta que, sem mobilização social contra a reprodução da barbárie em outras instâncias de sociedade, não se consegue ir a lugar nenhum. Ressalta também que a tentativa de superar a barbárie é decisiva para a sobrevivência da humanidade.

Uma das alternativas para a superação desse quadro está na educação. Mas o que resta à educação se sempre nos defrontamos com o dilema de até que ponto uma vontade consciente introduz fatos na sua dinâmica que, por sua vez, provocam indiretamente a barbárie. A educação deveria, muito mais, fortalecer a resistência do que a adaptação (ADORNO, 2000, p.144)

A educação deve possibilitar ao indivíduo o rompimento com a barbárie e com todos os valores sociais que tentam moldá-los para que funcionem de forma adaptada, acrítica e conformista. Deve lutar contra a repetição da barbárie e não

legitimá-la ainda mais. Infelizmente, a educação tem contribuído para que a barbárie se instale ainda mais.

> Eu diria que atualmente a educação tem muito mais a declarar acerca do comportamento no mundo do que intermediar para nós alguns modelos ideais preestabelecidos. Pois se não fosse por outro motivo, a simples e acelerada mudança da situação social bastaria pra exigir dos indivíduos qualidades que podem ser designadas como capacitação à flexibilidade, ao comportamento emancipado e crítico (ADORNO, 2000, p. 141).

Apesar de a educação estar também mais a serviço da barbárie, da adaptação, do que da resistência, ela ainda é a única saída para os indivíduos romperem com a alienação, já que se espera que, em meio a todo este contexto de opressão e dominação, ela carregue, nos seus limites, as possibilidades de emancipação e crítica. Apesar de todos os impasses, o compromisso da educação ainda é o de oferecer ao indivíduo a possibilidade de resgate da autonomia e crítica social, assim como o desenvolvimento da cidadania.

A educação deve priorizar, antes de qualquer coisa, a superação da alienação, possibilitando aos indivíduos a autonomia e não os transformando em máquinas que embrutecem sua essência, como o capital dá a entender. Uma educação que não considera a emancipação dos indivíduos é opressiva e repressiva, mesmo que no fundo não estejamos preparados e educados para a emancipação. Muito embora o momento da autoridade seja pressuposto como um momento genético pelo processo de emancipação - as possibilidades estão postas (ADORNO, 2000, p. 154).

Mesmo assim, a contradição da educação é notável. Freud considera a tarefa de ensinar como uma das tarefas impossíveis de serem realizadas porque, só aprende quem já sabe, quem já obteve valores morais, éticos e sociais, na constituição de seu superego, em virtude das influências familiares e sociais.

Ainda sobre essa impossibilidade da educação preconizada por Freud, outros autores, assim como Kupfer (2005), teceram comentários sobre o papel do educador nesse processo:

> O educador deve promover a sublimação, mas sublimação não se promove, por ser inconsciente. Deve-se ilustrar, esclarecer a criança a respeito da sexualidade, se bem que elas não irão dar ouvidos. O educador deve se reconciliar com a criança que há dentro dele, mas é uma pena que ele tenha se esquecido de como era mesmo essa criança. E a conclusão, ao final de tudo: a Educação é uma profissão impossível (KUPFER, 2005, p. 50).

Adorno (2000) também atribui dois problemas difíceis quando se fala da educação. Primeiro, a forma como ela está organizada no mundo em que vivemos, aos moldes da ideologia dominante, quando se apresenta apenas na vertente ideológica, confirmatória, sem parâmetros críticos; e segundo, que ela se apresenta como um movimento de adaptação dessa ideologia dominante – o que pode recair na barbárie.

Por outro lado, existem elementos da barbárie, momentos repressivos e opressivos legitimados pela educação, mesmo numa educação dita culta e crítica. "Acredito que – e isto é Freud puro – justamente esses momentos repressivos da cultura produzem e reproduzem a barbárie nas pessoas submetidas a essa cultura" (ADORNO, 2000, p. 157).

Ao mesmo tempo em que a civilização precisa reprimir os impulsos libidinais impossíveis de serem satisfeitos socialmente, pois eles impossibilitam a instauração da ordem, da civilização, ela também reprime outros tantos que, ao invés de promover a emancipação, promove a alienação. O homem carrega em si, como ressaltou Freud (1995), uma tendência para a destruição, agressão, que lhe constituir, ambivalentemente.

Segundo Freud (1995b), o instinto agressivo inerente à constituição humana é o derivado e o principal representante da pulsão de morte[16]. A pulsão de morte faz com que os indivíduos se alimentem de atitudes destrutivas, ao invés de atitudes construtivas, em que restaria a possibilidade de irromper a barbárie.

Essa tendência a funcionar sobre as determinações do instinto de morte faz com que o ego do indivíduo entre em conflito com seu superego, e ocasione uma luta constante entre um e outro, numa tensão que só é diminuída com a

[16] A pulsão de morte tornou-se, segundo Freud (2001), o protótipo da pulsão (grosso modo é libido), na medida em que a especificidade pulsional reside nesse movimento regressivo de retorno a um estado anterior. Mas a pulsão de morte não poderia ser localizada ou sequer isolada.

necessidade de repressão. É por isso que a barbárie se dá e ainda encontramos pessoas que não conseguem ultrapassá-la, pois precisam constantemente ser punidas pela realidade. Uma mudança só acontece quando a autoridade for internalizada e funcionar como uma segurança e não como a personificação do medo (mesmo que a princípio ela seja internalizada via medo mesmo), e este se personifica através do sentimento de culpa.

É por causa desse sentimento de culpa que os indivíduos se "permitem", sintomaticamente, ser arrebatados pela barbárie, sem oferecer resistência. Freud fundamentou, de um modo essencialmente psicológico, a tendência à barbárie e, nessa medida, sem dúvida foi coerente na explicação de uma série de momentos em que a barbárie é reproduzida, mostrando, por exemplo, que, por intermédio da cultura, as pessoas continuamente experimentam fracassos, desenvolvendo sentimentos de culpa subjacentes que acabam se traduzindo em agressão (ADORNO, 2000, p. 163). Assim,

> (...) a perpetuação da barbárie na educação é mediada essencialmente pelo princípio da autoridade, que se encontra nesta cultura ela própria. A tolerância frente às agressões, como pressuposto para que as agressões renunciem a seu caráter bárbaro, pressupõe por sua vez a renúncia ao comportamento autoritário e à formação de um superego rigoroso, estável e ao mesmo tempo exteriorizado. Por isso a dissolução de qualquer tipo de autoridade não esclarecida, principalmente na primeira infância, constitui um dos pressupostos mais importantes para uma desbarbarização (ADORNO, 2000, p. 167).

Adorno é incisivo ao tentar compreender o horror de Auschwitz, pois a desbarbarização deveria começar com a diminuição da agressão. Ele espera que, por meio do sistema educacional, as pessoas comecem a ser inteiramente tomadas pela aversão à violência física, o que deveria se dar com as crianças pequenas. A criança não pode ser submetida autoritariamente à violência, nem submetida à insegurança total pelo fato de não se oferecer a ela nenhuma segurança. A autoridade legítima pode oferecer a essa criança certa segurança (ADORNO, 2000, P.168).

"A única força verdadeira contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, se me for permitido empregar a expressão kantiana; a força para a reflexão, para a autodeterminação, para o não deixar-se levar" (ADORNO, 1995, p. 110).

Quando os indivíduos passarem a agir autonomamente, eles deixarão de viver sobre a orientação de outrem, e seguirão sua vida dentro daquilo que Kant (2005) já apontava e que parte para valores universais. Nesse momento de emancipação, também a tendência à barbárie terá diminuído em seu objetivo, já que deixará de angariar adeptos, diminuindo assim também o autoritarismo, podendo prevalecer a autoridade.

Enfim, nas relações de autoritarismo, Adorno (1995) cita Benjamim quando este diz que as pessoas que executam o poder, que vão às vias de fato na barbárie, ao contrário dos assassinos de escritório e dos ideólogos, atuam em contradição com seus próprios interesses imediatos; são assassinas de si mesmas, no ato de assassinar os outros (ADORNO, 1995, p. 123).

Quando um líder autoritário empreende um massacre para destruir uma civilização, está se autodestruíndo também, e o que está prevalecendo é a tendência à pulsão de morte, no fundo buscando a morte de si próprio também e, conseqüentemente, a morte do pai. E no caso de um líder como Hitler, que empreende um massacre como o de Auschwitz, na busca de exterminar a diferença, está, na verdade, reavivando a horda e o momento de morte do pai. Quando o pai é morto, retorna a satisfação dos instintos primários, conseqüentemente o fim dos filhos é iniciado.

E assim, a conseqüência daqueles que desencadeiam a barbárie está no fato de que, ao imporem modos de exterminação e dominação humana, se auto-eliminam, visto que são incapazes de enxergar a dominação e a alienação nas quais estão inseridos. Utilizam-se da força para mascarar o medo de se posicionarem e se comprometerem com a transformação social, visto que

> (...) as tentativas de transformar efetivamente o nosso mundo em um aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas à impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderia fazê-lo na medida em que converter esta impotência, em um

> momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz (ADORNO, 2000, p. 185).

Essas idéias de Adorno (2000) nos convocam para uma reflexão, nos faz remeter à idéia de que "aquele que é duro consigo mesmo, se arroga o direito de ser duro também com os demais e se vinga neles da dor que não pode manifestar, que teve que reprimir" (ADORNO, 1995, p. 125). Como não reconhecemos nossa dor, somos incapazes de reconhecer a dor do outro. Isso nos faz enxergar a barbárie como natural, numa sociedade acostumada com a dominação e o autoritarismo.

Para Freud, há duas origens para o sentimento de culpa: uma que surge do medo de uma autoridade, e outra, posterior, que surge do medo do superego. A primeira insiste numa renúncia às satisfações instintivas; a segunda, ao tempo em que faz isso (FREUD, 2001, p. 88).

Assim, a autoridade, a princípio, se legitima para os indivíduos através da culpa e desses investimentos libidinais feitos pelos meninos e meninas na primeira infância, tendo como pano de fundo principal as primeiras identificações com os pais.

Essa ambivalência inerente à identificação mostra a dinâmica e dialética da vida marcada por relações de amor e ódio, morte e vida o tempo todo. Os indivíduos podem se identificar com uma pessoa porque ela lhe representa um amor e "preenche" a sua demanda completude, como também se podem se identificar justamente com aquilo que odeia na pessoa e passar a reproduzir comportamentos que antes abominava.

Freud (1995, p. 116) afirma que é curioso notar que, nas identificações que fazemos, o ego às vezes copia a pessoa que não é amada e, outras, a que é. Isso acontece devido ao funcionamento mental dos indivíduos que agem inconscientemente de forma ambivalente, ora deixando o amor prevalecer, com identificações que levam à construção, à emancipação e à sublimação[17], que estão relacionadas com a pulsão de vida; ora com o predomínio do ódio, da destruição, característicos da pulsão de morte.

---

[17] Termo derivado das belas artes (sublime), da química (sublimar) e da psicologia (subliminar), para designar ora uma elevação do senso estético, ora uma passagem do estado sólido para o estado gasoso, ora, ainda, um mais além da consciência. Sigmund Freud conceituou o termo em 1905 para dar conta de um tipo particular de atividade humana (criação literária, artística, intelectual) que não tem nenhuma relação aparente com a sexualidade, mas que extrai sua força da pulsão sexual, na medida em que esta se desloca para um alvo não sexual, investindo objetos socialmente valorizados (ROUDINESCO, 1998, p. 734).

Nossas identificações são também construídas em cima de idealizações que fazemos do objeto de desejo. Segundo Freud (1995c), podemos dizer que o primeiro homem fixou um ideal em si mesmo, pelo qual mede seu ego, ao passo que o outro não formou qualquer ideal desse tipo, construiu suas idealizações em cima daquilo que os outros indivíduos seguiam como modelo. E ainda ressalta que:

> Somos naturalmente levados a examinar a relação entre essa formação de um ideal e a sublimação. A sublimação é um processo que diz respeito à libido objetal e consiste no fato de o instinto se dirigir no sentido de uma finalidade diferente e afastada da finalidade da satisfação sexual; nesse processo, a tônica recai na deflexão da sexualidade. A idealização é um processo que diz respeito ao objeto; por ela, esse objeto, sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo (FREUD, 1995 c, p.101).

Na identificação, há a possibilidade de instauração do superego, a internalização das leis, regras, limites, e legitimação das figuras de autoridade, pois se ao mesmo tempo em que os desejos dos indivíduos precisam ser reprimidos para que haja construção, vida, autopreservação da espécie, eles podem ser realizados de uma maneira mais aceitável socialmente, ou serem sublimados de fato a partir do momento em que o indivíduo consegue se identificar com algo que tem como ideal de vida.

Resumindo, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto e se vincula ao objeto libidinal de maneira regressiva, introjetando o objeto no ego. Muitas identificações são colocadas no lugar desse objeto e passam a funcionar também como figuras de autoridade, tais como, por exemplo, a figura de professor, carregando também toda essa ambivalência de sentimentos originários das primeiras identificações conflituosas com os pais. A relação professor e aluno representaria um segundo complexo de Édipo na vida do sujeito.

Adorno (1995) chega a explicitar que o professor é herdeiro do monge; o ódio ou a ambivalência que despertava a profissão deste passam a ele depois

que o monge perdeu em grande medida sua função. Ele é visto como um castigador. Sendo assim:

> Minha hipótese é a de que a 'imago' inconsciente do castigador é muito mais decisiva sobre as representações do professor que qualquer prática de tunda. Se eu tivesse que sugerir investigações empíricas sobre o complexo do professor, essa me interessaria mais que nenhuma outra. Na imagem do professor se reproduz, ainda que atenuada, algo da imagem do verdugo, investida de afetividade em grau máximo (ADORNO, 1995, p.93).

Esses investimentos afetivos direcionados à figura do professor, dos pais, ou de qualquer outra pessoa que possa representar a autoridade, são consolidados nas identificações que tanto a menina quanto o menino fazem com essas pessoas que, de uma forma ou de outra, "significam" as primeiras experiências que viveram nos primórdios de sua infância. Essa é uma das condições para que haja a alteridade (ser como o outro), para que uma pessoa seja para a outra uma figura de autoridade ou não.

CONCLUSÃO

Ao longo dos estudos desenvolvidos nesta dissertação, que teve como objetivo discutir a relação entre autoridade e educação, nos seus limites e possibilidades de emancipação, algumas certezas emergiram e muitas dúvidas instigaram-nos. O fato é que esta temática promove inúmeras discussões pertinentes, porém complexas, já que lida com uma questão marcada pela ambivalência que envolve aspectos subjetivos e objetivos.

Primeiramente, partiu-se da hipótese de saber se era possível prescindir da autoridade no mundo moderno, visto que não há como haver civilização sem que haja o mínimo de organização, lei e limites, indicados pelas figuras de autoridade. Os estudos confirmaram, principalmente naquilo que possibilita a emancipação, que não há como prescindir da autoridade para que a autonomia se configure como uma alternativa de rompimento com a barbárie, enfrentando a contradição.

As configurações da sociedade capitalista dificultam o estabelecimento da autoridade no mundo moderno por apresentar relações em que uns dominam e outros são dominados, o que gera a alienação, afetando diretamente a possibilidade de os indivíduos resistirem a essa dominação (autoritarismo) por não conseguirem nem ao menos se perceber enquanto alienados de sua essência.

Isso posto, as possibilidades de emancipação e autonomia também se reduzem, pois os indivíduos se encontram a tal ponto alienados que começam a seguir as figuras de autoridade que, na verdade, são déspotas no exercício do pseudodemocratismo. A própria história da civilização e do conhecimento registra a adesão aos grupos e às massas de forma impensada, por uma questão de autopreservação ou por ignorância mesmo, ao buscar o rompimento com aquilo que causa a opressão e a alienação. Isso porque a essência do esclarecimento está na constituição dos indivíduos a partir do momento em que ele dominou a natureza e aboliu as explicações mitológicas do universo do conhecimento.

Por outro lado, o sujeito possui, em sua essência, inúmeras possibilidades de romper com a barbárie e a educação crítica é uma das formas de garantir essa possibilidade. Ela deve provocar a reflexão crítica, a resistência à dominação e não

reprodução dos ideais de uma classe ou grupo que, por si só, já domina e provoca a exclusão dos indivíduos de tudo aquilo que poderia lhe trazer a emancipação.

A Teoria Crítica vem justamente abrir a discussão para esse debate, que é antigo e, ao mesmo tempo, atual; porque não há como não considerar a tensão dessa relação entre o universo objetivo e subjetivo que, sem dúvida, demonstra a complexidade das relações humanas nos seus embates com as figuras de autoridade, ou na aceitação cega e subserviente daquele autoritarismo mais sutil e que ludibria o raciocínio humano.

Assim, a Teoria Crítica ao buscar, nos primórdios da civilização, a partir da teoria do conhecimento, explicações para a barbárie social, analisa a realidade social, apresentando explicações para a barbárie acontecida em Auschiwtz, que, em nome de um líder, de uma figura de autoridade, angariou tantos adeptos.

A educação não está isenta da alienação inerente a qualquer relação. No entanto, é a possibilidade de oferecer aos indivíduos uma vida crítica, rumo à emancipação e à autonomia. A autonomia virá nos moldes da teoria kantiana quando os indivíduos deixarem de entregar suas vidas ao controle do outro em meio ao coletivo e passarem a governar a própria vida. Com alteridade, esse autogoverno perpassa o reconhecimento das regras, dos limites sociais necessários para que a civilização se mantenha humanamente. Porém, um reconhecimento “crítico” e não adaptativo.

A educação que não promove a transformação social e muito menos oferece resistência à dominação, não tem serventia, uma vez que o seu grande papel é romper com todo tipo de opressão, evitando a barbárie já anunciada, a não adaptação dos indivíduos ao que está posto enquanto verdade absoluta, mesmo apesar de toda alienação que traz aos sujeitos. É preciso a consciência de que essa alienação faz com que os indivíduos tenham a ilusão de uma pseudosegurança psíquica.

O grande desafio da educação é realmente se circunscrever enquanto possibilidade emancipatória num mundo marcado pela barbárie, por relações afetivas invertidas, desestruturadas e frágeis, marcadas pelos ditames do modo de produção capitalista que embrutece os indivíduos em função do lucro, a partir da produção em massa, sem reconhecimento no que é produzido, como se fossem máquinas e não seres pensantes que, embora tenham essa capacidade, “aceitam”

essa condição, devido ao nível de alienação no qual estão inseridos e que, sequer, os possibilita se reconhecerem nessa condição.

Mas, além disso, outro desafio está em denunciar a pseudoconsciência da autoridade, a falsa idéia de emancipação que assola a educação. Nesse sentido, as possibilidades de emancipação tornam-se possíveis na medida em que a autoridade se efetiva enquanto aliada dos indivíduos no processo de rompimento com a barbárie. Muito embora isso não se configure de fato, essa deve ser a luta empreendida principalmente pela educação que, ainda mesmo com todas as suas contradições, pode oferecer aos indivíduos uma existência crítica ou, no mínimo, constitui ponto de partida para a busca da autonomia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANDERY, M. et al. **Para compreender a ciência**. 6 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo:EDUC, 1996.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Sociologia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **La personalidad autoritaria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Palavras e Sinais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

AQUINO, Júlio Groppa (org.) **Autoridade e autonomia na escola** – Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar.** 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CROCHIK, José Leon. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. **Inter-Ação**: Rev. Faculdade de Educação. UFG, Goiânia, n. 28 (1): 15-35, jan./jun. 2003.

_____. Notas sobre psicanálise e educação em T. W. Adorno. In: **A atualidade da escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: ano 1, nº 0, 1996.

DESCARTES, R. Discurso do Método. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In:_____. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Org. e seleção textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, v.2, p. 335-351.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica***:* ontem e hoje. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. In: **Obras Completas**, v. XIII, Rio de Janeiro: Imago, 1995a.

_____. Mal estar na civilização. In: **Obras Completas**, v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1995b.

_____. Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Obras Completas**, v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1995c.

_____. Futuro de uma ilusão. In: **Obras Completas**, v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1995d.

_____. Formulações sobre o funcionamento dos dois princípios mentais In: **Obras Completas**, v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1995e.

_____. Esboço de Psicanálise. In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GOLDMAN, Lucien. **Origem da dialética**: a comunidade humana e o universo em Kant. Tradução Haroldo Santiago. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A era do império.** 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOMERO. **Odisséia**. Tradução: Marques Rebelo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978.

HORKHEIMER, Max. Autoridade e Família. In:_____. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 175-236.

_____. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

_____ ; ADORNO, T. W. O Conceito de Esclarecimento. In:_____ **Dialética do Esclarecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____; ADORNO, T. W. Excurso I: Ulisses ou Mito e Esclarecimento. In:_____ **Dialética do Esclarecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____ ; ADORNO, T. W. Excurso II: Juliette ou Esclarecimento e Moral. In:_____ **Dialética do Esclarecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KANT, Immanuel. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. Rio de Janeiro: Edioro, s. d. a.

_____. **Crítica da razão pura**. Rio de Janeiro: Edioro, s. d. a.

_____. **Sobre Pedagogia**. Piracicaba: Unimep, 1996.

_____ . **Textos seletos**. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos sobre a história do pensamento científico**. Brasília: UNB, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1999.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a educação:** o mestre do impossível. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 2005.

LANJONQUIÈRE, Leandro. **Infância e ilusão (psico)pedagógica**: escritos de psicanálise e educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Dos “Erros” e em Especial daquele de Renunciar à Educação. In: **Estilos da Clínica**: Revista sobre a Infância com Problemas. São Paulo-USP: ano II, n. 2, 1997.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração** – a família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Cultura do Narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAAR, Wolfgang Leo. Educação e experiência em Adorno. In: **A atualidade da escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: ano 1, nº 0, 1996.

MARCUSE, Herbert. Estudo sobre a autoridade e família. In:_____. **Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Eros e Civilização:** uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

_____. Posfácio da segunda edição. In: **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. Prefácio da primeira edição. In: **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____ . **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____ . **O capital**. vol. 1 tomo 2 Col Economistas São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____ . **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1987.

_____; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1992.

_____. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt***:* luzes e sombras do iluminismo. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

PAIVA, Vanilda. Notas sobre educação, dominação e emancipação. In: **A atualidade da escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: ano 1, nº 0, 1996.

PASCAL, Georges. **O Pensamento de Kant**. Tradução Raimundo Vier. 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

PATTO, M. H. **Mutações do Cativeiro**. São Paulo: Hacker, Edusp, 2000.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROURE, Susie Amâncio Gonçalves. **Educação e Autoridade**. 2006. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VICENTI, Luc. **Educação e Liberdade**: Kant e Fichte. Tradução Élcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1994.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Brasília-DF: UNB, 1999, V. I,II.

ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. **Teoria Crítica e Espistemologia:** o método como conhecimento preliminar. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

_____ . Teoria Crítica e Educação: considerações acerca do conceito de práxis. In: **Educativa**: Goiânia. v. 5, n. 1, p. 107-118, jan/jun 2002.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo